



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS -IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS

EVELLEN TARRANNY CARVALHO SOARES

ENVELHECIMENTOS DISSIDENTES: carreiras e teleologias de LGBTs
maiores de 50 anos em Manaus - AM.

MANAUS

2024

EVELLEN TARRANNY CARVALHO SOARES

ENVELHECIMENTOS DISSIDENTES: carreiras e teleologias de LGBTs
maiores de 50 anos em Manaus - AM.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Professora Doutora Alice Alves Menezes Ponce de Leão. Linha de pesquisa: Questão social, direitos humanos e sustentabilidade.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Alice Alves Menezes Ponce de Leão

Linha de Pesquisa: Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade

MANAUS
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S676e Soares, Evellen Tarranny Carvalho
Envelhecimentos Dissidentes : Carreiras e teleologias de
LGBTs maiores de 50 anos em Manaus-AM. / Evellen
Tarranny Carvalho Soares . 2024
150 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Alice Alves Menezes Ponce de Leão
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Envelhecimento LGBT. 2. Gênero. 3. Diversidade Sexual.
4. Diversidade. I. Leão, Alice Alves Menezes Ponce de. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

EVELLEN TARRANNY CARVALHO SOARES

ENVELHECIMENTOS DISSIDENTES: carreiras e teleologias de LGBTs maiores de 50 anos em Manaus-AM.

Pesquisa de dissertação à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Professora Doutora Alice Alves Menezes Ponce de Leão. Linha de Pesquisa: Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade.

Aprovado (a) em 31 de Outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alice Alves Menezes Ponce de Leão – Presidente

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –
PPGSS/UFAM

Profa. Dra. Lidiany de Lima Cavalcante - Membro Interno

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –
PPGSS/UFAM

Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira - Membro Externo

Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gerontologia, Serviço
Social e Saúde – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Profa. Dra. Valmiene Florindo Farias Sousa - Membro Suplente

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –
PPGSS/UFAM

Prof. Dr. Elton Santa Brígida do Rozário - Membro Suplente

Departamento de Serviço Social da UFAM

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Deus. Foi Ele quem me guiou até aqui, principalmente nos momentos em que achei que não conseguiria ou quando acreditei que o mais sensato seria desistir.

Agradeço à minha mãe, Elezilda Costa de Carvalho que me incentivou a continuar e a ter coragem para lidar com a temática, o que me surpreendeu positivamente nesta caminhada.

Agradeço às minhas tias, em especial à Elizângela Costa de Carvalho que nunca soltou a minha mão e sempre colocando-se à disposição para me ajudar, seja com conselhos, com conversas “jogadas fora” e financeiramente, quando necessário.

Ao meu irmão que reclamou do agradecimento que fiz a ele no meu Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade, quando eu apenas escrevi: “Everthon Carlos, luz da minha vida”. Aqui, reitero que você continua sendo a luz da minha vida. Tenho certeza que no mundo espiritual eu te escolhi para ser o meu irmão e fui abençoada.

À Rafaela da Silva Chagas, que me ofereceu consolo, conselhos, distrações, felicidade, compreensão, e principalmente, silêncio para que essa pesquisa fosse realizada. Obrigada por ter pago a taxa de inscrição do mestrado, por ter acreditado que eu conseguiria ingressar, por todas as vezes que enxugou as minhas lágrimas e sorriu junto comigo quando conseguíamos dar mais um passo.

Aos meus amigos, que me incentivaram e acreditaram em mim, mesmo quando eu não acreditei, em particular as minhas amigas que estão comigo desde o ensino médio Ana Raquel e Karolyne Santos.

Aos meus amigos da vida toda, Karen Alessandra e Lucas Cristiano, que buscaram filmes, séries e “curtas” relacionados ao meu tema de estudo, e que por muitas vezes assistiram junto comigo. Vocês foram muito importantes nesta jornada da escrita que, apesar de ter muitos amigos, é solitária.

À Carla Gabriela que fez o que estava ao seu alcance para me animar e incentivar nos meus momentos de insalubridade mental.

A todos os meus colegas da minha turma de mestrado. Vocês foram incríveis! Sem vocês, teria sido muito mais difícil chegar até aqui. Vocês foram a melhor turma que eu poderia ter encontrado nessa jornada. Por isso, sou grata por ter sido rodeada de pessoas tão especiais, sem exceção. Sinto-me impulsionada a citar o nome da Ellem Assam, que foi exemplo de garra e determinação e que me ajudou muito desde quando

ainda estávamos na condição de alunas especiais do Programa. E a Isadora Lima, que sempre esteve disposta a sanar as minhas dúvidas e me auxiliar no que tivesse ao seu alcance.

À todos os sujeitos desta pesquisa. A cada contato meu coração recebia uma mistura de angústia e esperança. Cada pessoa envelhecida LGBT que eu conheci no decorrer dos últimos dois anos e meio, inclusive aqueles que não participaram diretamente desta pesquisa, trouxeram para o meu coração força, esperança e vontade de ir à luta.

À minha orientadora, Professora Dra. Alice Alves Menezes Ponce de Leão, por todas as trocas, ensinamentos, paciência e pela convivência. Sou grata pela relação amigável e respeitosa que construímos ao longo do tempo.

À Professora Dra. Kênya Mota por ter participado ativamente na banca de qualificação, apresentando sugestões de melhorias que foram imprescindíveis para a escrita deste trabalho.

À Professora Dra. Lidiany Cavalcante que além de ter participação ativamente na banca de qualificação, me auxiliou indiretamente desde o início da minha jornada enquanto acadêmica de Serviço Social. E diretamente após o ingresso ao programa, auxiliando inclusive em um período de alta dificuldade de adequação à dinâmica do mestrado, sendo uma peça fundamental neste percurso.

Ao Dr. Jairo Oliveira que fez considerações primordiais na defesa da dissertação, além de comentários que mostraram a importância da temática, dos resultados da pesquisa e da relevância social.

Sou grata a todo corpo docente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, por quem sempre tive muita admiração antes mesmo de pensar em ingressar no PPGSS. Tenho orgulho de ter tido a oportunidade de ter aula com profissionais tão competentes. Em especial a professora Dra. Roberta Coelho que para além da sala de aula, foi respeitosa, empática e acolhedora.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas – FAPEAM pela concessão da bolsa de mestrado que foi primordial para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como título “Envelhecimentos dissidentes: carreiras e teleologias de LGBTs maiores de 50 anos em Manaus-AM”, cujo tema central é o envelhecimento da população LGBT. O envelhecimento é um fenômeno mundial que vem crescendo em escala progressiva, especialmente em países de capitalismo tardio e periférico, como o Brasil, que tem se tornado um país de velhos e de envelhecidos nas últimas décadas. Apesar de a longevidade ser uma conquista da humanidade, o Brasil não está preparado para assegurar uma velhice digna a sua população, especialmente a mais espoliada, como a população LGBT, que pelo contexto vivencial de violências e mortes, não esperava atingir à velhice. Como sobreviventes, caminham para o ocaso da vida sem segurança e sem proteção social. Com base nisso, este estudo parte da seguinte questão norteadora: de que forma as pessoas LGBTs maiores de 50 anos em Manaus caminham para a velhice? Para responder a esta questão, foi proposto o seguinte Objetivo Geral: Investigar as formas de resistência/existência de pessoas envelhecidas LGBTs na cidade de Manaus – AM. De modo a alcançar este objetivo maior, elegeu-se três Objetivos Específicos: 1) Deslindar a construção da carreira LGBTs de pessoas envelhecidas LGBTs; 2) Traçar o sentido do envelhecimento para as pessoas idosas LGBTs em Manaus dando ênfase a construção de seus projetos de vida para o curso da existência na velhice; 3) Avaliar o (des)trato da pauta sobre a diversidade sexual na velhice pelos movimentos LGBT e pelos Conselhos Estadual e Municipal do Idoso em Manaus – AM. A Metodologia que preside esta pesquisa ancorou-se na abordagem do materialismo histórico dialético, de modo a iluminar o entendimento sobre como as pessoas LGBTs acima de 50 anos em Manaus elaboraram a sua concepção de sujeito diante das dificuldades da vida e como isso lhes prepararam para o tempo da velhice. Os procedimentos metodológicos se apoiam em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, cujo lócus está centrado na cidade de Manaus, estado do Amazonas. Os sujeitos que fizeram parte desta pesquisa foram 10 pessoas com idade entre 50 anos a 62 anos de idade, vinculados a dois movimentos LGBTs na cidade de Manaus; 1 representante da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM); 1 representante da Associação Manifesta LGBT; 1 representante do Conselho Estadual da Pessoa Idosa do Amazonas e 1 representante do Conselho Municipal do Idoso de Manaus. Esta Pesquisa constata que os envelhecidos LGBTs em Manaus – AM têm suas carreiras de vida marcadas pela humilhação, pela violência e pelo adoecimento psíquico que se alastra para o curso da vida na velhice, cuja única estratégia de segurança e proteção social é conformar-se em teleologias cis-heteronormativas, já que a velhice é um destino irrevogável e ser LGBT é considerado um luxo de um curto tempo de uma juventude sexualmente emancipada.

Palavras-chaves: Envelhecimento LGBT; Gênero; Diversidade Sexual.

ABSTRACT

This research is entitled “Dissident aging: careers and teleologies of LGBTs over 50 in Manaus-AM”, whose central theme is the aging of the LGBT population. Aging is a global phenomenon that has been growing progressively, especially in countries with late and peripheral capitalism, such as Brazil, which has become a country of old people and aging people in recent decades. As survivors, they walk towards the end of life without security and without social protection. Based on this, this study starts from the following guiding question: how do LGBT people over 50 in Manaus walk towards old age? To answer this question, the following General Objective was proposed: To investigate the forms of resistance/existence of LGBT aging people in the city of Manaus - AM. In order to achieve this greater objective, three Specific Objectives were elected: 1) To unravel the construction of the LGBT career of LGBT aging people; 2) To outline the meaning of aging for LGBT aging people in Manaus, emphasizing the construction of their life projects for the course of existence in old age; 3) To evaluate the (mis)treatment of the agenda on sexual diversity in old age by the LGBT movements and by the State and Municipal Councils for the Elderly in Manaus - AM. The Methodology that presides over this research was anchored in the phenomenological approach, in order to illuminate the understanding of how LGBT people over 50 years old in Manaus elaborated their conception of subject in the face of life's difficulties and how this prepares them for old age. The methodological procedures are based on bibliographic research, documentary research and field research, whose locus is centered on the city of Manaus, state of Amazonas. The subjects who took part in this research were 10 people aged between 50 and 62 years old, linked to two LGBT movements in the city of Manaus; 1 representative of the Association of Transvestites, Transsexuals and Transgenders of Amazonas (ASSOTRAM); 1 representative of the Manifesta LGBT Association; 1 representative of the State Council for the Elderly of Amazonas and 1 representative of the Municipal Council for the Elderly of Manaus. This research finds that LGBT aging people in Manaus - AM have their life careers marked by humiliation, violence and psychological illness that spreads throughout their lives in old age, whose only strategy for security and social protection is to conform to cis-heteronormative teleologies, since old age is an irrevocable destiny and being LGBT is considered a luxury of a short time in a sexually emancipated youth.

Keywords: LGBT Aging; Gender; Sexual Diversity.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

AIDS - Acquired Immune Deficiency Syndrome

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e transexuais

ASSOTRAM - Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas

AVC - Acidente Vascular Cerebral

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEI-AM - Conselho Estadual do Idoso do Amazonas

CEUB – Centro Universitário de Brasília

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CID - Código Internacional de Doenças

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMI - Conselho Municipal do Idosa

CNLGBTQIA+ - Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queers, Intersexos, Assexuais e outras.

COVID-19 - Corona Vírus Disease

CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social

DECCI - Delegacia Especializada de Crime Contra Idoso

ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

FPA - Fundação Perseu Abramo

FVS - Fundação de Vigilância em Saúde no Amazonas

GGA - Grupo Gay do Amazonas

GGB - Grupo Gay da Bahia

HIV - Human Immunodeficiency Virus

IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito da Família

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFCHS - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais

ILPs – Instituições de Longa Permanência

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGs - Organização Não Governamental

ONU - Organizações das nações unidas

PL- Projeto de Lei

PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira

PSDB-GO - Partido da Social-Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SES-AM - Secretaria Estadual do Amazonas

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

TV - Televisão

UEA - Universidade Estadual do Amazonas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UOL - Universo Online

UTI - Unidade de Tratamento Intensivo

LISTA DE CODINOMES DOS ENTREVISTADOS

ENTREVISTADOS ENVELHECENTES LGBTs (NOME DE SUPER HERÓIS)

Luke Carge, 50 anos, homem gay

Monica Rambeu, 50 anos, Travesti

Pantera Negra , 51 anos, homem gay

Mulher Invisível, 52 anos, mulher lésbica

Mulher Maravilha, 52 anos, mulher trans

Capitã Marvel , 54 anos, Travesti

Tempestade, 55 anos, mulher trans

Batman, 58 anos, homem trans

Superman, 59 anos, homem gay

Gamora, 62 anos, mulher trans

REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (ELEMENTOS QUE DÃO FORÇA NO UNIVERSO DOS SUPER HERÓIS)

Estrela de Neutron, mulher trans, ASSOTRAM

Kryptonita, mulher lésbica, Manifesta LGBT+

REPRESENTANTES DOS CONSELHOS DA PESSOA IDOSA (FERRAMENTAS DOS SUPER HERÓIS)

Cinto de utilidades, representante do Conselho Municipal do Idoso

Martelo do Thor, representante do Conselho Estadual do Idoso do Amazonas

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT.....	08
LISTA DE QUADROS	08
LISTA DE SIGLAS.	09
LISTA DE CODINOMES DOS ENTREVISTADOS.....	10
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1.	17
1.1 Diversidade sexual e resistência política	17
1.2 Os ciclos do movimento LGBT no Brasil e em Manaus – AM.....	29
1.3 O engajamento do Serviço Social na luta desafiadora contra a LGBTfobia.....	47
CAPÍTULO 2 – VELHICE E DIVERSIDADE SEXUAL.....	62
2.1 O cenário sociodemográfico da velhice no Brasil contemporâneo.....	62
2.2 Pessoas idosas LGBT, existem?.....	76
2.3 A sexualidade de pessoas idosas LGBT.....	90
CAPÍTULO 3 – ENVELHECIMENTOS LGBT EM MANAUS CARREIRAS E TELEOLOGIAS CIS-HETERONORMATIVAS.	99
3.1 A construção da carreira LGBT ao longo da vida dos envelhecidos de Manaus	99
3.2 envelhecimento de pessoas LGBT na cidade de Manaus – AM.....	112
3.3 Um futuro logo aí: que velhice espera os LGBT de Manaus?.	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS.....	145

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa assumiu o propósito de realizar um estudo sobre o envelhecimento da população LGBT na cidade de Manaus, partindo de material bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo realizada dentro de dois movimentos sociais LGBTs e no conselho estadual e municipal da pessoa idosa, no âmbito da cidade de Manaus, estado do Amazonas.

O interesse por este tema de pesquisa decorreu de um recorte do meu trabalho de conclusão de curso no âmbito da graduação em Serviço Social, que teve como título: “O trabalho dos movimentos LGBTs na orientação a saúde preventiva: um estudo das ações do movimento Manifesta LGBT+ na cidade de Manaus em 2018”. Com o meu ingresso no curso de mestrado, houve um deslocamento do tema para esta proposta atual, que entrelaça as linhas de pesquisa da minha orientadora, que congrega gênero e velhice.

A velhice é um fenômeno recente nos países de capitalismo tardio e periférico, como o Brasil. Por ser o envelhecimento humano um fenômeno recente, haja vista que por durante muito tempo o Brasil era considerado “um país de jovens” (VERAS, 2003), os estudos produzidos nessa área ainda são incipientes. As lacunas de investigação são ainda maiores quando cruzamos o tema com algumas intersecções, como o gênero, à raça e, principalmente, com a orientação sexual diferente do padrão heteronormativo.

Esses fatores fazem com que conheçamos muito pouco sobre a velhice e as pessoas idosas nos levando a cair em reducionismos que homogeneizam essa condição humana e este estrato populacional, quando, na verdade, sabemos que não existe velhice, mas, sim, velhices, no plural, e que os sujeitos que atingem à velhice devem ser considerados em sua heterogeneidade, que se diferem a partir de fatores como a classe social, o gênero e as condições de saúde (Beauvoir, 1990).

Apesar de as pessoas idosas estarem conquistando maior visibilidade em virtude da notoriedade de sua presença no cenário demográfico, isto não significa que tenham alcançado visibilidade, no sentido simbólico (Almeida, 2003), isto é, que essas pessoas estejam vivendo com dignidade, uma vez que o preconceito ainda é uma constante que se modifica com o passar do tempo fazendo com que parte desses sujeitos sucumbam no terreno da invisibilidade por terem as suas necessidades negligenciadas.

Embora a pessoa idosa tenha se constituído enquanto sujeito político e logrado

inúmeros direitos instituídos na Constituição Federal de 1988, assegurados na Política Nacional do Idoso (1994) e ampliados no Estatuto da Pessoa Idosa (2003), a legislação, por si só, não é suficiente para efetivar uma cultura de respeito e acolhimento às pessoas idosas na sociedade.

Alguns grupos de pessoas idosas sofrem mais com o preconceito, com um maior silenciamento, desprezo e violência do que outros grupos socialmente tolerados. Pessoas idosas de classe social com maior poder de compra, de cor branca e heterossexuais sofrem menor exclusão do que idosos pobres, pretos/pardos/indígenas e/ou de orientação sexual LGBTs . Combinados ou não, esses marcadores de diferenças contribuem para uma menor expectativa e qualidade de vida de parte significativa desse estrato populacional.

Diante disso, este estudo pauta-se pela seguinte questão norteadora: Os idosos LGBT desse tempo contemporâneo são sobreviventes do período repressor da ditadura militar. Se em suas juventudes e maturidades uma das principais estratégias de sobrevivência muitas vezes adotada pautou-se em uma “teleologia heteronormativa” (Henning, 2020), que teleologia pauta o futuro das pessoas LGBTs em Manaus?

Desse modo, esta pesquisa tem como Objetivo Geral: Investigar as formas de resistência/existência de pessoas envelhecidas LGBTs na cidade de Manaus – AM. De modo a alcançar este objetivo maior, elegeu-se três Objetivos Específicos: 1) Deslindar a construção da carreira LGBTs de pessoas envelhecidas LGBTs; 2) Traçar o sentido do envelhecimento para as pessoas idosas LGBTs em Manaus dando ênfase a construção de seus projetos de vida para o curso da existência na velhice; 3) Avaliar o (des)trato da pauta sobre a diversidade sexual na velhice pelos movimentos LGBT e pelos Conselhos Estadual e Municipal do Idoso em Manaus – AM.

A condução metodológica desta pesquisa assumiu as orientações das abordagens qualitativas, sem dispensar os aspectos quantitativos, sob o aporte teórico de diversidade sexual e seu contexto nas Ciências Sociais Aplicadas. O caminho epistemológico encontra-se no materialismo histórico dialético, pois a análise crítica dos dados parte da compreensão dos fenômenos sociais como parte de um todo, integrando aspectos econômicos, políticos, culturais e históricos. Essa abordagem permitiu analisar a realidade em suas múltiplas determinações e interconexões (Masson, 2007).

Os procedimentos metodológicos se apoiam em pesquisa bibliográfica,

pesquisa documental e pesquisa de campo, cujo lócus está centrado na cidade de Manaus, estado do Amazonas. Os sujeitos que fizeram parte desta pesquisa foram 10 pessoas com idade entre 50 anos a 62 anos de idade, vinculados a dois movimentos LGBTs na cidade de Manaus; 1 representante da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM); 1 representante da Associação Manifesta LGBT; 1 representante do Conselho Estadual da Pessoa Idosa do Amazonas e 1 representante do Conselho Municipal do Idoso de Manaus.

A pesquisa de campo foi realizada de forma presencial. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas concedidas foram gravadas para facilitar posteriormente a transcrição dos relatos. Os envelhecidos fazem parte de um dos movimentos sociais aludidos e foram indicados pelos representantes e por outros participantes do seu movimento social.

Esta Pesquisa foi aprovada na Plataforma Brasil sob o Registro CAAE n. 74775223.0.0000.5020. De modo a preservar a identidade dos sujeitos entrevistados, os seus nomes foram substituídos por codinomes. Desse modo, os sujeitos envelhecidos tiveram os seus nomes substituídos por nomes de super-heróis (alguns entrevistados escolheram por qual nome de superherói gostariam de ser representados, os demais foram escolhidos de acordo com a raça, ou seja, em caso de pessoas negras foram escolhidos personagens negros), os representantes dos movimentos sociais por nomes de elementos que dão força no universo dos super-heróis e os representantes dos conselhos da pessoa idosa tiveram os seus nomes substituídos por ferramentas dos super-heróis.

Para melhor disposição didática, este trabalho está estruturado em três capítulos. O **Capítulo 1**, intitulado “**Diversidade sexual e resistência política pelo direito de existir**” expõe uma análise de como surgiu o movimento social LGBT, levando em consideração o contexto social e político. Neste contexto, foi possível identificar como surgiu o movimento LGBT, qual o contexto em que viviam os sujeitos que, hoje, são envelhecidos LGBTs, dando especial relevo a organização do movimento na cidade de Manaus, estado do Amazonas. Situa-se, além disso, a abordagem da temática da diversidade sexual no âmbito do Serviço Social.

O **Capítulo 2**, “**Velhice e diversidade sexual**” versa sobre velhice e diversidade sexual, contextualizando sobre como a velhice e a pessoa idosa são vistos socialmente. Nesse contexto, identificamos o cenário demográfico da velhice contemporânea no Brasil e traçamos uma discussão acerca do envelhecimento e da velhice LGBT. Com isso, foi possível identificar a constante invisibilização da sexualidade das pessoas idosas LGBTs na atualidade.

No **Capítulo 3** “**Envelhecimentos LGBT em Manaus: Carreiras e**

Teleologias Cis-Heteronormativas”, foi possível compreender sobre as carreiras de pessoas LGBTs ao longo de suas vidas ao longo do seu processo de envelhecimento, além de identificar de que forma as teleologias cis-heteronormativas permearam as suas vidas podendo identificar o constante encontro com a LGBTfobia e a fragilidade da rede de apoio na velhice.

Esta pesquisa assume fundamental importância, na medida em que não só contribuirá para enriquecer as discussões sobre envelhecimento e velhice LGBT, mas também servirá de contribuição para o desenvolvimento de estratégias, políticas públicas, programas e projetos voltados para as pessoas idosas LGBT, o que chama a responsabilidade o trabalho do assistente social para o engajamento político no processo de viabilização dos direitos dessas pessoas.

CAPÍTULO 1 – DIVERSIDADE SEXUAL E RESISTÊNCIA POLÍTICA PELO DIREITO DE EXISTIR

"O que vão dizer de nós?
Seus pais, Deus e coisas tais
Quando ouvirem rumores, do nosso amor"
- Johnny Hooker

1.1 Diversidade sexual e resistência política: da concepção de sujeito desviante a constituição de sujeito político.

Diversidade sexual é um campo de estudos que, como o nome sugere, reconhece a legitimidade de outros tipos de orientação sexual além da heterossexualidade, a qual é consagrada socialmente como o único modelo aceitável de sexualidade. Os estudos sobre diversidade sexual contemplam, nesse sentido, as sexualidades dissidentes. Entende-se como corpos dissidentes aqueles que se contrastam e se interpõem ao sistema político hegemônicos que acaba tendo no controle do corpo o silenciamento da diferença.

Nesse sentido, a diversidade sexual engloba o que chamamos de “sexualidades dissidentes”, pois admite outras manifestações do desejo diferentes do modelo heterossexual (Gorini, 2019). Com isso, compreende-se as sexualidades dissidentes aquelas que estão fora do padrão em que muitas consideram como o “correto”.

A sexualidade é reconhecida como uma área simbólica e política em que os grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais (Irineu; Lopes; Rocon, 2021). Desse modo, a população LGBT está inserida no contexto do debate da diversidade sexual. A sigla LGBT engloba pessoas de orientação sexual homoafetiva, bissexual e transexual, sem a exclusão de outras expressões do desejo sexual ou sem a manifestação deste, como as pessoas assexuais.

A diversidade sexual está inserida, antes, no contexto da diversidade humana. A diversidade humana percebe a concepção de sujeito social como uma característica própria da individuação, ou seja, o sujeito social tem as suas próprias singularidades e particularidades tornando a sociedade diversa, uma vez que os sujeitos se diferem uns dos outros (Cisne; Santos, 2018), já a diversidade sexual, é uma expressão da diversidade humana, e como tal, se faz presente ao longo de todo o processo de construção sócio-histórica da humanidade.

Quando se entende que existe diversidade sexual, é possível compreender que existem múltiplas formas de sentir-se atraído de forma afetivo-sexual. Existem pessoas que sentem desejo afetivo-sexual por pessoas do sexo oposto, outras sentem por pessoas do mesmo sexo, outras sentem desejo por ambos os sexos e todas estão dentro desta noção de diversidade sexual, não havendo rotulação sobre o que é certo ou errado, pois o que acontece é uma diferenciação na forma de expressão da sexualidade (Louro, 2009).

Cavalcante (2015) faz uma discussão acerca da diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual. A autora afirma que o gênero perfaz um contexto social, histórico e cultural do indivíduo. A própria ideia de masculino e de feminino não está atrelada ao sexo de nascença, por isso, o gênero não é determinado, mas, sim, é construído socialmente. As práticas utilizadas de forma não tão comum podem sofrer um temor sobre a desintegração social. “Por exemplo, um homem travestido com roupas femininas, ou vice-versa, poderia configurar-se como atentado ao direito civil e até mesmo divino” (Cavalcante, 2015. p. 30), isto, dentro do contexto moralista que está presente em diferentes sociedades.

De acordo com Butler (2010), o sexo biológico não está necessariamente associado ao gênero e que, por vezes, também independe do alcance dos desejos sexuais, ou seja, dos constructos colocados para a sexualidade. Por exemplo, uma pessoa que se identifica com o gênero masculino não necessariamente irá se atrair por mulheres.

Louro (2007) compreende que o gênero possui um fator constituinte da identidade dos sujeitos, superando apenas a ideia de cumprimento de papéis sociais, chegando à compreensão de que o gênero faz parte da constituição da identidade dos indivíduos. Com isso, a autora aponta que pensar identidade de gênero está para além do sexo biológico, podendo ou não estar associado. Para efeitos de maiores esclarecimento, a seguir explicitaremos as principais identidades de gênero conhecidas, a saber:

- Cis gênero: é o indivíduo que tem a identidade de gênero ou núcleo da identidade de gênero e comportamento ligado ao papel de gênero sob a expectativa do sexo biológico, conforme a noção binária de homem ou mulher. Ressalta-se que o sexo biológico é dividido na lógica binária em feminino e masculino, sendo levado em consideração seis características anatômicas e fisiológicas: cromossomos, gônadas, genitália interna, genitália externa, hormônios e caracteres sexuais secundários

(Grubba, 2020).

- **Transexual:** conforme a visão de ordem binária, pessoas transexuais são aquelas cuja identidade de gênero está em desacordo com o sexo biológico (Grubba, 2020). Por exemplo, uma pessoa que nasce com o sexo biológico masculino (dentro do binarismo), compreende-se e performa com a identidade sexual feminina, é reconhecida como pessoa transexual.

- **Não-binária:** algumas pessoas podem não se identificar totalmente como homem ou mulher, apresentando como identidade de gênero uma combinação homem- mulher, ou seja, pertencente a ambos os gêneros ou reconhecendo-se como não pertencendo a nenhum. Estas pessoas são denominadas não-binárias ou de gênero *queer* (Grubba, 2020).

Ressalta-se que a identidade de gênero tem caráter transitivo, podendo assim ser construído e modificada ao longo do tempo, de acordo as relações sociais que vivenciam, e pelos atravessamentos dos diferentes discursos, símbolos, representações e práticas sociais exercidas, que resultaram num posicionamento do sujeito nas construções da identidade de gênero. (Louro, 2007).

A orientação sexual, por sua vez, é a inclinação da ordem do desejo afetivo-sexual. De acordo com Cavalcante (2015), conforme as análises dos estudos de Kinsey, a orientação sexual configura-se como um estado de “estar” ao invés de “ser” considerando que o desejo é fluido e não um estado fixo. Com isso, a orientação sexual não é fixa, já as experiências e condições sexuais seguiriam semelhante caminho.

Butler (2016) aponta uma complexidade na noção de gênero, demandando um olhar inter, trans e pós-disciplinar de discursos, teorias e métodos, compreendendo que o fato de a noção de gênero ser complexa é um ganho para o estudo sobre mulheres e de pessoas LGBT. É indiscutível que a orientação sexual se difere da identidade de gênero, mas tanto um quanto o outro são tidos como convenções sociais, sendo tanto a identidade de gênero quanto a sexualidade constituídas a partir da performatividade, e não o inverso. Ou seja, diferente do que pensam no senso comum a sexualidade e a identidade de gênero não são constituídas a partir da performatividade, mas sim, a performatividade que é construída a partir da sexualidade e identidade de gênero.

Na órbita dos desejos, a orientação sexual compreende várias inclinações. Conforme o autor Grubba (2020), as orientações sexuais mais discutidas são:

- **Lésbica:** mulheres que têm preferências românticas e sexuais por outras mulheres, independente de serem cis ou trans. Algumas mulheres lésbicas também gostam ou preferem ser chamadas de “mulheres gays” ou “homossexual”.

- **Gay:** homossexuais do sexo masculino passaram a ser chamados popularmente de gay na década de 1990. Gays são homens que têm impulso romântico e sexual com homens, independente de serem cis ou trans. Apesar de a palavra “gay” ser usada para homens que fazem sexo com homens, também pode ser usada para mulheres que fazem sexo com mulheres.

- **Bissexual:** uma pessoa bissexual é alguém que envolve-se sexualmente tanto com homens quanto com mulheres. Grubba (2020) discute que apontar os bissexuais como pessoas “promíscuas”, “egoístas”, “confusas” é ofensivo. Além disso, o fato de uma pessoa estar em uma relação afetiva com uma pessoa do sexo oposto não a torna menos bissexual, bem como estar em uma relação com uma pessoa do mesmo sexo não a torna exclusivamente homossexual. A bissexualidade é justamente a orientação sexual de pessoas que sentem atração sexual por ambos os gêneros.

- **Assexual:** A assexualidade muitas vezes é confundida como uma espécie de celibato, pois os assexuais comumente não se relacionam sexualmente, mesmo tendo parceiros afetivos-românticos, costumam ter pouco desejo sexual. Isso não significa que nunca há relação sexual, pode ocorrer para fins de reprodução ou experimentação, entretanto, para fins de sanar os desejos sexuais é menor em relação as outras orientações sexuais.

- **Heterossexual:** Pessoas que se atraem romântica e sexualmente pelo sexo oposto, independente de serem cis ou trans. Por exemplo: uma mulher transexual pode se envolver sexualmente com um homem cis e isso se configura como uma relação heterossexual, pois a diferenciação entre cis e trans é irrelevante em caso de atração sexual, pois como visto anteriormente identidade de gênero é diferente de orientação sexual.

Butler (2016) aponta não somente uma crítica sobre a heterossexualidade compulsória (a ideia de que todas as pessoas devem performar consoante com o padrão heterossexual), mas traz também um debate sobre a homossexualidade, transexualidade e intersexualidade. A autora adverte que homossexuais masculinos são pessoas que performam com a identidade de gênero masculina e tem o tensionamento do desejo por outro indivíduo com identidade de gênero masculina. As lésbicas são pessoas que performam como mulheres e que sentem atração ou desejo sexual por indivíduos que

também performam como mulheres. Butler (2016) ressalta que a homossexualidade é concebida “tanto como incivilizada quanto como antinatural” (Butler, 2010, p. 189). Ou seja, muitas pessoas reforçam a ideia da heterossexualidade como a forma natural de se relacionar, o que impulsiona a discriminação por homofobia.

A autora compreende a figura do travesti¹ e da *drag queen*² como demonstração do caráter construído do gênero. O travesti e o drag em suas performances fazem uma espécie de paródia de gênero, demonstrando o caráter fictício de todo gênero. Com isso, a autora mostra que, se para as teorias feministas mais tradicionais o travestismo foi encarado como algo degradante, na teoria *queer* de Butler, o seu lado performático é mais valorizado porque desmistifica a naturalização do gênero. Além do homem e da mulher cis, travestis, drag, a autora também faz um discurso sobre as pessoas transexuais, compreendendo a pessoa transexual como sendo aquela que mesmo tendo nascido com o sexo biológico feminino, sua identidade social é masculina ou vice-versa.

A sexualidade humana é um universo pouco explorado e, por isso, consagrado em cânones patriarcais. Isso porque ainda é um assunto considerado tabu em virtude dos interditos sócio-culturais e religiosos que historicamente construíram permissões e proibições sobre o seu discurso e as suas práticas (Foucault, 1998).

Oliveira e Silva (2021) afirmam que a sexualidade faz parte do desenvolvimento humano e constitui a identidade do sujeito. A sexualidade ultrapassa a questão biológica atravessando as dimensões psicológica, social e espiritual, além de ser um direito humano fundamental. A sexualidade é um direito natural, inalienável e imprescritível. “Ninguém pode realizar-se como ser humano, se não tiver assegurado o respeito ao exercício da sexualidade, conceito que compreende a liberdade sexual, albergando a liberdade da livre orientação sexual” (Dias, 2019, p. 2). Ou seja, caso um indivíduo seja impedido de explorar a sua sexualidade, não sendo livre para desfrutar dos seus direitos e desejos sexuais, isso o impede de sentir-se realizado por completo.

O modelo de sexualidade aceito como normal, regular e funcional é o modelo que se concentra nos cânones da heteronormatividade. Quem institui a

¹ Travesti é uma pessoa que foi designada homem no seu nascimento, mas se entende como uma figura feminina. Durante muito tempo, o termo era considerado pejorativo ou associado à prostituição. Atualmente o conceito vem sendo ressignificado e passou a ter mais peso político.

² Uma drag queen é uma pessoa geralmente do sexo masculino que usa roupas e maquiagem para imitar e frequentemente exagerar os significantes do gênero feminino para fins de entretenimento e de produção artística. A diferença do drag queen para a travesti é o fato de um drag queen ser usado para fins artísticos.

heterossexualidade como o único modelo que deve ser aceito e reconhecido é o patriarcado que institui o exercício da sexualidade para fins de reprodução, legitimada pela religião judaico-cristã que regula o exercício do ato sexual no âmbito do casamento, condenando como pecado a sua prática fora dessa instituição. É desta forma que a sociedade e a família conseguem podar a sexualidade, restringindo-a na órbita da construção da família heterossexual, patriarcal e monogâmica, tendo o controle ao pregá-la de para gerar medo, culpa e proibições (Cisne; Santos, 2018).

De acordo com Foucault (1998), a sexualidade é um dispositivo de poder, cujo controle estaria nas mãos de algumas instituições e saberes, os quais tinham a prerrogativa de autorizar o seu discurso e regulamentar o seu exercício. Inicialmente, quem detinha a autorização para falar sobre a sexualidade era a igreja, que instituiu condutas moralizadoras para o seu exercício. Depois, o saber médico apropriou-se da sexualidade, classificando as condutas sexuais em normais e anormais. Ambos condenavam a homossexualidade ora como pecado, ora como doença.

Mendes (2011, p. 40) afirma que, no Brasil, por influência do Código de Napoleão³, a “pederastia”⁴ deixou de ser um pecado passível de penalização, passando a ser tratada como doença a partir de 1824. Em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina “transferiu o diagnóstico de homossexualidade da categoria de desvios e transtornos sexuais para a de outras circunstâncias psicossociais dentro da Classificação Internacional de Doenças”.

Dessa forma, o Brasil foi o 5º país do mundo a retirar o código 302.0 (homossexualismo) da Classificação Internacional de Doenças ainda em 1985, mas a homossexualidade continuou sendo classificada como doença pela Organização Mundial da Saúde até o dia 17 de maio de 1990. Como se não bastasse a homossexualidade (vulgo “homossexualismo”) ser associada à doença mental, a epidemia do HIV/Aids na década de 1980 cravou ainda mais esse estigma ao vincular a doença como “doença gay”. O HIV/Aids foi associado a homossexualidade de forma equivocada fazendo com que se intensificasse o preconceito contra estas pessoas. No *boom* do HIV/Aids, Calazans (2011, p. 23) relata que:

Em seu início, a epidemia de Aids em países como os Estados Unidos e o Brasil atingiu fortemente os homens homossexuais,

³ Código de Napoleão é o código civil francês outorgado por Napoleão Bonaparte e que entrou em vigor em março de 1804.

⁴ Prática sexual entre homens, geralmente um rapaz mais jovem com um homem mais velho.

tendo sido em seus primórdios, quando ainda não se sabia da existência do vírus da imunodeficiência humana, o HIV, chamado nos meios de comunicação de “câncer gay” ou “peste gay”. Muitos morreram em função da epidemia de Aids e, embora em números absolutos a maioria desses mortos tenha sido de heterossexuais, o grupo dos homossexuais masculinos representa significativa proporção dos mortos.

No período inicial da epidemia do vírus HIV/Aids, a falta de conhecimento fez com que a população em geral percebesse o vírus como exclusivo das pessoas homossexuais e transexuais, como uma espécie de punição divina contra essas pessoas. Isto acentuou a disseminação do preconceito contra essas pessoas, enquanto as pessoas heterossexuais, por não estarem no foco, sentiam-se mais protegidas e, por isso, não se preocupavam tanto com a proteção adequada para se prevenir do vírus.

O preconceito e a discriminação contra pessoas LGBT são fatores de sofrimento e injustiça. Junqueira (2017) entendem isso como ameaça constante de subalternização. Por isso, as pessoas que sofrem com esse tipo de discriminação tendem a tentar compensar a frustração procurando ser melhores em suas atividades profissionais gastando um esforço redobrado para alcançar a “igualdade social” com pessoas cis heterossexuais, o que pode, muitas vezes, levar ao adoecimento psíquico desses indivíduos.

A LGBTfobia está presente no dia-a-dia da população LGBT de forma explícita e implícita pela vinculação antiquada da homossexualidade no rol da tríade doença, crime e pecado (Pereira e Torres, 2020). Para compreender a LGBTfobia, é necessário que se esclareça que “fobia” se refere a um sentimento de rejeição interna a algo de que não gostamos ou que não concordamos ou que temos medo, o que desencadeia reações extremas. A LGBTfobia é caracterizada pela violência e/ou violação de direitos que se produz contra pessoas LGBT em espaços públicos e/ou privados. Ressalta-se que as ocorrências relacionadas às pessoas LGBT são fragilidades do Estado de direito que por vezes naturaliza esta violência (Cisne; Santos, 2018).

A LGBTfobia ocorre como uma expressão da sociedade heteropatriarcal, limitando e sendo um obstáculo para a conquista de espaço e de liberdade para os indivíduos que sofrem a violação de seus direitos. Esta expressão da violência pode ocorrer de diferentes formas: psicológica, física, institucional e simbólica. Independente de que forma a LGBTfobia acontece, ela traz danos sociais e psicológicos para o indivíduo violentado, uma vez que os danos podem afetar a sua autonomia, autoestima

e prejuízo no acesso aos direitos básicos previstos na Constituição Federal Brasileira.

É importante dizer que, no tempo contemporâneo, existe uma ideia fetichizada sobre as pessoas LGBT e a diversidade sexual, sistematizada no espectro da alegria, do orgulho e do divertimento. Essa posituação fomentada pelas empresas capitalistas serve apenas para vender produtos coloridos com o rótulo da propaganda da diversidade (Trevisan, 1986). A população, supostamente mais tolerante, parece lidar com o assunto de uma forma mais aceitável e menos agressiva, contudo, quando se trata da discussão acerca dos direitos dessas pessoas na sociedade, vê-se a existência de contradição traduzida em discursos e posturas LGBTfóbicas (Pereira e Torres, 2020).

Zambrano (2011) aponta que, na pesquisa realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (FPA) intitulada “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”, realizada por meio de entrevistas com a população em geral, foi possível perceber que os entrevistados que se autodeclararam discriminantes da prática homossexual e transexual, justificaram que o seu preconceito se deve ao fato de que as pessoas LGBT vivem “contra as Leis de Deus”, por isso, essas pessoas não deveriam assumir-se publicamente como LGBT, especialmente as pessoas transexuais, consideradas “aberrações” por transfigurarem o masculino e o feminino em corpos desviantes.

Isto reitera o antigo pensamento de que pessoas homossexuais e transexuais têm corpos desviantes, endiabrados e que, por isso, devem ser castigadas e punidas. Com esse discurso, muitas pessoas não percebem que suas ações endossam, preconceitos, violências e discriminações (Soares, 2020). De acordo com Soares (2020, p. 37), “se tratando de uma lógica binária, qualquer corpo que seja diferente em sua construção social e em sua identidade será automaticamente desvalorizado, excluído e marginalizado” fomentando, assim, a LGBTfobia.

O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2023) revelou que, no ano de 2022, houve o registro de 273 mortes de pessoas LGBT no país, sendo 228 assassinatos, 30 suicídios e 15 apontados como outras causas. Esses dados revelam uma queda de registros comparados ao ano anterior, entretanto, o país continua sendo o mais violento e com o maior número de mortes de pessoas LGBT no mundo. Ao destrinchar os dados, é notório que as maiores vítimas são mulheres trans e travestis chegando a 159 registros contabilizados, representando 58% dos casos, seguido por homens cis gays que totalizam 35% dos casos e com menor registro de reincidência, são as mulheres lésbicas

e os homens trans tendo a marca de 2,93% cada seguimento. Levando em consideração que o registro é anual, conclui-se, a partir do dossiê, que o Brasil mata um LGBT a cada 32 horas.

Com isso, a expectativa de vida da população LGBT não é a mesma de pessoas heterossexuais. Ainda não existem dados oficiais sobre a expectativa de vida da população LGBT, em geral, entretanto, a expectativa de vida da população transexual e de travestis é de 35 anos, o que chega a ser menos da metade da população em geral (ANTRA, 2021). A expectativa de vida da população transexual e travesti é um levantamento realizado pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, o que mais uma vez revela o descaso público dos principais órgãos governamentais de censo demográfico pelo interesse acerca da população LGBT. A expectativa de vida tão baixa das pessoas transexuais e travestis revela que chegar aos 50 anos e/ou mais é uma vitória de vida (Lima, 2021).

Conforme a Universidade Estadual Paulista (UNESP, 2022), o quantitativo de pessoas maiores de 18 anos que se autodeclaram LGBT no Brasil equivale à cerca de 12% da população total, ou cerca, por volta de 19 milhões de pessoas, tendo como base o quantitativo total de brasileiros no levantamento do IBGE. Esses dados podem estar comprometidos por conta da subnotificação, que acontece em casos de assuntos polêmicos, como é o caso da orientação sexual, o que de certa forma fomenta a estadia da população LGBT idosa no rol da invisibilidade. Ressalta-se que não há dados, até o momento, sobre a população idosa LGBT pelo IBGE. Informações a respeito de identidade de gênero e orientação sexual não foram levantadas no censo demográfico de 2022. Entretanto, no próximo PNDS- Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde, será pesquisado sobre identificação de gênero, o que é um dos caminhos a serem seguidos para se conseguir dados próximos da realidade, podendo assim, abrir portas para elaboração de Leis, projetos e políticas públicas.

Se a visibilidade demográfica da população LGBT é apagada, por outro lado, a visibilidade social dessas pessoas é revelada de forma caricata e, por vezes, problemática. Durante muito tempo, as pessoas LGBT não tinham nenhuma visibilidade na mídia, como nos programas de televisão, novelas e minisséries. Com o passar do tempo, no fim da década de 1990, esse público foi sendo inserido nas tramas, mas de forma ainda muito incipiente e que de alguma forma compactuava com a homofobia, pois os homossexuais sempre eram taxados como pessoas ruins, que traziam vergonha

para a família ou, então, como uma vítima ou vilão. Representações de pessoas travestis e transexuais, “nem pensar”, só se fossem a piada do elenco, essas pessoas somente apareciam como alguma “bizarrice” ou para chacota (Mourão, 2016).

De acordo com a Agência de Notícias do Centro Universitário de Brasília (CEUB, 2018), o primeiro beijo gay na rede de televisão brasileira aconteceu em uma novela das 21h, considerado horário nobre na televisão. Sempre que se dá um passo em relação à representatividade nas mídias de canais de televisão, existe grande número de críticas da população. Muitos usam o argumento de que a exibição de cenas homoafetivas pode aguçar a curiosidade de crianças e adolescentes incentivando-os a tornarem-se homossexuais, travestis ou transexuais. Entretanto, é necessário compreender que todo programa, filme, novela, entre outros, vêm acompanhado de faixa etária. Cenas consideradas “quentes”, ou seja, que revelam conteúdo sexual não devem ser assistidas por crianças, independentes se são protagonizadas por homossexuais, travestis, transexuais ou pessoas heterossexuais.

Conforme o IBGE (2014), a principal forma de acesso à informação da população brasileira é através da televisão chegando a 63%, sendo as novelas brasileiras um grande sucesso entre a população. Com isso, os assuntos comumente retratados por elas se tornam parte do discurso nacional e entram no âmbito de discussão social e política do público. Nos últimos anos, o tema da diversidade sexual está cada vez mais sendo discutido, o que é de suma importância para que a população LGBT alcance visibilidade social e política.

Considerando os dados da Agência de Notícias Centro Universitário de Brasília(2018), que mostram estatisticamente a quantidade de personagens LGBT dos anos 2000 a 2018, ou seja, 18 anos representados nas novelas brasileiras, 57,8% são gays, 18,9% são bissexuais, 15,5% são lésbicas e 7,8% são transexuais. Com isso, é notório que os personagens com maior incidência são as pessoas gays, o que revela que ainda há muito o que avançar para a inclusão de pessoas transexuais. Entretanto, destaca-se que a vontade é que esses personagens apareçam com menos estereótipos, com maior autonomia e não sendo somente o personagem extravagante, desengonçado ou o ponto de piada da novela.

No ano de 2015, houve muita repercussão social um casal de lésbicas beijando-se no primeiro capítulo da novela da “Babilônia”, exibida pela rede Globo em horário nobre, apesar de já terem ocorridos outros beijos lésbicos em outras novelas, inclusive

de outras emissoras, a cena tinha uma peculiaridade, pois tratava-se de um casal de idosas que eram casadas há anos. A história chocou muita gente e, mais uma vez, teve grandes discussões de reprovação social, o que desencadeou não só comentários no campo da lesbofobia⁵, mas também do etarismo⁶. Apesar de muitas pessoas reprovarem a cena, os comentários positivos também foram intensos, principalmente em redes sociais acessadas pelo público mais jovem, como o *twitter* em que muitos internautas acharam as personagens “fofas”, com comentários do tipo: “finalmente uma novela para prender minha atenção” (O Globo, 2015).

Na trama, as personagens fugiram da representação que comumente aparece nas novelas e filmes, pois as duas personagens têm uma relação sólida, monogâmica, construíram uma família, são profissionais de sucesso e fogem da representação lésbica marcada por roupas e trejeitos masculinizados. Somando-se a isso, o fato de se tratarem de idosas causou desconforto em parte dos telespectadores, pois a sexualidade na terceira idade ainda é um tabu. Na época em que o beijo foi ao ar, no ano de 2015, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional divulgou uma nota oficial de repúdio ao beijo em questão. De acordo com um blog do Estadão (2015), o deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar, disse que a novela tinha como objetivo afrontar os cristãos e noticiou o beijo lésbico como “modismo”. O deputado ainda afirmou que a novela atacava a família brasileira e disseminava a ideologia de gênero.

Após a exibição do capítulo da novela, em contrapartida, ao público LGBT, espectadores usaram palavras como “horrorizados” e se declararam ofendidos, enquanto telepastores denunciaram a ‘podridão moral’ da Globo e pediram boicote à Natura, que era patrocinadora da novela. Com muitos apelos pela moralidade, o ibope da rede Globo baixou consideravelmente para o considerado horário nobre. (29 mar. 2015, Folha De São Paulo). Com isso, é perceptível os diferentes pontos de vistas, apesar de muitas pessoas ficarem contentes com a representatividade abordada. O ibope falou por si só, acrescidos de muitas críticas, principalmente por pessoas moralistas e conservadoras.

Butler (1990) aponta que qualquer um pode engajar-se nos diferentes ativismos, como o ativismo anti-LGBTfóbico. Não é requisito ser pessoa LGBT para garantir a participação política na luta contra a homofobia, ao contrário do que muitas

⁵ Fobia ou discriminação contra mulheres lésbicas.

⁶ Etarismo é as práticas discriminatórias contra uma pessoa com base na sua idade.

vezes se propaga, de que é necessário ter “lugar de fala”. Ou seja, independentemente de ser LGBT ou heterossexual, ambos podem engajar-se na luta por melhorias sociais para a população LGBT. Quem não é pessoa LGBT, certamente tem alguém próximo que é e, por isso, conhece de perto os dilemas por que passam essas pessoas.

O movimento LGBT surge em busca pelo reconhecimento de direitos sociais e políticos para que essa população possa alcançar o que está previsto na Constituição Federal de 1988, como o acesso à saúde, à educação, dentre outros, sem serem discriminados, um acesso real e pleno. A principal bandeira de luta do movimento foi e continua sendo pela erradicação da LGBTfobia porque ela é o principal gargalo que impossibilita a pessoa LGBT de ter um acesso escolar digno, muitas vezes limitando a evolução escolar da pessoa, conseqüentemente, não permitindo que ela alcance êxito curricular, ou quando ela consegue, encontra uma segunda barreira, passar na entrevista de emprego, pois se depara com grandes chances de reprovação caso percebam a sua orientação sexual, podendo, ainda, mais adiante correrem o risco de ser vítimas de ataques homofóbicos, sejam implícitos ou explícitos.

Com isso, percebemos inúmeras pessoas LGBT em profissões precarizadas e de grande risco social. Lima (2021) aponta que há uma grande tendência de mulheres transexuais e travestis entrarem para o mercado da prostituição, por ser uma fonte de emancipação econômica. Isso acontece porque a transfobia é tão intensa que impossibilita a pessoa a ter condições escolares para poder alcançar cargos mais altos ou de maior remuneração, além disso, independente da qualificação, os empregadores tendem a sentir receios e discriminam as pessoas transexuais ou LGBT, em geral, fazendo com que seja difícil a inserção destas pessoas no mercado de trabalho, sendo necessário buscar outras profissões para terem renda.

A realidade da população LGBT gera muitas demandas para o Estado e a sociedade. As demandas desse público exigem a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais para que as conquistas sejam preservadas sem risco de retrocessos nas trocas de governo. Mais do que isso, é necessário que essa população organize politicamente os seus questionamentos e inquietudes para que outros direitos venham ganhar protagonismo na luta. O movimento LGBT deve organizar-se para pressionar o governo junto a outros movimentos sociais que tenham interesses em comum, no intuito de reunir forças em busca da efetivação de direitos que lhes confirmem dignidade. Dias (2019) reforça que apesar de perante a lei homens e mulheres serem colocados

como iguais independentemente de gênero, sexualidade, raça ou classe social, na prática, comumente há pessoas que passam por exclusão social e tratamento desigual. A partir do momento que a lei não se cumpre, torna-se inútil. Por isso, é necessário ter um fortalecimento social que auxilie na construção, execução e avaliação de leis e políticas públicas.

As lutas do movimento LGBT no Brasil foram travadas com muita resistência política, pois as pautas dos movimentos sociais iam de encontro com o que os governantes tinham como premissa. Foi e ainda é necessária muita resistência para conseguir alcançar mesmo os pequenos passos. As conquistas obtidas, como o casamento homoafetivo, o nome social, a adoção, o processo transexualizador pelo SUS, são constantemente ameaçadas, há tentativas por parte de governantes que se autodeclararam conservadores de derrubarem estes direitos. Inclusive, há um projeto de lei de 2023 que proíbe o casamento homoafetivo, e embora soe absurdo, a comissão da câmara dos deputados aprovou o projeto de lei que deve passar por outras duas comissões. A votação obteve 12 votos a favor da PL - Projeto de Lei e 5 contra a PL. Com essas ameaças constantes, é válido ressaltar que a luta dos movimentos sociais LGBT é constante. Mesmo quando há conquistas, há sempre que haver uma luta travada, pois as conquistas da população LGBT não são respeitadas ou consolidadas, o que facilita para que pessoas contra tentem que haja regressão sobre a temática.

Deve-se sempre lembrar a trajetória do movimento LGBT brasileiro e amazonense. Lembra-la é necessário para evidenciar o protagonismo de luta dessa população e sinalizar reorientações para o avanço das lutas em tempos de neoconservadorismo político e social.

1.2 Os ciclos do movimento LGBT no Brasil e em Manaus – AM.

Os movimentos sociais são muito importantes para o desenvolvimento societário mais justo, dentro das sociedades capitalistas. Os movimentos sociais são ações sociais coletivas, de caráter sócio-político e cultural que viabilizam diferentes formas da população se organizar e expressar suas demandas (Gohn, 1997). Ressalta-se que hoje os movimentos sociais vêm se configurando no Brasil de forma diferente de quando começaram a surgir em 1960. Ultimamente, os movimentos sociais têm caráter mais identitário e menos de classe.

Montaño e Duriguetto (2011) apontam que os movimentos sociais estão associados ao modo de produção capitalista, e que podem ir se modificando a forma

com que se apresentam. Os primeiros registros do movimento social LGBT ocorreram no final da década de 1960 a partir de uma série de questionamentos sobre as sexualidades dissidentes, como sobre o porquê a homossexualidade era considerada como algo ruim, porque as pessoas eram discriminadas e alvos de preconceitos por algo particular, e como a sociedade lidava com estes assuntos que iam do particular para o social (Fábio, 2017).

A luta contra a LGBTfobia sempre foi a principal bandeira dos movimentos LGBT desde as suas primeiras organizações até hoje. Para melhor entender a configuração dos movimentos sociais da população LGBT no Brasil, seguiremos a orientação de Quinalha (2021), que sugere que essa compreensão seja analisada por meio de ciclos e não de ondas, pois a ideia de “ondas” remete a uma linearidade e compreensão estanque da história enquanto “ciclos” permite a ideia de movimento, de pautas que surgem e ressurgem.

A década de 1960 marca o período sócio-histórico da ditadura civil-militar no Brasil, à qual teve como uma de suas principais medidas promover uma higienização social a partir do que o governo moralizador da época considerava “decente”, censurando, assim, diferentes formas de liberdade de expressão como, por exemplo, caminhar pela rua vestindo trajes que eles consideravam inadequados ou até mesmo manifestar posicionamentos subversivos às ideias do governo.

Nesse bojo repressor, os homossexuais sentiram que precisavam ter voz, ir à luta expressar resistência política para que tivessem acesso a direitos. As primeiras pautas do movimento homossexual eram baseadas no que ainda hoje é vigente dentro do movimento, o combate à discriminação e o reconhecimento da pessoa homossexual como sujeito de direitos. As pautas também se dividiam entre a luta contra a violência e a livre expressão afetivo-sexual fora de redutos escondidos.

Um aspecto importante a se destacar é que o movimento LGBT não tinha cariz homogeneizador em seu início, ou seja, as primeiras organizações apresentavam clivagens, pelo fato de os primeiros sujeitos que protagonizaram os movimentos serem homens gays cis gênero⁷, de classe social abastada, excluindo a participação de mulheres lésbicas, transexuais e travestis, estes dois últimos públicos foram os últimos a terem espaço dentro do movimento.

As travestis foram excluídas do movimento no início, pois considerava-se que o

⁷ Cis gênero é a pessoa que se identifica com o seu sexo biológico. De outra forma, a pessoa transgênero ou transexual é aquela que não se identifica com o sexo de nascença.

seu jeito tido como extravagante fazia com que essas pessoas fossem vistas como exageradas e ridículas, o que poderia descredibilizar a legitimidade do movimento naquele momento e, com isso, diminuir a possibilidade de os homossexuais conseguirem apoio político, social ou de outras figuras consideradas importantes (Sales, 2018).

Rodrigues (2017) destaca que o ponto de partida para o movimento homossexual a nível mundial foi a resistência de Stonewall Inn. Stonewall foi um bar LGBT (ainda não era essa a sigla na década de 1960) de Nova York, marcado pelo dia 28 de junho de 1969, momento em que aconteceu diversos conflitos entre a polícia e os frequentadores do bar que resistiram às prisões e arbitrariedades que aconteciam de forma recorrentes. Essas repressões, que tinham como vítimas as pessoas homossexuais, aconteciam comumente motivadas pela homofobia. Muitos policiais sentiam-se no direito de repreender quem expressava a sua sexualidade de forma diferente do padrão heteronormativo. A revolta de Stonewall foi uma verdadeira rebelião, teve agressão e os protestos duraram por dias, pois já era de praxe que os policiais chegavam, batiam e prendiam os frequentadores do bar de Stonewall, até o dia em que estes frequentadores decidiram resistir. A partir daí, a data foi considerada um marco da resistência gay e deu origem às Paradas do Orgulho Gay nos Estados Unidos e em todo o mundo. Por isso, o mês de junho é considerado o mês do orgulho LGBT.

O movimento LGBT no Brasil foi ganhando força junto aos demais movimentos sociais que se posicionaram na luta contra a ditadura militar (1964-1985), um governo de extrema direita que priorizava o avanço econômico do país, em contrapartida, agudizava as demandas de várias expressões da questão social.

Fachini (2011, p. 11) afirma que desde a década de 1960, o circuito de casas noturnas de frequência homossexual era entendido como um espaço de afirmação de uma identidade que não poderia ficar socialmente à mostra com toda “a vitalidade fora dos perímetros que haviam se constituído como lugares de proteção em relação ao preconceito”. Sendo assim, bares e baladas eram, chamados de “guetos” foram primordiais para os primeiros passos de encontros dessa população.

No fim da década de 1960, internacionalmente, a organização das pessoas homossexuais começara a incorporar o que hoje é chamado de movimento LGBT, pois não queriam restringir a expansão de suas existências em guetos e, sim, queriam ter as suas existências socialmente reconhecidas e reivindicar direitos universais e civis

plenos. Uma característica importante que marcou o início do movimento LGBT no Brasil foi a sua discussão junto às pautas feministas, especialmente a partir das discussões sobre a divisão de gênero no escopo do binarismo homem/mulher permitindo, assim, que abrissem as portas para a contestação da ordem heterossexista que renega a homossexualidade, de acordo com Rodrigues (2017).

O papel da mídia foi muito importante para dar visibilidade ao movimento homossexual na década de 1970 (da Silva, 2008). A mídia tem extrema importância para o social, pois ela pode influenciar na forma com que as pessoas percebem ou entendem determinados assuntos. Uma das primeiras formas midiáticas foram os jornais impressos (Pereira e Torres, 2020). Os jornais impressos eram distribuídos para vendas em vários pontos, por ser um dos principais meios de comunicação. O que era exposto nele poderia interferir na forma com que as pessoas percebiam certas pautas sociais, pois, o jornalismo é compreendido como um construtor de sentidos da realidade. As representações dos gays a partir do discurso jornalístico podem determinar e intensificar “o processo de marginalização dos homossexuais na sociedade, excluindo-os do exercício da cidadania e contribuindo para o crescimento da homofobia.” (da Silva, p. 02, 2008).

Segundo Bourdieu (2016), sexo (biológico) e gênero (social) eram fundidos numa mesma lógica. O indivíduo que nascia macho, com a genitália masculina, era conseqüentemente considerado homem e deveria performar um modelo de masculinidade de acordo com o que estabelece o patriarcado. De igual forma, o indivíduo que nascesse fêmea, ou seja, com a genitália feminina, deveria assumir-se nos preceitos consagrados da feminilidade.

Assim, nascer macho tornaria o indivíduo homem, assim como nascer fêmea tornaria o indivíduo mulher, esta seria a lógica. Nessa perspectiva, os homossexuais estariam desviando do “natural” ao não ter a performance esperada para o gênero designado, e quando considera a pessoa transexual, essa carga é ainda mais intensa, já que além do comportamento social, existe uma mudança física, por parte da sociedade apontavam as travestis como sendo pessoas promiscuas e ligavam diretamente a imoralidade.

Na cidade de Manaus, estado do Amazonas, Lima (2018) ressalta que na década de 1960 era comum os jornais referirem-se aos travestis e homossexuais como “indesejáveis” e utilizar os termos “vagabundos” e “vadios” como vocativos para estas

peças, sobretudo aqueles e aquelas que estavam em situação de prostituição. Hoje, o termo usado para mulheres que fazem sexo em troca de dinheiro é profissional do sexo, entretanto, na década de 1960 era usado “meretrizes”, “mundanas”, “mulheres da vida”, “vadias”. Na década de 1960, a prática era altamente discriminada e estas pessoas eram detidas e presas como forma de higienização social, sendo utilizadas formas de violência e detenções, mesmo que não houvesse fundamentos legais para isso. Neste momento, já existiam algumas discussões dos violentados para um possível movimento social, mesmo que em Manaus ainda não existisse a ideia de movimento social solidificada, havia uma indignação.

Ao fim da década de 1970, o movimento homossexual ganhou força no Brasil. O movimento homossexual passou a ser conhecido como GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Lima (2018) ressalta que até o início dos anos 2000, muitas pessoas nem sequer sabiam o que era homofobia, isso só foi se modificando, mesmo que de forma lenta, pela incansável luta de Organizações Não-Governamentais - ONGs e tímidas ações do governo, como a elaboração de alguns folders para as unidades de saúde pública ou pelo fato de essas instituições inserirem o discurso “livre de preconceito contra a diversidade sexual” em algumas campanhas esporádicas até aquele momento.

Quinalha (2021) costuma dividir a trajetória do movimento LGBT brasileiro em três ciclos, sendo o primeiro de 1978 a aproximadamente 1983, um segundo, que vai de 1984 a 1992 e um terceiro, que se estende desde 1992 aos dias de hoje.

O primeiro ciclo é referente aos anos iniciais do movimento GLS (conforme nomenclatura da época) no Brasil. Os principais grupos desse período foram o Grupo Somos e o Jornal Lâmpião da Esquina, ambos marcados pelo antiautoritarismo, uma vez que o contexto social era de ditadura militar. Assim, a própria forma de se organizarem em formato de reflexões em conjunto, ou seja, tentavam dar espaço de fala a todos que pertenciam ao grupo, a fim de fomentar discussões para melhorias de vida individual e social das pessoas envolvidas e para o enfrentamento das lutas diárias desse grupo socialmente estigmatizado. Alinhados ao movimento feminista, no fim da década de 1970, debatiam a questão da politização do cotidiano, ou seja, sobre coisas que aconteciam no cotidiano, tais como as violências e discriminações que os impediam de ter acesso a direitos.

Muitas literaturas apontam o movimento GLS manauara como se tivesse começado no fim dos anos 1970. Porém, é importante dizer que este movimento social

não aparece estruturado, ele vai se construindo com as ações ao longo dos anos. Foi necessário que tivessem passos anteriores até que ele ganhasse força e chegasse à organização que se estabelece nos dias atualmente.

Os primeiros passos de formação do movimento social voltado para o público LGBT em Manaus já existiam desde a década de 1950 (Fonseca, 2022). Pereira e Torres (2020) aponta que existem poucos registros do movimento homossexual dessa época, pois pelo contexto de formação, onde era necessário ter cuidado com a repressão e não se podia deixar registros virem a público para que não houvesse prisões e censuras, por isso foram se perdendo os registros.

De acordo com Fonseca (2022), os encontros dos homossexuais e travestis em Manaus aconteciam em bares específicos, praças e casas de “mulher da vida”, como chamavam os prostíbulos, para paquera e conversas sobre interesses em comum, sendo assim estruturados os primeiros rastros do que mais tarde configuraria o movimento reconhecido com a nomenclatura de Movimento GLS.

No que diz respeito à forma com que a sociedade olhava para as pessoas homossexuais, percebe-se uma forte tendência à rejeição em virtude do preconceito, conforme expressa uma matéria do Jornal A Crítica na edição do dia 19 de janeiro de 1976.

A matéria trata-se de um motorista de táxi que entrou com uma ação judicial após seu carro ser apreendido com irregularidades, a placa do seu automóvel precisou ser trocada, ao receber o carro com a placa de número “24” o motorista rejeitou e na ação alegou que o número “24” iria arranhar sua moral, e que se o carro ficasse parado na delegacia ou rodando não faria diferença, pois ninguém iria querer entrar em um carro com uma placa “ridícula”. O juiz responsável pelo caso, que ocorreu em Minas Gerais, disse que iria prevalecer a opinião do motorista por considerar um número injurioso. O fechamento da matéria e a notícia de que o governo iria retirar o número do calendário numérico.

Este preconceito que envolve o número 24 se dá a partir de uma associação altamente homofóbica. A discriminação acerca do número 24 acontece porque no jogo do bicho, que é um jogo de azar ilegal inventado no Brasil há mais de 100 anos, o número 24 representa o animal veado que, por sua vez, imita pejorativamente a pronúncia de pessoas homossexuais, revelando que a homofobia se manifesta de forma humilhante, desde o risível ao violento.

Se por um lado a homossexualidade remetia à desmoralização, por outro, considerava os indivíduos como aberrações, doentes mentais e perigosos, conforme ilustra essa outra matéria divulgada pelo Jornal A Crítica, em Manaus, no ano de 1977, sobre uma mulher lésbica taxada no anúncio da matéria como “anormal”.

A reportagem relata um crime passional cometido por uma mulher lésbica que, ao perceber um chofer se aproximando com intenções amorosas da mulher pela qual ela é apaixonada, o esfaqueia com ciúmes. Apesar de no título da matéria está sendo utilizada a nomenclatura “lésbica”, nas letras menores e no corpo do texto é possível encontrar o predicativo do sujeito que a refere como alguém “anormal”, reflexo da moralidade dos anos 1970.

Ressalta-se que nos anos de 1970 e 1980 os meios de comunicação, especificamente os jornais, foram grandes fontes de construção da estigmatização das pessoas homossexuais, trans e travestis. Nesse período, os jornais pontuavam nomenclaturas de cunho pejorativo e agressivo, só mais tarde, os jornais passaram a imprimir um trato positivado a população LGBT, tornando-se em vários momentos aliados do movimento, divulgando eventos e utilizando-se de nomenclaturas menos sugestivas (Veras, 2015).

O segundo ciclo do movimento homossexual, marcado pelo período de 1984 a 1992, é fortemente marcado pela eclosão da epidemia do HIV/Aids. Com isso, houve a diminuição da quantidade de grupos homossexuais, especialmente em São Paulo, pois a maioria estava m engajada os em dar respostas coletivas para o HIV/Aids em uma conjuntura de crescimento dos casos de pessoas infectadas e demora nas respostas governamentais para o enfrentamento da epidemia.

Nesse período, ficou marcada a atuação dos grupos Triângulo Rosa e Atobá, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay, da Bahia. Uma importante conquista desse período é a adoção do termo “orientação sexual” contra a ideia da homossexualidade pensada como uma “opção” ou como uma “escolha” sexual. Inclusive, Facchini (2011, p.09) aponta que:

A Constituinte de 1988, foi do Grupo Triângulo Rosa a articulação do movimento homossexual parareivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e no artigo que versa sobre os direitos do trabalho.

Inicialmente, o termo “orientação sexual” não teve a adesão unânime, porém,

foi o início para que a ideia fosse disseminada e começasse uma nova era na qual a orientação sexual não mais é vista como uma escolha do indivíduo. Durante meados da segunda onda (anos 1980), as principais pautas eram sobre a despatologização da homossexualidade, positividade midiática relacionada à homossexualidade e a luta pela legislação antidiscriminatória do casamento homoafetivo (Fachinni, 2011).

Irineu (2014) aponta que o processo redemocratizador da década de 1980 foi fundamental para a expansão da compreensão do que é gênero e sexualidade, contribuindo para expandir esse conhecimento para outras áreas, além das ciências psiquiátricas e psicológicas. Com isso, as áreas da saúde e da educação tornaram-se alvo dos movimentos feministas LGBT na luta pela criação de políticas públicas que alcançassem os seus direitos dessas pessoas de terem acesso à saúde e à educação. A área da saúde foi referência no combate à epidemia de HIV/Aids e a área da educação foi destacada pela possibilidade de tocar nas relações de preconceito e discriminação desde os primeiros momentos de socialização do indivíduo. Ressalta-se que, neste momento, muitas pessoas acreditavam que o HIV era exclusivo de homossexuais.

No jornal impresso *Á Critica* circulado em 03 de maio de 1983, no alto da capa do jornal, há uma manchete intitulada “Descoberto vírus que mata gay”. Apesar de ser a única coisa escrita com a numeração da página, é nítido o sensacionalismo que levaria as pessoas a comprar os jornais como uma forma de descobrir o que seria este “vírus que mata gays”. Nota-se que há uma certa especificidade, como se fosse exclusivo dos homossexuais. Ao buscar a página referida, é identificado apenas um trecho que fala sobre a AIDS vir para “exterminar” os homossexuais. É importante registrar que até esse momento ainda não se tinha registro identificado de casos de pessoas com HIV/Aids em Manaus. Os primeiros casos de HIV/Aids em Manaus foram identificados em 1987.

Conforme o noticiado no Jornal, houve o apontamento de dois casos de AIDS identificados através do hospital Alfredo da Matta. Coincidentemente, as duas pessoas acometidas com a doença tratavam-se de homens homossexuais, o que corroborou com a associação da doença à homossexualidade, como se os homossexuais fossem o único público que pudesse transmitir a doença. Na reportagem, isso fica explícito, sendo reforçado também que era um dado alarmante, uma vez que o Amazonas era considerado um estado de região pobre.

A chegada dos anos 1990 traz consigo a luta contra a AIDS, contra a

associação entre homossexualidade e HIV/Aids. O terceiro ciclo do movimento LGBT ocorre em um contexto em que o Brasil se tornou pioneiro na resposta comunitária e governamental ao HIV/Aids (Quinalha, 2021).

Facchini (2011) aponta que uma das características nesse novo momento é a diferenciação de vários sujeitos políticos internos no movimento, com a inclusão de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, e transexuais, que trouxe demandas específicas de cada um desses coletivos.

Nesta década de 1990, houve a retirada do termo “homossexualismo” da base de distúrbios mentais do Código Internacional de Doenças – CID, no dia 17 de maio de 1990, deixando, assim, de compreender as identidades de gênero não hegemônicas como doenças. A partir desse ocorrido, o mês de maio passou a ser alusivo aos homossexuais como o mês de combate à homofobia (Lima, 2021). É necessário compreender que a retirada da “homossexualismo” do CID ocorreu a partir da Organização Mundial de Saúde – OMS, por intermédio de suas atribuições jurídicas e médicas, sobretudo por pressão dos movimentos sociais LGBT que lutavam naquele momento pela despatologização das orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes (Lima, 2021).

A chegada do HIV/Aids no Brasil foi um paradoxo, pois, apesar de intensificarem a associação da homossexualidade à doença, o envolvimento das pessoas LGBT na causa possibilitou que esse público ganhasse projeção política para fortalecer o movimento LGBT em busca de direitos e visibilidade sócio-política. E foi na luta contra o HIV/Aids que os movimentos sociais LGBT ganharam espaço e apoio governamental.

Em 1992, foi fundado o Grupo Gay do Amazonas – GGA tendo como protagonista e fundador Adamor Guedes, ativista importante por ser pioneiro dentro do estado do Amazonas, principalmente no contexto da epidemia do HIV/Aids. Adamor Guedes conseguiu parcerias para o movimento junto às instituições de saúde pública, como o Hospital de Medicina Tropical, que até hoje é referência no tratamento de HIV/Aids no Amazonas. A visibilidade social e política do GGA contribuiu para a fundação da ABGLT (Lima, 2021).

O GGA passou a ter visibilidade nacional no ano de 1995, participando inclusive para eleger o secretário-geral nacionalmente da Associação que congrega os homossexuais, a votação aconteceu na cidade de Curitiba, entre os dias 28 e 31 de

janeiro de 1995, durante o evento VIII Encontro Nacional GLT, foi neste evento que foi fomentada a reivindicação junto ao governo brasileiro para legalização da união de pessoas do mesmo sexo. Outro marco importante do GGA era que tinha cerca de 600 associados, ponto importante para a época (Lima, 2021).

Ainda em 1995, ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileira, a ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - que reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o país, considerada a maior rede LGBT na América Latina (Facchini, 2011). Com o advento do HIV/ Aids, foi aberto um grande espaço para os LGBTs serem inseridos no meio político e na luta por direitos, ganhando visibilidade, principalmente os transexuais e travestis, que conquistaram espaço neste momento para grupos exclusivos, a nível nacional e também municipal, como Lima (2020) explicita que surgiu em Manaus o grupo “Sereias da noite” que consistia em dar orientações e disponibilizar camisinhas para as travestis e transexuais que desenvolviam trabalhos sexuais em troca de dinheiro.

O grupo Sereias da Noite ficava localizado no centro de Manaus e inicialmente funcionava em horário comercial, passou posteriormente a funcionar até as 19h, a entrevistada de Lima (2020) enfatiza que tanto o horário quanto a localidade era estratégico para que alcançasse o público de forma satisfatória. Neste período ainda havia repressão por parte da polícia, mesmo depois de trocar o modelo de governo, após vários contatos com a polícia militar foi cedido que houvessem palestras para os policiais “Mais ou menos uns cinquenta policiais em cada palestra, e a gente falava o que era ser um gay, o que era sê uma lésbica, qual era nossos direitos, que não diferente direito de nenhum outro sê humano, mas que pelos nossos trejeitos nós éramos diferenciados.” (Carvalho em entrevista de Lima, 2020, p. 12).

No início dos anos 2000, outros grupos de movimentos sociais LGBT foram se espalhando cada vez mais, aumentando a visibilidade da orientação sexual e identidade de gênero na mídia e na comunidade. É importante dizer que, no Brasil, é realizado anualmente o maior evento de massas do país: a Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestise Transexuais – LGBT. A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é a maior do mundo, com cerca de três milhões e meio de participantes, segundo a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT-SP, 2011).

Em Manaus, a Parada do Orgulho LGBT acontece há 27 anos, ou seja, começou

no ano de 1997. Há uma reunião do movimento LGBT que acontece no intuito de alinhar as associações advindas do movimento LGBT amazonense para futuras ações, as principais pautas a luta contra LGBTfobia que provoca a falta de segurança para esta população, questões da área da saúde e situação de vulnerabilidade social. Nota-se que a necessidade de pautas a se trabalhar hoje no Amazonas é muito semelhante às das décadas anteriores.

Antes da década de 1990, Manaus dependia unicamente dos bares LGBT para o encontro dessa população. O primeiro bar LGBT de Manaus, Patricia's bar, marcou a história da população LGBT amazonense e agora está eternizado na obra "Um Bar chamado Patrícia", de Bosco Fonseca, militante de longa data ainda hoje ativo no movimento LGBT.

Nas imagens disponíveis no livro, podemos observar os eventos que ocorreram no Patricia's Bar, onde tinham alguns frequentadores desfilando e os demais estavam apreciando o desfile. Esses eventos eram voltados para a população LGBT e, lá, eles poderiam se expressar livremente conforme desejassem. Patricia's bar passou a ser um ponto de encontro de artistas do movimento gay de Manaus. Antes da existência desse bar, que foi inaugurado na década de 1970, as aparições de LGBTs, de forma mais exposta, aconteciam quase sempre em período de carnaval. No fim da década de 1960 já existiam concursos voltados para o público gay, como a escolha das musas do carnaval gay.

Os registros fotográficos e as falas são de suma importância para a história do movimento LGBT em Manaus porque é através delas que podemos contar a história viva do movimento LGBT. Participar de desfiles e se expor nesses redutos era sinônimo de coragem, uma vez que o cenário era de um regime ditatorial de direita com caráter opressor, mas o bar vinha como "um manifesto de um povo que não queria se esconder" (Fonseca, 2022, p. 30).

Em 2004, durante o primeiro mandato do governo Lula, houve a criação do "Programa Brasil Sem Homofobia". Este programa era interministerial e articulado nacionalmente, sendo um largo passo dado para a comunidade LGBT. A partir disso, houve uma visibilização midiática positiva maior em relação ao assunto e o mercado começou a vender programas de lazer e itens específicos para a população LGBT, não apenas por simpatizarem pela causa, mas, também, por ser uma fonte geradora de lucro, o que trouxe benefícios para a população LGBT em termos de conseguir alcançar espaços e parcerias (Pereira, 2022).

Pereira (2022) traça uma linha do tempo sobre as conquistas do movimento LGBT no Brasil. Logo após a criação do Programa Brasil sem Homofobia, em 2005, houve a inclusão de ação orçamentária exclusiva para políticas públicas LGBT. Em 2008, foi realizada a primeira Conferência Nacional LGBT, sendo estampado nos principais jornais a foto do então presidente Lula com a bandeira LGBT na abertura da conferência, sendo um marco para o movimento LGBT, com importância simbólica não só pela bandeira nas mãos do presidente do país, mas pela sinalização pública e reconhecimento da relevância das demandas do movimento para o governo. Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos LGBT no ano seguinte, houve a reformulação do Conselho Nacional de combate à Discriminação, passando a se dedicar a políticas LGBT.

Uma reportagem realizada pelo jornal digital G1 fala sobre a presença do Presidente do Brasil em 2008 na 1ª Conferência Nacional LGBT. Lula disse em entrevista que era grato por poder participar do evento, porém, não era fácil se colocar à disposição para comparecer em eventos que envolvam segmentos tão cercados de preconceito como a população LGBT.

Kahhale, Oliveira e Ceccarelli (2011) afirmam que, em 2010, durante o segundo mandato do presidente Lula, foi criada a Portaria CCD/CRT- nº a-1, de 27 de janeiro de 2010, que versa sobre o protocolo clínico nos ambulatórios de saúde para travestis e transexuais e a criação do Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais, conquista marcante e de suma importância para as pessoas transexuais e travestis.

O ano de 2011 foi regado a muitas discussões políticas acerca do projeto de lei que iria criminalizar a LGBTfobia. Havia forte resistência por parte da bancada evangélica. Pereira (2014) lembra que Wilton Acosta afirmou que o projeto pretendia criminalizar a fé das pessoas e a liberdade religiosa. O líder religioso Silas Malafaia acusou as pessoas homossexuais de estarem tentando impedir a liberdade religiosa. Com isso, é possível perceber que existem pessoas em posição de liderança que legitimar a homofobia como algo naturalizado e que deve ser mantida e propagada, com base em religiões específicas, desrespeitando não só a laicidade do Estado, mas também, a liberdade sexual, culpabilizando a vítima de homofobia pela violência sofrida.

No ano de 2016, com o decreto nº 8.727, a presidenta Dilma Rousseff promulgou o direito ao uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero

de pessoas trans e travestis em nível nacional. Um passo marcante para a população trans e travestis. Uma das entrevistadas de Lima (2021), em sua dissertação aborda que antes da ideia de nome social, as travestis e transexuais já se “batizavam” entre elas, apesar de não ter reconhecimento jurídico e de ser algo que não ia para a esfera pública, elas se davam nomes umas às outras pelo “nome de guerra” (à época não se conhecia como nome social). Inclusive, esta mesma entrevistada só obteve a retificação do seu nome em documentos pessoais, no ano de 2019, quando tinha mais de 45 anos.

Em Manaus, o Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero só foi criado 7 anos após a Portaria CCD/CRT- nº a-1, de 27 de janeiro de 2010, em setembro de 2017. O ambulatório de gênero fica situado no Pan da Codajás, zona sul de Manaus. Foi criado através da parceria entre a Universidade Estadual do Amazonas – UEA e a Secretaria Estadual do Amazonas SES-AM. Conforme o site da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas - SES-AM, o Ambulatório de Gênero atende cerca de 400 pacientes fixos mensais que recebem atendimento e acompanhamento por uma equipe multidisciplinar formada por enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos, ginecologistas, fonoaudiólogos, endocrinologistas e outras especialidades necessárias (SES - AM, 2023). O Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero é coordenado pelos professores Dária Neves e Denilson Aguiar.

De acordo com o currículo da plataforma Lattes, Dária Neves é médica e atua com ênfase em Ginecologia Obstetrícia, Reprodução Humana, Ginecologia Endócrina, Planejamento Familiar, Endoscopia Ginecológica. Atuando principalmente nos seguintes temas: Infertilidade, Climatério, Planejamento Familiar, Ginecologia Endócrina, Endoscopia ginecológica e Sexualidade. Enquanto Denilson Aguiar é advogado com ênfase em Direito Ambiental, Direitos Humanos, Direitos Humanos e mecanismos de soluções de conflitos Socioambientais; Direito LGBT; Direito Pesqueiro; Direito dos animais, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Ambiental, Direitos Humanos, Direito Constitucional, Mecanismos de Soluções de Conflitos, Conhecimento Tradicional associado ao Manejo Pesqueiro, Conflitos Socioambientais Pesqueiro, Mediação, Direito LGBT.

Em 2011, houve a troca de presidente, iniciando o governo de Dilma Rousseff. Durante o primeiro ano do seu governo, foi realizada a segunda Conferência Nacional LGBT. A ausência da presidenta Dilma Rousseff na abertura frustrou as expectativas do público. Dilma, que era a presidenta na época, 2011, foi representada por três

ministros no evento: Gilberto Carvalho, da Secretaria da Presidência da República, Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos e Luiza Bairros, da Igualdade. O motivo pelo qual a presidenta não se fez presente não foi revelado, entretanto, a ministra dos direitos humanos enfatizou o envio dos ministros para se fazerem presentes e a representarem (Leão, 2011).

Outro motivo de frustração para os movimentos LGBT foi que essa conferência não deu origem a um novo plano de políticas a partir de suas resoluções, o que pareceu, nesse momento, uma diminuição no comprometimento do governo federal com as demandas da população LGBT (Pereira, 2022). Em 2015, aconteceu a exclusão de ação orçamentária exclusiva para políticas LGBT, e, em 2016, foi realizada a terceira Conferência Nacional LGBT, que também foi polêmica por ser realizada de forma unificada com outras áreas dos direitos humanos (Pereira, 2022).

Em 2017, em Manaus, foi fundada a Associação Manifesta LGBT+ que atua na promoção de direitos da população LGBT no Amazonas, sendo conhecida também por fundar e ser responsável jurídico pela Casa Miga, primeira casa de acolhimento para pessoas LGBT da região norte do país. Neste mesmo ano, foi fundada a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas – ASSOTRAM. A ASSOTRAM foi fundada a partir da necessidade de ter uma associação específica para o segmento travesti e transexual para comprometimento de luta em prol das demandas desse público específico, pois Lima (2021) denuncia que mesmo havendo movimentos LGBT, a população “T” amazonense era invisibilizada dentro do movimento, sendo as pautas voltadas mais para o segmento homossexual. Esses acontecimentos ocorreram durante a presidência de Michel Temer, ex-vice de Dilma Rousseff, no ano de 2017.

Em 2018, último ano do Governo Temer, houve a reinclusão da ação orçamentária exclusiva para a população LGBT. Em 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu o governo. Desde sua campanha, ele levantou polêmicas em torno da população LGBT ao se promover em cima do mito do “kit gay” mostrando em jornais de grande audiência um livro que não tem ligação com as políticas públicas e programas para a população LGBT. Em seu governo, renomeou o Ministério de Direitos Humanos para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, indicando Damare Alves, advogada e pastora evangélica, para o cargo de ministra, que protagonizou a frase: “É uma nova era no Brasil. Meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (Pereira, 2022).

De acordo com Cavalcante, Chaguri e Netto (2021), o percurso eleitoral de Jair Bolsonaro foi firmado no conservadorismo, tendo ele mesmo afirmado a sua adesão ao neoliberalismo. Em discurso feito na Assembleia Geral da ONU, realizado em 24 de setembro de 2019, são explicitadas simultaneamente posições que o aproximam dos polos conservador -"a ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas [...] invadiu nossos lares para investir contra a célula manter de qualquer sociedade saudável, a família" (Bolsonaro, 2019) e neoliberal: "o livre mercado, as concessões e as privatizações já se fazem presentes hoje no Brasil" (Bolsonaro, 2019).

Os autores reforçam que a postura e as falas do ex-presidente expressam claramente o seu perfil neoliberal e conservador. "A linha dessa costura é dada por Bolsonaro quando afirma que suas "bandeiras" são: "família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado." E ameaça: "Quem não aceitar isso, está no governo errado" (Cavalcante; Chaguri; Netto, 2021, p. 291). Para compreender a inserção do Jair Bolsonaro dentro do viés conservador, faz-se necessário compreender que o conservadorismo é uma forma de pensar e agir que comumente resiste a mudanças nas esferas política, social, econômica, cultural, etc., com isso, visa manter uma ideia de "ordem social". A pessoa conservadora defende essa "ordem" tendo como referência valores tradicionais como a hierarquia e o autoritarismo (Iamamoto, 2010). O conservadorismo se atualiza, aparecendo com novas roupagens, porém, com a mesma base, chamado de neoconservador.

A reconfiguração da base conservadora se dá a partir da incorporação de princípios do neoliberalismo, configurando o neoconservadorismo (Barroco, 2015). As falas de Jair Bolsonaro, são dentro do conservadorismo e/neoconservadorismo, pois estão atreladas a ideia de que deve-se combater o diferente e conservar os "valores" morais que ele utiliza como discurso de valorização da família. Além disso, as suas ações deixam claro que a ideia de valorização da família e o ataque aos direitos das minorias sociais foram elementos centrais do fazer político do governo de Jair, e o perfil das suas ações indicaram uma conexão direta com a política econômica neoliberal, que por sua vez prega menor participação possível do Estado na economia (Marques, 2023).

Em 2020, a ação orçamentária exclusiva para políticas públicas LGBT, foi novamente excluída, além da revogação da quarta Conferência Nacional LGBT que já estava marcada para 2020 desde o governo Temer, em 2018. Em 2021, houve o

fechamento do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT. Bolsonaro declarou-se abertamente homofóbico quando pronunciou “sou homofóbico, sim, com muito orgulho”. Em entrevistas em canais de televisão, suas falas e comportamentos abriram portas para o aumento dos índices de violência e discriminação por LGBTfobia arrastando inúmeros seguidores, como, por exemplo, o apresentador de televisão Sikêra Junior, muito assistido e com alta audiência no estado do Amazonas. Além disso, as investidas no campo da cultura, educação e políticas sociais eram marcadas pela orientação conservadora de ministérios e secretarias comprometidos com o que era entendido como “preservação dos valores e da família” usando deste discurso para impedir que as pessoas LGBTs avançassem nos campos de direitos (Cavalcante, Chaguri e Netto, 2021).

No ano de 2020, Sikêra Junior postou em suas redes sociais: “Sou homofóbico, sou ditador, tô nem aí”. Isso gerou grande repercussão, chegando a sair matéria na Folha de São Paulo, no site UOL, na Revista Isto É e em outros grandes sites após falar no programa nacional da emissora Rede TV: “Vocês são nojentos. A gente está calado, engolindo essa raça desgraçada, mas vai chegar um momento em que vamos ter que fazer um barulho maior”, se referindo a um comercial de televisão com casal gay. O comercial tratava de uma campanha publicitária de uma famosa rede de lanchonete conhecida mundialmente e mostrava várias crianças de diferentes idades falando abertamente sobre diversidade sexual, elas falavam o que achavam e sobre suas experiências de conhecerem pessoas LGBT próximas, sendo familiares ou amigos de familiares.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) apontou que foi registrado no Brasil o número de 256 mortes violentas de LGBTs em 2022, sendo 111 casos na região nordeste, que somam o maior quantitativo. 36 casos foram registrados na região norte, representando em porcentagem 14,06% no do país, sendo muito expressivo esse dado quando consideramos o número de habitantes, pois na região nordeste tem 56.100.000 habitantes enquanto a região norte tem 17.300.000, ainda de acordo com o Grupo Gay da Bahia (Grupo Gay Da Bahia, 2023).

Além dos homicídios, os dados gerais são de 14 suicídios registrados. O levantamento indica que gays foram 52% das vítimas, seguidos pelo grupo formado por travestis e transexuais com 42,96%. A maioria das mortes foi de pessoas jovens com idade entre 18 e 29 anos (43,7%).

O GGB chama a atenção para que travestis, transexuais e transgêneros são

assassinadas antes de completar 40 anos, das 110 vítimas, 83% morreram entre os 15 e 39 anos. O relatório de 2021, também realizado pelo Grupo Gay da Bahia (2022), apontou o registro de 24 suicídios e 276 LGBTs assassinados violentamente, fazendo o Brasil seguir em primeiro lugar no ranking de países que mais matam LGBTs registrando uma morte a cada 29 horas (Grupo Gay Da Bahia, 2023).

O relatório acusa o perfil dos últimos 5 anos (com exceção de 2020, que registrou o maior índice de mortes de travestis) com o maior número de vítimas gays, posteriormente, a população de travestis e transexuais. No registro das idades, 47% das vítimas tinham entre 20-39 anos. A vítima mais jovem registrada foi uma travesti de apenas 13 anos e o mais velho um gay de 76 anos. Ainda de acordo com o relatório, Manaus é a terceira capital do Brasil mais insegura para pessoas LGBTs, dado assustador e alarmante. O Grupo Gay da Bahia é pioneiro nessas pesquisas e está há 40 anos publicando e coletando esses tristes dados. Em seus relatórios, fazem também propostas governamentais para diminuir a violência como forma de cobrar uma posição ou uma iniciativa governamental.

A violência contra a população LGBT acontece em todos os espaços sociais, inclusive em universidades, que deveriam ser espaços de maior acolhimento dessas pessoas. Em 2018, um caso que repercutiu na mídia e principalmente nas redes sociais de Manaus foi um pincho⁸ no banheiro do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS da Universidade Federal do Amazonas com a frase “morte aos gays”. Ao adentrar o banheiro, um estudante da instituição fez o registro e postou em suas redes sociais visando mobilizar a comunidade acadêmica contra o ocorrido, o que desencadeou uma mobilização de estudantes com cartazes em forma de protesto contra a LGBTfobia na universidade.

A universidade tem um papel de suma importância no combate à LGBTfobia, primeiro porque a LGBTfobia é motivo de fomentação para a evasão escolar, considerando que muitas vezes o ambiente educacional é local onde a população LGBT sofre discriminação e preconceito (Pereira e Torres, 2020) o silêncio da universidade sobre questões relacionadas à diversidade sexual prejudica o aprendizado e impede a desmistificação do tema para os futuros profissionais. Sem debates sobre a LGBTfobia, há um risco maior de que esses estudantes reproduzam preconceitos no mercado de

⁸ Pichar é uma gíria utilizada para referir-se a rabiscos e dizeres em muros, fachadas e paredes em geral.

trabalho.

Lula assumiu novamente a presidência do Brasil no ano de 2023, gerando expectativas na população LGBT. O site Folha de São Paulo publicou a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queens, Intersexos, Assexuais e outras – CNLGBTQIA+ ainda no primeiro trimestre, quando o presidente assumiu o cargo. O CNLGBTQIA+ é de natureza consultiva e deliberativa, tendo como finalidade colaborar no estabelecimento e formulação de ações, diretrizes e de medidas sociais e governamentais referentes a pessoas LGBTs.

Uma matéria da Folha de São Paulo (2023), importante jornal brasileiro, mostrou a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, conforme nomenclatura utilizada pelo novo Conselho. No decorrer da matéria, é explicado o que significa a sigla CNLGBTQIA+ e a importância de existir um conselho específico para atender as demandas desta população, além de lembrar que o antigo presidente, Bolsonaro, tinha extinguido qualquer colegiado que trabalhasse a temática.

Já há uma mudança com o governo de Lula, pois ele abre espaço para debater sobre o assunto, enquanto o presidente anterior tentava extinguir esses espaços de fala. Em junho, no mês do orgulho LGBT, Nascimento (2023) avaliou o primeiro semestre de mandato do atual presidente. Apesar de ressaltar o avanço que está havendo em relação às pautas LGBTs, a autora lamenta a lentidão em medidas efetivas. Ao ganhar as eleições, Lula afirmou que as pautas LGBTs seriam um dos focos do governo. Apesar de já ter apontamentos positivos, como representatividade dentro do seu governo e a recriação do CNLGBTQIA, ainda há muita expectativa da parte dos movimentos sociais do que ele pode fazer para efetivação de políticas públicas voltadas para esta população.

A quantidade de pessoas LGBT em cargos governamentais, apesar de estar crescendo, ainda é pouco expressiva. Quando uma pessoa com intenções ou já em cargos políticos se revela LGBT, é comumente um alvoroço, como no do Governador gaúcho Eduardo Leite, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB que saiu em várias manchetes de jornais ao se revelar homossexual em 2020. Em 2021, Vivi Reis, do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL do Pará, se tornou a primeira mulher assumidamente bissexual da câmara municipal. É notório que as representatividades nos cargos governamentais começaram a surgir recentemente. Jean Wyllys do Partido dos Trabalhadores - PT foi o primeiro deputado federal assumidamente homossexual. À época, 2011, foi um passo muito importante dentro da câmara dos deputados. Embora

muitos fossem da oposição, Jean abriu espaço para mais pessoas LGBT (TSE, 2020).

Apesar de não ser a primeira, Érika Hilton que atualmente é vereadora de São Paulo pelo PSOL, sendo uma das 10 vereadoras mais votadas, está no momento presente alcançando fortemente a mídia, pelo seu posicionamento firme na luta pelos direitos da população negra e da população LGBT. Érika é uma mulher transexual e negra, que está sendo ovacionada pelos movimentos sociais negros e LGBTs pelo seu posicionamento político.

É importante ressaltar o quão precioso é resgatar a história do movimento LGBT para ficarmos vigilantes contra toda expressão de retrocesso e para avançarmos na luta incorporando demandas dessa população que só se diversifica. Ressalta-se que a luta contra a LGBTfobia é uma luta societária e não de um grupo específico, ou seja, não é uma questão que beneficie apenas um grupo de pessoas, beneficia a comunidade como um todo, como forma de avanço social liberto de pensamentos e atitudes arcaicas como a violência, e por isso a luta contra LGBTfobia necessita de esforços coletivos. A população LGBT não tolera mais o apagamento de suas histórias, de suas verdades e sonhos destruídos pela LGBTfobia, incentivada por pessoas em altos cargos, em diversas instituições, em bares, no trabalho e nas esquinas.

1.3 O engajamento do Serviço Social na luta desafiadora contra a LGBTfobia.

O Serviço Social é uma profissão que lida diretamente com as expressões da questão social produzidas no capitalismo. O profissional de Serviço Social precisa lidar diariamente com situações de preconceito, com a produção de múltiplas violências e com a vulnerabilidade socioeconômica produzida pela desigualdade social na esfera produtiva que atinge um contingente cada vez maior de pessoas.

O Serviço Social é uma profissão que nasceu vinculada ao pensamento conservador (Netto, 1996) e, por isso, carrega consigo este viés ao longo dos anos, apesar da tentativa de ruptura na década de 1980. Para compreender os motivos pelos quais o Serviço Social tem esse viés arraigado no modo de ser da profissão, é necessário entender como se deu a sua gênese.

De acordo com Iamamoto (2010), o Serviço Social surgiu na década de 1930 como parte de um movimento da igreja católica de bases confessionais na tentativa de

recuperar áreas de influência e privilégios perdidos por conta da crescente secularização da sociedade, resultante dos princípios do liberalismo e do comunismo. Neste momento, já existia a influência do Estado e majoritariamente da Igreja Católica. Foi durante a década de 1930 que a sociedade brasileira começou a ter mudanças significativas na área econômica, política e cultural, sendo mais visível a expressão do capitalismo monopolista (Iamamoto, 2010).

Em 1940, as ações sociais com as famílias começaram a ter um caráter mais técnico, porém, a base doutrinária e moralista ainda acompanhava fortemente este trabalho. No Brasil, o Serviço Social como profissão teve origem na Lei n.º 1889 de 1953 que, pela primeira vez, intitulou o Serviço Social como profissão regulamentada. Como já mencionado, o Serviço Social tentou romper com o conservadorismo na década de 1990, entretanto ainda hoje é possível percebê-lo vinculado às amarras do passado, uma vez que o Projeto Profissional nem sempre é um consenso entre os profissionais, o que reatualiza o conservadorismo na profissão com outras roupagens, sob o nome de neoconservadorismo.

Barroco (2015, p. 209) entende o neoconservadorismo como a busca por legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Com isso, as formas de repressão podem implicar em violência contra o outro, bem como a discriminação. E é compreendido que “quando o outro é discriminado, lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças”. Assim, pode-se dizer que o neoconservadorismo reforça ações discriminatórias cotidianas, pois ele é uma reatualização do conservadorismo.

A erradicação de práticas conservadoras dentro do Serviço Social é um desafio urgente e necessário, pois baliza o avanço do Projeto Ético-Político, reificando a ordem social vigente, preconceituosa, opressora e desigual. Com o crescimento da formação profissional de forma sucateada, sendo vendida apenas como mercadoria e com pouca reflexão crítica, a tendência é de que seja ainda mais difícil fortalecer o pensamento crítico na categoria, pois muitos profissionais ingressam no curso com ideologias neoconservadoras, sendo necessário, portanto, a sensibilização para a desconstrução desse pensamento no âmbito da formação profissional, o que é um grande desafio dado à tendência instrumental-técnica com privilégio da formação profissional voltada para o mercado de trabalho em detrimento da razão ontológica que deve promover o questionamento das questões que se põem no exercício profissional na busca de

mediações crítico-reflexivas para o enfrentamento dos problemas sociais.

O Princípio XI do projeto ético-político do assistente social aponta que no exercício profissional do Serviço Social não pode haver discriminação por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. No Princípio VI, fala que deve haver “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. O Princípio V, que fala sobre justiça social, também abrange a população LGBT, e no Princípio I, há o reconhecimento da liberdade como valor ético central, o Princípio II, que fala sobre os direitos humanos (Bonetti, 2006).

Entende-se que o assistente social é um profissional que visa contribuir com a eliminação de todas as formas de preconceitos, inclusive os referentes a gênero e sexualidade, de acordo com o proposto no projeto ético político da profissão que, por sua vez, prioriza uma nova relação com o usuário dos serviços das políticas públicas e sociais, uma vez que a temática de diversidade sexual, erradicação de preconceitos e emancipação humana está em consonância com os direitos humanos.

Com a reformulação do Código de Ética do Serviço Social, que resultou no Código de 1993, a homossexualidade é mencionada no princípio VIII do Projeto Ético-Político, que trata sobre não discriminar nem ser discriminado por razões de orientação sexual. Os onze princípios do Projeto Ético-político contemplam as pessoas LGBTs, uma vez que se destacam em defesa da liberdade, exploração de classe, etnia e gênero. Além disso, pode ser apontado também o princípio XI sendo incisivo ao destacar que “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2011, p. 24).

A categoria de assistentes sociais é respaldada pelo código de ética profissional e suas diretrizes, os Conselhos Regionais de Serviço Social têm o dever de acompanhar denúncias e casos de discriminação por parte dos profissionais, pois, o código de ética do assistente social exige que os profissionais cumpram com suas diretrizes éticas. No decorrer de todo o documento, é apontado que a discriminação não deve existir dentro da conduta profissional.

No tempo contemporâneo, o Serviço Social enfrenta desafios em uma sociedade moralista que reprime a diversidade sexual e de gênero, frequentemente reforçada por discursos midiáticos conservadores e base religiosa. Apesar do código de ética da

profissão ser contra essa opressão, ainda existem assistentes sociais que adotam posturas conservadoras, prejudicando tanto a profissão quanto as minorias sociais. Assim, é essencial que esses profissionais reavaliem seus valores morais e se comprometam com um projeto ético-político que respeite os direitos dos usuários, evitando qualquer forma de violência relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero. Nesse sentido, Leão (2015, p. 56) pontua que:

O assistente social deve ser qualificado para conhecer a realidade social e enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas estratégias profissionais.

O assistente social lida diariamente com populações vulnerabilizadas, dentre as quais podemos citar a população LGBT. As demandas postas pela população LGBT aos assistentes sociais se caracterizam pela subalternação, subemprego, o não respeito ao nome social, dificuldades em permanecer na rede de ensino por motivo de LGBTfobia, dificuldades em transitar em espaço público, violência psicológica, sexual, física e simbólica. A população LGBT comumente está no rol das expressões da questão social e necessita de atendimento e orientação profissional de assistentes sociais (Cisne; Santos, 2018).

As demandas da população LGBT chegam para o Serviço Social, por vezes sem saber que a sua problemática está atrelada à LGBTfobia. As pessoas LGBTs nem sempre percebem-se como vítimas de violação de direitos e chegam até o Serviço Social alegando demandas como desemprego, necessidade de benefício de transferência de renda, inserção em projetos de erradicação da fome, violência na área da saúde, retificação de nome, dentre outras que caracterizam-se pelo preconceito e pela discriminação por ser LGBT (Cisne; Santos, 2018).

Os profissionais de Serviço Social precisam estar atentos às demandas da população LGBT, como a retificação e o uso do nome social. O assistente social deve garantir o respeito a essa escolha, adaptando seus instrumentos de trabalho para incluir o campo do nome social. Além disso, é fundamental considerar as especificidades dessa população, reconhecendo que as problemáticas sociais podem ser agravadas pelo preconceito e discriminação decorrentes da LGBTfobia em várias áreas da vida.

O Estado frequentemente perpetua a invisibilidade e a violência contra a população LGBT, como apontado por Irineu (2014). Em vez de atuar preventivamente para garantir os direitos dessas pessoas, a intervenção do Estado geralmente ocorre apenas após a violação desses direitos. Apesar da existência de leis, como a Lei nº

10.948/2001, que penaliza a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, muitas situações de LGBTfobia continuam impunes, o que reforça a sensação de impunidade entre agressores e a continuidade da discriminação contra a comunidade LGBT .

O debate sobre a homossexualidade no Serviço Social apareceu pela primeira vez no Serviço Social em 1986, no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1986. Tendo como percursores o movimento estudantil da época composto pelos graduandos do curso de Serviço Social, dentre eles, alguns estudantes gays e lésbicas, no eixo temático do evento: Serviço Social, relações de exploração e opressão de Gênero, Raça, Etnia, Geração e Sexualidade (Duarte, 2014), esse evento provocou reflexões acerca da temática, embora fosse apenas um trabalho em número, foi grandioso para fomentar o debate sobre diversidade dentro das universidades, dando espaço para esta temática.

Foi no final dos anos 1990 que começaram a surgir os primeiros núcleos de pesquisa em gênero nas escolas de Serviço Social no Brasil, o que contribuiu para o debate sobre diversidade sexual, abrindo portas para discussões acerca da temática (CFESS, 2020). Ressalta-se que, mesmo que com passos tímidos, a introdução da temática no Serviço Social foi de suma importância, pois na década de 1990 o Projeto Ético-Político já estava vigente, porém, a profissão ainda enfrentava os lastros do conservadorismo que impedia de haver mais avanços acerca da temática, entretanto com o passar do tempo alguns profissionais passaram a se dedicar na temática garantindo fôlego para propiciar uma discussão maior e mais efetiva dentro da profissão.

Embora a temática da diversidade sexual já existisse nas produções do Serviço Social, foi somente após os anos 2000 que as produções ganharam pujança, ou seja, existem registros de que já havia produções no fim da década de 1980, entretanto, após os anos 2000 começaram a ser incorporados em eventos e discussões na área, elementos mais contemporâneos como o casamento e adoção de crianças por pessoas LGBT, passando a tratar a homossexualidade fora do rol das doenças mentais, uma vez que depois de 2000, o termo “homossexualismo” foi abolido e a homossexualidade já era considerada teoricamente como uma expressão da sexualidade humana.

A temática da diversidade sexual passou a ser incorporada nas discussões do Serviço Social com maior robustez após a reformulação do Código de Ética Profissional de 1993, utilizado até hoje. A partir disso, a profissão começou a dar tímidos passos para se apropriar com mais profundidade sobre o assunto. Na década de 1990, o

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS começou a desenvolver ações que tinham como objetivo a orientação aos profissionais de Serviço Social no atendimento às pessoas LGBT em consonância com os princípios do Projeto Ético Político da profissão (CFESS, 2020).

A primeira aparição específica da temática dentro do conjunto CRESS – CFESS ocorreu no ano de 2000, através de uma veiculação no Jornal Práxis do CRESS-RJ. Na oportunidade, o jornal abordava sobre o ódio ou medo de alguém devido à sua orientação sexual, sendo uma referência para a homofobia, a partir daí vários CRESS passaram a incorporar, aos poucos, a discussão da temática (CFESS, 2020).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social está vinculado a um projeto societário de transformação social (Netto, 2006), que propõe a transformação da sociedade por via da construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero. Os elementos que constituem o Projeto Ético Político do Serviço Social explicitam princípios e valores éticos da profissão, criticam a ordem social vigente e defendem as lutas sociais e a verticalização das políticas sociais.

Em 2003, houve uma menção aos sujeitos LGBTs no relatório final do Encontro Nacional CFESS – CRESS realizado em Salvador-BA, em que segundo Irineu (2010, p. 15),

No âmbito do Serviço Social, a inserção de reflexões a respeito da sexualidade, da diversidade sexual e dos direitos LGBT é recente. Conferimos destaque à aprovação pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) da resolução 489/2006, que veda conduta profissional discriminatória por motivo de orientação sexual, e da resolução 615/2011, que garante o uso do nome social de travestis e transexuais nos documentos profissionais. Ressalta-se, ainda, a inserção do grupo de trabalho “gênero, raça/etnia e orientação sexual” no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2003.

Com isso, é identificado um entrosamento na temática, mesmo de forma incipiente. Esses pequenos passos, são grandes conquistas, sendo reconhecidos como importantes para o desenvolvimento da profissão. As produções acadêmicas e os debates sobre o tema da diversidade sexual dentro dos espaços de formação profissional é de suma importância para que os futuros profissionais de Serviço Social atuem de acordo com os princípios do projeto ético-político da profissão, que apontam para o exercício profissional sem discriminação por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

A proposta do CFESS é sensibilizar a categoria de assistentes sociais e a sociedade para o debate em torno da livre orientação e expressão sexual como direito

humano, além de contribuir para o aprimoramento profissional através do debate acerca da sexualidade humana, reconhecendo sua diversidade de expressões, heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, contribuindo, para a garantia do respeito à diversidade humana nos espaços institucionais de atuação e na formação profissional em Serviço Social (CFESS, 2005). Com o lançamento dessa campanha, o CFESS soma esforços na luta pelo combate à violência e a defesa de direitos.

Em 2006, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS realizou a campanha em favor da livre orientação sexual com a temática “O amor fala todas as línguas”. A campanha tinha como objetivo falar sobre a importância da erradicação dos preconceitos que ocorrem contra as pessoas LGBTs e de como a profissão de Serviço Social deve se posicionar em favor desta erradicação envidando esforços para que o sujeito seja protagonista de sua própria história com seu direito de liberdade que deve ser escutada e respeitada, a campanha foi pensada a partir do 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS – CRESS realizado em Manaus - Am.

Entretanto, o CFESS (2020) aponta que houve uma certa resistência de alguns profissionais e também de alguns Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS para a adesão da temática. Essa resistência aconteceu por ser um assunto considerado polêmico e que vai de encontro com as crenças pessoais de alguns profissionais. Quem é LGBTfóbico dificilmente se percebe assim, considerando ser um assunto delicado, que não deve ser abordado em esfera pública para não haver censura e, por isso, alguns profissionais recusaram-se a aderir.

Ressalta-se que esse tipo de resistência foi pontuada como negativa para avanços da profissão dentro do próprio CFESS. Com isso, é importante destacar que há resistência da própria categoria de assistentes sociais à luta LGBTfóbica, ou seja, alguns profissionais ainda exercem a profissão com crenças individuais limitantes, mesmo que tenham feito o juramento de assumir o compromisso ético-político da profissão. Ao recusar-se abraçar campanhas importantes para as demandas da expressão da questão social, o profissional está também se distanciando de contribuir com ações de promoção da emancipação humana e a autonomia dos usuários do Serviço Social.

Em 2008, a campanha pela livre orientação sexual foi intitulada como “Assistentes Sociais na luta contra o preconceito”. Resultando na Resolução nº 489/2006, que estabelece normas de conduta do assistente social que veda práticas discriminatórias e preconceituosas por orientação sexual e expressão sexual por pessoas

do mesmo sexo. (CFESS, 2020). A resolução nº 489/2006 de 03 de junho de 2006 foi um importante passo, pois estabelece como norma a vedação de conduta discriminatória ou de cunho preconceituoso motivados pela orientação sexual e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício da profissão de Serviço Social.

No ano de 2015, o CFESS realizou o “Seminário Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero”. O evento ocorreu na cidade de São Paulo por dois dias do mês de junho levantando vários debates sobre diferentes eixos éticos, como apoiar as lutas em torno do respeito da identidade transexual, dar continuidade ao debate sobre a utilização do nome social em espaços públicos e ampliar os debates que reafirmam os direitos da população LGBT. Este seminário possibilitou mais tarde a publicação do livro “Serviço Social e Diversidade Trans” que trata sobre o compromisso ético do Assistente Social para com a população LGBT (CFESS, 2020).

O CFESS (2019) lançou um documento com orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis: Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no conjunto CFESS-CRESS. Apesar de estar intitulado com a nomenclatura “trans e travestis” o documento se estende às demais pessoas inclusas dentro da população LGBT. O documento enfatiza a importância dos profissionais de Serviço Social respeitarem o nome social para haver melhor aproximação com o usuário dos serviços, além disso, os assistentes sociais devem fomentar debates sobre o tema para que ele não fique no campo da invisibilidade desde os princípios básicos de direitos humanos até as demandas específicas desta população preconizando um atendimento livre de preconceito e discriminação, pois as problemáticas que estas pessoas apresentam já ocorrem comumente no âmbito social, mas ganham contornos específicos em decorrência da LGBTfobia. Por isso, o profissional deve ser um apoio na busca pela dignidade humana e não um empecilho para que o usuário acesse os direitos sociais.

Em 2023, o CFESS dedicou-se uma postagem nas redes sociais com a temática “Respeitar a diversidade através da ação social em conjunto” em alusão ao Dia Mundial do Serviço Social, comemorado no dia 21 de março. A temática foi escolhida para dar abertura ao debate sobre diversidade, sendo ela de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Ao longo dos anos, no mês de Junho, em que se comemora o mês do orgulho LGBT, o Conselho Federal sempre veicula publicações em seus canais de comunicação para reafirmar o compromisso ético-político com essa população.

Portanto, apesar de o Serviço Social ainda ser considerado uma profissão inundada pelo conservadorismo, por mais que hoje existam parâmetros para a formação profissional dos assistentes sociais, de forma que seja laica, democrática e referenciada, ainda existem amarras arraigadas do início da profissão em que muitas pessoas acabam por continuarem presas ao conservadorismo acreditando que existe uma ordem moral duradoura (Medeiros, 2020). Com isso, o pensamento conservador dentro do Serviço Social é uma forma de agir e pensar que resiste às mudanças no âmbito das políticas públicas do social, econômico e cultural.

O CFESS e os CRESS estão cada vez mais impulsionando o debate acerca da diversidade sexual e gênero proporcionando momentos em alguns dos seus eventos e fazendo eixos temáticos voltados para a temática da diversidade sexual e de gênero, além de fazer publicações e postagens em seus canais de comunicação nas redes sociais para impulsionar o debate e a erradicação da LGBTfobia dentro da profissão.

No ano de 2019, o CFESS lançou uma edição especial do informativo CFESS Manifesta, em alusão ao dia nacional da consciência negra. O informativo para ressaltar que muitas pessoas LGBTs são negras e pobres, o que faz com que o estigma sobre elas seja ainda maior. O informativo relembra que o assistente social deve estar lutando constantemente contra o racismo, e que o racismo atrelado a LGBTfobia é comum e causa sofrimento aos indivíduos, sendo assim, o assistente social tem o dever de refletir sobre sua prática profissional junto ao projeto ético político.

No dia 29 de janeiro de 2023, o CFESS publicou em suas redes sociais sobre um ocorrido em um reality, onde a cantora Lin da Quebrada, mulher transexual, não estava tendo seu pronome respeitado, alguns dos participantes estavam referindo-se a ela com o pronome ele/dele o CFESS reforçou em sua publicação que “[...] assegurar identidade de gênero e a diversidade de expressão sexual deve ser uma prática cotidiana em cada atendimento” (CFESS, 2023). Neste mesmo ano, usou a campanha “Nós mulheres, assistentes sociais de luta” para destacar o trabalho de duas profissionais sendo uma mulher trans e uma travestis, foi realizada entrevista e posteriormente a entrevista foi publicada nas redes sociais, a publicação aconteceu no dia 28 de junho como forma de lembrar o compromisso que os assistentes sociais tem com a população LGBT. Um aspecto positivo estimulado pelo CFESS é a organização e publicação de livros que são publicados para os profissionais de Serviço Social, que também servem para a comunidade em geral.

Irineu; Lopes; Rocon (2021) apontam que ao realizar um estado da arte sobre as publicações que versam sobre diversidade sexual, foi possível identificar que, entre 2010 e 2020, foram encontrados 8 artigos na revista Serviço Social em Questão, sendo esta a primeira revista a inserir um dossiê com a temática da diversidade sexual na área do Serviço Social. Apesar de somente um dos 8 artigos encontrados não ser de autoria de uma pessoa com formação acadêmica em Serviço Social, ainda assim, revela-se o baixo engajamento científico de profissionais do Serviço Social a respeito desse tema.

As produções científicas sobre pessoas LGBTQs produzidas pelos assistentes sociais do estado do Amazonas, em especial do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, ainda são tímidas, entretanto, de fortes resultados e relevância científica. Ao longo dos quinze anos do PPGSS, é possível encontrar o total de apenas 5 trabalhos realizados no período de 2007 a 2020, contudo, esse número vem crescendo em escala progressiva ao longo dos anos, conforme demonstra a tabela abaixo:

Quadro 1: Obras acerca da temática de diversidade sexual do PPGSS até 2023.

AUTOR	TÍTULO	ANO
Dra. Lidiany de Lima Cavalcante	“Cidadania Homossexual em Manaus: os desafios da (des)construção da identidade homoafetiva/feminina”	2009
Dr. Jeffeson William Pereira	“Arena discursivas em torno da homofobia: Jogos verdade nos jornais do Amazonas e no Parlamento Nacional”	2014
Me. Keliene Ferreira dos Santos	“Transexualidade, gênero e preconceito: Impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus”	2018
Me. Valéria Barbosa Soares	“Saúde para quem? A luta dos movimentos sociais da população LGBTI pela efetivação de uma política pública de saúde em Manaus”	2020
Me. Romulo Cardoso da Silva	“Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus/AM”	2020

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa da autora.

É possível perceber que o interesse pela temática da diversidade sexual vem crescendo aos poucos com o passar dos anos no âmbito do PPGSS/UFAM. Do primeiro

trabalho ao segundo, temos um intervalo de cinco anos; do segundo para o terceiro, um intervalo de quatro anos; do terceiro para o quarto e o quinto, um intervalo de dois anos. No ano de 2020, vemos dois trabalhos de mestrado na órbita da temática da diversidade sexual. Esse impulsionamento é tímido, e é perceptível que há lacunas de tempo entre um trabalho e outro, apesar de ter tido duas dissertações defendidas dentro da temática no ano de 2020, a próxima dissertação a ser publicada teve início em 2022 e está prevista para ser defendida no ano de 2024. Com isso, entende-se que no percurso de 16 anos apenas 5 dissertações foram realizadas dentro da temática, tendo apenas uma em curso.

A pesquisa intitulada “Cidadania Homossexual em Manaus: os desafios da (des)construção da identidade homoafetiva feminina”, de 2009, teve como objetivo caracterizar a cidadania homossexual em Manaus, analisando o fenômeno da (des) construção da identidade homoafetiva feminina. O público entrevistado foi de 25 mulheres homoafetivas que residiam em Manaus e 5 lideranças do movimento LGBT que atuava na região norte do país à época. O trabalho teve como resultado o apontamento para uma realidade envolvida no heterocentrismo como modelo social ideal. Sendo assim, as relações homoafetivas ainda são envolvidas em afastamentos sociais por conta do preconceito e discriminação motivados por homofobia. Além disso, as mulheres enfrentam desafios acerca da construção da identidade homoafetiva, já que a sociedade tradicional ainda enxerga a mulher “no plano secundário e não abre espaço para o reconhecimento da diversidade sexual como elemento fundamental da condição humana” (Cavalcante, 2009, p. 11).

Na pesquisa “Arena discursivas em torno da homofobia: jogos de verdade nos jornais do Amazonas e no Parlamento Nacional”, de 2014, foi objetivado analisar as arenas discursivas em torno da LGBTfobia. Para alcançar o objetivo sinalizado, foi necessário discutir os pressupostos teóricos discursivos da LGBTfobia, investigar a forma com que ocorre a propagação do discurso jornalístico presentes nos crimes que acontecem motivados por LGBTfobia, bem como explicitar a trajetória político-discursiva da legislação com finalidade de criminalizar a LGBTfobia. Os resultados deste trabalho apontaram nos jornais amazonenses uma sutil reiteração de enunciados estigmatizantes das sexualidades não-heterossexuais, apontando também para o fato que na arena discursiva do legislativo federal há um surgimento com maior intensidade das forças políticas religiosas conservadoras, que não são apenas uma oposição, mas a obstrução de direitos para população LGBT (Pereira, 2014).

A dissertação “Transexualidade, gênero e preconceito: impasses e desafios na

retificação do registro civil em Manaus”, de 2018, assumiu a finalidade de verificar como o preconceito de identidade de gênero interfere na realização do sujeito transexual, em específico na mudança do nome civil para o nome social, compreendendo o processo de retificação do registro civil. Diante dos múltiplos aspectos que foram possíveis ser detectados com a pesquisa, enfatiza-se a perduração dos impasses que ocorrem no processo de retificação dos registros civis pelo judiciário. Santos (2018) pontua que esta temática é revestida de muito preconceito, fazendo com que contribua para a não retificação do nome civil por parte dos cartórios, apesar da autorização feita pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil.

A pesquisa “Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus - AM”, defendida em 2020, objetivou analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania de pessoas transgênero, levando em consideração a ótica das pessoas transgênero do Amazonas, independentemente de estarem dentro ou fora do movimento social. O resultado alcançado com a pesquisa foi de que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a construção da cidadania de pessoas trans em Manaus/AM considerando que não há atendimento para as especificidades necessárias para a construção de uma política identitária, bem como o não reconhecimento no âmbito das políticas que atendem os direitos fundamentais e humanos (Silva, 2020).

A dissertação “Saúde para quem? A luta dos movimentos sociais da população LGBT pela efetivação de uma política pública de saúde em Manaus”, defendida em 2020, buscou entender o modo como o Estado e a sociedade civil se compõem por meio da heteronormatividade, onde seus valores estão cercados por uma cultura patriarcal, machista, sexista e LGBTfóbica. O objetivo geral da pesquisa foi analisar as estratégias e articulações dos movimentos sociais da população LGBT para viabilizar o direito à saúde frente ao modelo social capitalista, patriarcal. Soares (2020) apontou que obteve vários resultados com a pesquisa, dentre eles que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT começou a sair do papel na cidade de Manaus no ano de 2017 em virtude das lutas dos movimentos sociais LGBT. Tal política foi reduzida ao processo transexualizador por falta de recursos físicos, humanos e financeiros. Foi evidenciado que toda a divulgação dos serviços desta política e de como ela é feita na cidade de Manaus acontece por meio dos movimentos sociais LGBT amazonense (Soares, 2020). Quando realizamos esse levantamento ao nível nacional, no banco de teses e dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior – encontramos 31 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado, totalizando 42 produções de pessoas com formação em Serviço Social de 2013 ao primeiro semestre de 2023. As produções são ao nível de mestrado e doutorado sobre o tema da diversidade sexual, entretanto, esses trabalhos estavam concentrados em programas de pós-graduação distintos e nem todas as produções ocorreram dentro dos programas de pós-graduação em Serviço Social, apesar de, aqui, estarem sendo consideradas as produções acadêmicas de bacharéis em Serviço Social.

O balanço das pesquisas nos revela que nos últimos 10 anos (de 2013 a 2023), há 1 produção em 2013, 1 produção em 2014, 2 produções em 2015, 1 produção em 2016, 1 produção em 2017, 2 produções em 2018, 11 produções em 2019, 4 produções em 2020, 9 produções em 2021, 7 produções em 2022 e 3 produções já em 2023, estando disponíveis no banco de teses e dissertações da CAPES, sendo de programas de pós-graduação de serviço social, sendo levado em consideração todos de universidade pública nacionalmente. Ou seja, as produções começaram de forma tímida, até alcançarem o quantitativo de 11 produções no ano de 2019, entretanto, isso não se manteve e nem aumentou, pelo contrário, decaiu nos anos seguintes.

Nesta pesquisa, foram identificados 42 trabalhos, levando-se em consideração apenas a produção na área do Serviço Social, independente do programa de pós-graduação. Este número reduz para 25 trabalhos quando consideramos somente as produções advindas dos Programas de Pós-Graduação de Serviço Social.

Ao observar o Quadro 2, é notória uma maior concentração de trabalhos em dissertações do mestrado em Serviço Social da instituição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e no programa de mestrado em Política Social da Universidade de Brasília. Ambas com 4 publicações. Com isso, é possível perceber um maior quantitativo de trabalhos no campo de dissertações, sendo 30 ao nível de mestrado e 12 ao nível de doutorado. Os trabalhos identificados através da CAPES têm tendência maior a debater sobre diversidade sexual no meio educacional, ou seja, dos 42 trabalhos, 5 estão inseridos dentro do contexto educacional pedagógico e 3 estão direcionados para o estudo voltado para as políticas públicas.

A partir do cenário aqui exposto, é notório os desafios para o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, sendo, assim, de importância crucial o debate sobre a defesa de direitos e à diversidade sexual na formação e na atuação profissional, uma vez que o Projeto Ético Político orienta os profissionais a não discriminar qualquer

pessoa que seja, independente da motivação durante o exercício profissional, buscando a emancipação humana e o reconhecimento do usuário como sujeito de direito.

Os assistentes sociais devem estar preparados para as novas demandas apresentadas ao serviço social, como o caso do envelhecimento LGBT. Essa é uma responsabilidade política e social, que deve ter comprometimento dos profissionais, dos movimentos sociais, dos governantes e da sociedade como um todo para, assim, haver meios reais de garantia de direitos.

Ao fazer uma análise sobre as temáticas abordadas, não foi identificado, até este momento, nenhum trabalho produzido por assistente social que abordassem sobre a velhice ou envelhecimento da população LGBT, embora tenha sido identificado uma tese originada de um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social o trabalho se trata de um doutorado que aborda a homossexualidade masculina e a experiência de envelhecer, o trabalho foi publicado em 2011 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo bacharel em ciências sociais, Murilo Peixoto da Mota. Ao tornar os filtros mais abrangentes, foi possível encontrar a temática de envelhecimento e/ou velhice LGBT em outras áreas, sendo identificados no geral 6 dissertações e 4 teses, totalizando 10 produções.

A maior área de concentração dos trabalhos produzidos sobre envelhecimento e/ou velhice LGBT advém dos programas de psicologia. Ao fazer uma busca minuciosa sobre a graduação dos autores, também foi possível identificar que a maior área de formação em graduação dos autores é em psicologia. O primeiro trabalho identificado acerca da temática é do ano de 2011. Desde então, de acordo com o depósito de teses e dissertações da Capes, não se tem mais produções dentro desta temática de programas de serviço social.

Houve dois trabalhos no ano de 2011, depois teve um intervalo de tempo de 3 anos, tendo outra produção em 2014, após isso houve outro intervalo de tempo de 3 anos, tendo outra em 2017. Após a publicação de 2017, foram identificadas pelo menos uma publicação por ano acerca da temática, o que, apesar de animador pelo interesse na temática, ainda é incipiente, principalmente se olhar pelo viés do serviço social.

CAPÍTULO 2 – VELHICE E DIVERSIDADE SEXUAL

"Eu não queria precisar pensar em sobreviver no país que mais mata, eu não queria que existisse um país que mais mata. Desculpa, eu não tenho tempo para esse papo mole, eu tô tentando não ser o próximo que vira símbolo de luta depois que morre. Eu quero tá vivo depois dos 35, mas sem precisar dizer que foi por pura sorte" – Machado.

2.1 O cenário sociodemográfico da velhice no Brasil contemporâneo.

A velhice é um fenômeno recente nos países de capitalismo tardio e periférico, como o Brasil. No país, o envelhecimento da população vem ocorrendo em escala progressiva desde a década de 1960 em função da diminuição dos índices de mortalidade propiciada pelos avanços da medicina no que concerne ao controle de doenças, mas, sobretudo, em razão da redução das taxas de natalidade por conta do uso dos métodos contraceptivos (Ponce de Leão, 2015).

O envelhecimento é um processo natural que inicia desde o momento em que uma pessoa é concebida no ventre materno estendendo-se até à morte, sendo, por isso, um processo contínuo que faz com que o indivíduo crie e desenvolva habilidades com potencial de ascensão, mas que entra em declínio, com o avançar da idade e o arrefecimento das funções biofisiológicas (Stefanacci, 2022). O declínio ocasionado pelo avanço do envelhecimento pode provocar medo e angústia no indivíduo pela eminência da perda da autonomia e da independência.

A velhice, por sua vez, é o último estágio do desenvolvimento humano, cujo marco é estabelecido quase sempre pela idade cronológica, que varia de um país a outro, apesar de a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelecer a idade de 65 anos para que um indivíduo seja considerado “idoso”. No Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa (2003) delimita o marco de 60 anos para a entrada na velhice. Ponce de Leão e Sasaki (2023) afirmam que já existe intenção política para elevar este marco etário no país por conta do aumento do número de pessoas que alcançam a longevidade com bem-estar e em função da sobrecarga financeira dos sistemas de previdência e assistência social.

De acordo com Schneider e Irigaray (2008), existem três tipos de idade. Primeiro, a cronológica, que baseia-se na contagem dos anos que a pessoa viveu desde que nasceu até o momento da vida em que se encontra; segundo, a idade biológica, que diz respeito às alterações fisiológicas que ocorrem no corpo (externo) e no organismo (interno), que normalmente ocorrem com o avanço da idade, como as rugas que

começam a aparecer na pele, o cabelo fica esbranquiçado, bem como mudanças nos órgãos internos ao longo do tempo (diminuição gradativa das funções), a fragilidade dos ossos e das articulações; e, terceiro, a idade psicológica, que se baseia na maneira como a pessoa age e como percebe o mundo, ou seja, tem a ver com a maturidade psíquica.

A velhice física, geralmente, é a mais perceptível visualmente (Fechini e Trompieri, 2012). Isso porque as mudanças são comumente externas e notadas a partir do olhar do outro, sendo possível identificar a pigmentação esbranquiçada do cabelo, o aparecimento de rugas e a flacidez da pele. É notório que “o envelhecimento biológico envolve mudanças fisiológicas, anatômicas, bioquímicas e hormonais, acompanhadas de gradual declínio das capacidades do organismo” (Paiva, 1986. p. 17). A aparência de um indivíduo, bem como o aferrecimento e/ou comprometimento de suas funções biológicas, se constituem como um marco visível de entrada no mundo da velhice.

Oliveira et al. (2016) apontam que após os 40 anos os sistemas biológicos passam a ter um declínio funcional que reflete na força muscular, na flexibilidade do corpo e na agilidade e na capacidade cardio-respiratória, fazendo com que as atividades de vida diária passem a ser comprometidas podendo limitar os afazeres do indivíduo com o passar do tempo. Isso não significa que tendenciosamente o indivíduo terá comprometimento patológico, haja vista que envelhecimento e senilidade não são sinônimos. Para Fechini e Tompieri (2012), caso a pessoa não estimule o corpo, poderá entrar mais facilmente em estado de fragilidade e dependência. A atividade física é, portanto, muito importante para o bem-estar holístico da pessoa acima de 60 anos, conferindo-lhe independência na realização de suas atividades diárias.

Oliveira et al (2016) observa que uma das principais queixas das pessoas idosas é o incômodo com a aparência física. Os autores destacam que, apesar das queixas relacionadas frequentemente aos problemas de visão e audição, a aparência física é relatada como o principal desconforto, mesmo que 59% dos seus entrevistados tenham problemas de visão e 58% tenham dependência para a realização das atividades diárias.

No que concerne à velhice psicológica, Aranha (2007) revela que o processo de envelhecimento influencia diretamente na redução da rede neural e dendrítica⁹. Com isso, há alterações no raciocínio, no tempo de resposta, agilidade e na mobilidade da pessoa idosa (Biasus, 2016). Além disso, Biasus (2016) afirma que na velhice há uma forte tendência de a pessoa idosa sentir-se ansiosa, angustiada, depressiva, com

⁹ Dendritos são células produzidas na medula óssea, pele e trato digestivo. Faz parte do sistema imunológico e é responsável pela identificação de infecção e desenvolvimento da imunidade.

sentimento de culpa, podendo ocorrer recolhimento e sentimento de perda. Este sentimento de perda pode estar atrelado à ideia de ter perdido tempo, oportunidades, autonomia ou algo mais palpável, como amigos e familiares, assim como, os possíveis adoecimentos que ocorrem através da deterioração neural que podem levar à demência.

Mesmo diante disso, ressalta-se que com uma boa adaptação psicológica, ou seja, quando a pessoa consegue elaborar de forma madura os processos vivenciais ao longo do continuum existencial é possível encontrar satisfação no viver e pensar na construção dos projetos de vida, almejando coisas que possam auxiliar no bem-estar individual e coletivo. O envelhecimento psíquico não está diretamente associado a psicopatologias, e esta é uma afirmativa importantíssima, porque muitos acreditam que o envelhecimento psicológico resulta inevitavelmente no alzheimer¹⁰, por exemplo, o que é um pensamento errôneo (Biasus, 2016).

O que poucas pessoas sabem é que, assim como os exercícios físicos, é possível fazer exercícios cerebrais, que funcionam de estímulos para a elasticidade psíquica.

Assim, é possível evitar diversos adoecimentos mentais. É necessário informar a população sobre os objetivos e importância dos exercícios psíquicos, tendo como exemplo o Tangram¹¹ que estimula o desenvolvimento da elasticidade cerebral pois ajuda na melhoria da memorização e do raciocínio lógico (Ministério da Saúde, 2020).

A velhice social, como o nome sugere, está relacionada aos critérios e/ou normas sociais que regulam normas e comportamentos esperados para a velhice. No âmbito da sociabilidade capitalista, a velhice é socialmente desvalorizada porque considera-se como o tempo de vida improdutivo em razão das limitações biofisiológicas que o corpo impõe ao indivíduo. Essa desvalorização social pode ser mais ou menos acentuada a depender do território onde cada pessoa idosa reside.

Segundo Teixeira (2020), os velhos trabalhadores pobres são os mais atingidos pela desvalorização social, uma vez que sucumbem em precárias condições de vida decorrentes da baixa renda de suas aposentadorias ou de seus auxílios assistenciais. Em função da natureza do trabalho precarizado, penoso e degradante em que se inseriram ao longo de suas vidas, suas condições de saúde tendem a ser agravadas por meio de doenças crônicas, cujas implicações demandam a necessidade de maior oferta dos

¹⁰ O Alzheimer é um transtorno neurodegenerativo em que a pessoa apresenta dificuldade para se lembrar de informações recentes, desorientação e perda progressiva da capacidade de realizar as tarefas diárias e/ou cuidar de si próprio.

¹¹ O Tangram é um quebra-cabeças geométrico chinês formado por 7 peças, chamadas tans: são 2 triângulos grandes, 2 pequenos, 1 médio, 1 quadrado e 1 paralelogramo. Utilizando todas essas peças sem sobrepor-las, podemos formar várias figuras.

serviços de seguridade social, causando ônus para o Estado.

O estigma da velhice tem forte conotação de classe social, por isso, as pessoas idosas são tratadas com desprezo e desdém. Uma pessoa idosa pobre carrega mais fortemente os traços da feiura, da decrepitude e da doença enquanto uma pessoa idosa que goze de um status social de maior prestígio socioeconômico, como artistas consagrados, o presidente da república ou um empresário bem-sucedido, dificilmente serão relegados ao desprezo e à desvalorização.

Socialmente, a “cara” da velhice não é mais a mesma de algumas décadas atrás. A imagem do velhinho curvado, de bengala e doente vem sendo substituída por outra imagética que denota um maior nível de autonomia e independência. A mudança de hábitos e estilo de vida têm feito com que as pessoas alcancem a longevidade com uma expressão estética mais jovializada. Isso tem demarcado estágios dentro do momento existencial da velhice

Considera-se, assim, uma “velhice jovem” aquela que representa os primeiros anos do marco etário inicial da velhice ou o período em que a pessoa idosa consegue manter a realização de suas atividades diárias sem dependência. A partir dos oitenta anos, tem-se “a velhice anciã” ou avançada, cujas características de disfunções corporais e psíquicas estão bem marcadas. Alguns autores chamam os maiores de 80 anos de anciãos ou super-idosos. O Estatuto da Pessoa Idosa (2003) assegura que as pessoas com mais de 80 anos devem ter preferência especial, ou seja, devem ser prioridade em relação a pessoas idosas mais jovens, exceto em caso de emergência ou perigo eminente.

No Brasil, de acordo com o Censo demográfico mais recente realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2023), existem 203.062.512 habitantes, sendo que 32.113.490 são pessoas com mais de 60 anos de idade, um número expressivo ao ser comparado com décadas anteriores. Desse quantitativo, 55,7% é composto por mulheres enquanto 44,3% são de homens. Outro indicativo importante é que existem 80 pessoas idosas para cada 100 crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, o que significa que as pessoas idosas estão alcançando o quantitativo de crianças.

A expectativa de vida da população brasileira vem sendo crescente ao longo dos últimos anos. Há oitenta anos, na década de 1940, a expectativa de vida era de 45,5 anos, no ano de 2019, passou a ser de 76,2 anos, sendo um dado bem expressivo. Entretanto, durante a pandemia, por conta do número de mortes em larga escala, a expectativa de vida da população brasileira caiu quatro anos, passando a ser de 72,2

anos, porém estamos recuperando a média anterior, chegando a 75,5 em 2022 e a projeção do IBGE (2023) é que continue aumentando. Ressalta-se que 75,5 anos é a expectativa média de vida no Brasil, mas há diferença para homens e mulheres, sendo a expectativa de 72 anos para homens e 79 anos para mulheres, no ano de 2023.

Apesar de o censo demográfico acontecer a cada dez anos, o último teve o prazo alterado em decorrência da Covid-19, que teve o maior pico no ano de 2020. De acordo com Teixeira (2023), o censo demográfico não aconteceu em 2021 por conta de cortes orçamentários, sendo assim só pôde ser realizado no ano de 2022. Quando se faz um comparativo com o último censo demográfico, realizado há 12 anos, há um apontamento de que a população acima de 65 anos aumentou enquanto diminuiu a quantidade de pessoas com menos de 14 anos.

Ao observar a pirâmide etária, vemos que, de 2010 a 2022, houve mudanças significativas, como o aumento de pessoas com idades mais avançadas e a diminuição da população mais jovem. As faixas etárias mais expressivas em termos quantitativos são a de 35 a 44 anos, tanto para homens quanto para mulheres em 2022. Outro importante dado que é possível notar na pirâmide etária comparativa é de que existem mais mulheres do que homens a partir dos 60 anos, o que já acontecia em 2010, o que vem tornando-se ainda mais expressivo em 2022. A este fenômeno atribui-se o termo “feminização da velhice”, que não se expressa somente no Brasil, mas no mundo inteiro. A feminização da velhice é um fenômeno identificado na contemporaneidade, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. A feminização da velhice é compreendida como o aumento da taxa de expectativa de vida das mulheres, sendo maior que a de homens, ou seja, a quantidade de pessoas idosas do sexo feminino é mais expressiva do que a do sexo masculino (Ribeiro, 2018).

De acordo com Veras (2003), há algumas hipóteses sobre o fato de as mulheres viverem mais que os homens, como a menor exposição delas em situações de risco e perigo iminente; menor taxa de suicídio entre as mulheres; menor consumo de tabaco, álcool e outras drogas; diferença nas atitudes em relação a doenças, uma vez que as mulheres tendem a buscar mais por prevenção e tratamento de saúde do que os homens.

Quando se busca informações por gênero nos levantamentos demográficos, os dados revelam que há 6 milhões a mais de mulheres do que homens no Brasil, isso mostra uma realidade da população brasileira, embora nasça mais homens do que mulheres. O IBGE (2021) aponta que nasce um quantitativo de 5% a mais homens do que mulheres, entretanto, a mortalidade entre homens é maior em todas as etapas da

vida, fazendo com que o número de mulheres seja superior a dos homens na maioria das faixas etárias (IBGE, 2023).

O último censo demográfico, levantado em 2022, apontou que o Brasil tem cerca de 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens, o que corresponde, em porcentagem, a 51,5% da população feminina e 48,5% da população masculina. O Amazonas não foge à regra nacional, ou seja, há mais mulheres do que homens no estado, mesmo que nasça mais homens, mas a mortalidade masculina é maior em todas as idades. Os dados de mortalidade infantil em porcentagem são por sexo: 12,02% de crianças do sexo masculino e 9% de crianças do sexo feminino (IBGE, 2023).

Um dado expressivo revelado é o aumento da mediana de idade da população brasileira, que era de 29 anos em 2010 e passou para 35 anos em 2022, aumentando a idade mediana em 6 anos. A idade mediana é um indicador que divide uma população entre os 50% mais jovens e os 50% mais velhos. Quando direcionado para a população da região norte, encontra-se os dados apontam que, de que em 2010, a idade mediana da população nortista era de 24 anos, passando para 29 anos em 2022.

Com isso, a partir dos dados do IBGE (2023), é importante observar as diferenças de perfil etário de acordo com as regiões e os estados brasileiros, pois há também diferenciações importantes. Pois há também diferenciações. Por exemplo, a região As regiões Sudeste e Sul do país sudeste e sul, são as com maior número de pessoas envelhecidas totalizando juntas 17% de pessoas com mais de 60 anos, respectivamente, enquanto a região Norte tem o menor percentual do país com 10,4%, seguido pela região Centro-Oeste com 13,2% (IBGE, 2023).

Os estados com maior percentual de habitantes idosos são o Rio Grande do Norte (20,2%), Rio Grande do Sul (18,8%) e o Rio de Janeiro (19,8%). Inclusive o número de pessoas idosas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro superam o número de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (IBGE, 2023). Os estados com menor número de pessoas idosas são Roraima (7,9%), Amapá com (8,4%) e o Amazonas (9,1%) (IBGE, 2023).

Apesar de o Amazonas ainda ser um estado com pouca proporção de pessoas idosas comparado a outros estados, um de seus municípios, Maués, chama a atenção para o quantitativo de octagenários, ou seja, de idosos acima de 80 anos. Ferreira (2021) refere que Maués é conhecida como a “terra do guaraná” e que obtém o quantitativo de octagenários acima da média brasileira. Ribeiro (2012), que é médico geriatra, aponta que o guaraná e a alimentação rica e natural dos ribeirinhos é o fator chave para o

aumento da longevidade.

O fato de Maués ser uma cidade considerada com boa longevidade populacional fez com que Ribeiro (2012) realizasse um estudo comparativo entre os idosos da capital do estado, Manaus, e os idosos do município de Maués. Este estudo teve como resultado um perfil de idosos maueenses com idade corporal de uma pessoa de 45 anos, boa manutenção da memória, força muscular e equilíbrio, ou seja, além da longevidade cronológica, há aspectos consideráveis de bem-estar.

O autor atribui essa longevidade ao consumo do guaraná e fatores como fuga do estresse, haja vista que as pessoas idosas de Maués têm maior contato com a natureza, fazem exercícios físicos, como andar de bicicleta, caminhar pela cidade e nadar nos rios. A alimentação dessas pessoas é mais saudável com consumo de peixes e minerais naturais, com menor índice de consumo de alimentos saturados, com alto índice de sódio, açúcares e *fast food*.

Ao comparar as pessoas idosas dos espaços urbanos e rural, Barbosa (2015) enfatiza que pessoas idosas do meio rural comumente tem menor acesso à escolaridade, a saúde e piores condições de saneamento básico e moradia. O autor aponta uma contradição, pois muito embora as pessoas idosas do espaço rural se exercitem mais, sendo mais ativos fisicamente, ainda assim têm uma qualidade de vida considerada pior. Isso porque comumente há menor acesso a unidades de saúde e educação.

A elaboração do último Painel de Indicadores dos Idosos do Estado do Amazonas, elaborado pela SES-AM em 2021, aponta que 51,8% das pessoas idosas do Amazonas são do sexo feminino, enquanto 48,2% são do sexo masculino. No documento, haviam considerados um quantitativo de 166.030 idosos, onde 48.639 estavam entre 60 e 64 anos, e os 117.391 estavam com idade superior a 65 anos. Ao analisar o painel de indicadores específico de Manaus, é possível observar que 57,6% das pessoas idosas são do sexo feminino e 42,4% do sexo masculino. Além disso, 23.438 tinham idade de 60 a 64 anos, e, 58.766 acima dos 65 anos (SES-AM, 2021).

Ao analisar os dados demográficos do Amazonas, é perceptível o aumento da população que cresceu 13,12% de 2010 para 2022 (IBGE, 2023). O aumento populacional não necessariamente tem origem no aumento de fecundidade, pois pode estar associado ao processo de imigração.

Brito (2021) aponta que a mobilidade populacional direcionada para o Amazonas não é recente. A configuração populacional mudou consideravelmente motivado pela implantação da Zona Franca de Manaus em 1967, mudando não só a

configuração populacional como a social e política atraindo muitas pessoas das cidades do interior do estado e de outros estados do país para a capital, Manaus.

Ainda mais recente, podemos ressaltar o aumento da intensidade imigratória de venezuelanos para o Amazonas, principalmente, para Manaus. Esta intensidade imigratória ocorre pelo fato de o Amazonas ser um estado próximo ao estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela. A Unidade Gestora de Projetos Especiais (2024), enfatiza que o Amazonas tornou-se um estado reconhecido pela Organizações das Nações Unidas - ONU e pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) como referência para o Brasil no que concerne a políticas adotadas para imigrantes e refugiados. Apesar do Amazonas ter se tornado referência sobre a migração, é visto de forma negativa em outros pontos que exigem administração governamental. Como por exemplo, a área da saúde.

O genocídio da população amazonense no período pandêmico ganhou um péssimo destaque internacional com a notícia de um homem idoso que foi levado a óbito pelo descaso da política de saúde no Amazonas. Um dos jornais mais importantes do mundo, o *The New York Times*, estampou na capa e desenvolveu a matéria em quatro páginas para chamar a atenção sobre a pandemia no estado do Amazonas. O título da matéria, traduzido, é: “O Amazonas, doador de vida, espalha a pandemia”.

A imagem que estampou a capa desta notícia é de um senhor idoso, de 62 anos de idade, cujo o nome é José de Almeida. Ele precisou ser transportado em uma rede da comunidade rural, no interior do Amazonas, onde mora para o município de Manacapuru – AM, pois a capital Manaus fica distante (BNCC Brasil, 2020). A comunidade é afastada da capital Manaus e não possui unidades de saúde. Quando o quadro de saúde de seus moradores é agravado, eles precisam se deslocar para o município mais próximo, que é Manacapuru, para receber o atendimento inicial e, posteriormente, ser transferido para a capital Manaus, onde estava concentrado o tratamento para os casos graves de Covid- 19.

O conteúdo da matéria diz que o vírus “varreu a região”, apontando que “ambulâncias-barcos viajam por horas para chegar a um único paciente” mostrando assim, as dificuldades geográficas além dos problemas governamentais. Ressalta-se no texto, que na matéria que em julho de 2020, “as seis cidades brasileiras com as maiores taxas de exposição ao vírus estavam todas às margens do rio Amazonas”, pois as cidades que estavam a margem dos rios, foram afetadas pelo vírus e tiveram muita dificuldade de ter acesso ao tratamento, justamente pela concentração do atendimento na capital,

que estava caótico naquele momento. Ou seja, mesmo na capital o acesso às insituições de saúde estava sendo dificultoso.

Durante todo o decorrer da redação há críticas sobre como o Amazonas foi negligenciado, como a seguir: “Mesmo nos melhores momentos, a Amazônia estava entre as partes mais negligenciadas do país, um lugar onde a mão amiga do governo pode parecer distante, até mesmo inexistente.” Houve, inclusive, uma dura crítica acerca do posicionamento político do chefe de Estado maior à época, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, como podemos ver:

Mas a capacidade da região para enfrentar o vírus foi ainda mais enfraquecida sob o presidente Jair Bolsonaro, cujas críticas públicas à epidemia beiraram por vezes a zombaria, apesar de ele próprio ter testado positivo. O vírus surgiu sob a vigilância desorganizada e sem brilho do seu governo, devastando a nação. Desde os seus primeiros dias no cargo, Bolsonaro deixou claro que proteger o bem-estar das comunidades indígenas não era a sua prioridade, cortando o seu financiamento, reduzindo as suas proteções e encorajando invasões ilegais no seu território. (The New York Times. The Coronavirus Unleashed Along the Amazon River. P. 2. Edição do dia 26 de julho de 2020).

Mesmo o Amazonas estando no epicentro da pandemia da Covid durante muito tempo, o cenário político genocida assolou o país inteiro. Henning (p 151, 2020) acusa os vários discursos governamentais que ocorreram na tentativa de banalizar a pandemia que apontavam as pessoas idosas como fardo social “produzindo a percepção preconceituosa e perigosa de que vidas velhas seriam dispensáveis, pouco relevantes, indignas da proteção coletiva e do Estado”.

Para o autor, as pessoas idosas foram atingidas com uma força particular durante a pandemia, não só pelo vírus em si, mas pela necropolítica que estabeleceu a priorização de atendimentos a pacientes jovens nas UTI’s em detrimento às pessoas idosas. O presidente e a sua equipe continuamente sinalizavam “para o fato de que a responsabilidade sobre o cuidado das pessoas idosas seria das famílias e, em última instância, do próprio indivíduo velho.” (Henning, p 152. 2020).

Muitos empresários e pessoas famosas tentaram propagar a ideia de que as pessoas estavam todas no “mesmo barco”, mas a verdade que a pandemia apesar de ter afetado quase a totalidade da população brasileira, não foi a mesma para todos. Com isso, evidenciou-se que a qualidade de vida da população idosa ficou ainda mais

fragilizada e com riscos iminentes durante a pandemia (Nascimento, 2020).

Em Manaus, especialmente, houveram muitas mortes em domicílio e em vias públicas, o que “expõe a gravidade da epidemia em contextos de grande desigualdade social e fraca efetividade de ações governamentais” (Silva; et al. 2022. p. 9273). O Amazonas enfrentou uma crise sanitária, uma crise funerária e uma crise de oxigênio (Pereira, 2022). Com tantas crises simultâneas, surge a indagação: como ficaram as pessoas idosas e qual a ideia de velhice que ficou marcada nesse período?

Não se sabe com precisão o número de mortes exatas por Covid-19 no Amazonas e em Manaus. Somente no primeiro ano, de acordo com os Boletins Epidemiológicos da Fundação de Vigilância em Saúde no Amazonas – FVS (2020), foram 201.013 casos confirmados e 5.285 óbitos. Em 2021, o Boletim Epidemiológico do dia 31 de Dezembro mostra o quantitativo total de 433.813 casos confirmados, totalizando 13.835 óbitos. O Boletim Epidemiológico consolidado, publicado pela FVS em 01/05/2024, apontou um total de 642.266 casos confirmados nos quatro anos (de 2020 a 2024) totalizando um quantitativo de 14.495 óbitos em todo o Amazonas.

Silva et al (2022) denunciam a possibilidade de sub notificações, principalmente após as investigações de desvios de verba pública. Em Manaus, houve dois grandes picos na pandemia, sendo o primeiro em 2020 e o outro já em 2021 a partir da variante Gama identificada pela primeira vez em Manaus. O Ministério da Saúde enviou cotas extras de vacinas contra a COVID-19 destinadas a pessoas com mais de 70 anos e para servidores de saúde do Estado (Orellana et al., 2022).

Além do vírus, as pessoas idosas foram fortemente atingidas pelo etarismo, pela injustiça social e pela violência. De modo geral, a vulnerabilidade da pessoa idosa foi intensificada durante a pandemia. Houve um aumento significativo de denúncias registradas de violência contra a pessoa idosa desde os primeiros meses de isolamento social, segundo o Ministério Público do Estado do Amazonas (2020).

A partir dos dados disponibilizados pela Delegacia Especializada de Crime Contra Idoso (DECCI) ao Ministério Público do Estado do Amazonas, no período de janeiro a maio de 2020 houve um aumento de 15% no registro de ocorrências junto às delegacias de Manaus e de 123% de denúncias online e pelo telefone, em relação ao mesmo período de 2019. Uma das possibilidades desse aumento é que, em decorrência do isolamento social, os agressores passaram a ter contato por mais tempo com as pessoas idosas. Além disso, com os vizinhos passando a maior parte do tempo em casa, ficou muito mais fácil testemunhar a violência e também denunciá-la.

Em 2021, conforme os dados adquiridos a partir do DataSUS (2023), houve uma queda de 32% de denúncias comparadas ao total de 2020 no Amazonas. No ano seguinte (2022), houve novamente uma queda, dessa vez um declínio de 3,49%. Os motivos dessa queda de denúncias podem estar relacionados com o afrouxamento das medidas de isolamento social ocorridas no segundo semestre de 2021 e com o fim do decreto da Emergência em Saúde Pública, em função da pandemia da Covid-19.

No final do ano de 2023, o IBGE divulgou que iria incluir perguntas acerca da orientação sexual e identidade de gênero para a população acima de 18 anos (Jornal Folha de São Paulo, 2023). Este é um passo de extrema importância para traçar esses dados na realidade brasileira e pensar em leis e políticas públicas para esta população, que precisa de visibilidade social e política dentro da sociedade. Com isso, a próxima Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) já iria, de acordo com o IBGE (2023), vir com essas perguntas. Ressalta-se que as perguntas foram estudadas minuciosamente por se tratar de um assunto em que as pessoas poderiam ter receio de responder, por isso seria necessário cuidado na abordagem para que os dados fossem coletados com qualidade.

Com a promessa de serem inseridos campos de orientação sexual e identidade de gênero para maiores de 18 anos no levantamento de dados do IBGE abriu-se uma clareira para que as pessoas LGBTQs saíssem do terreno da invisibilidade, sobretudo as pessoas idosas, uma vez que o único dado fidedigno sobre a expectativa de vida da população LGBTQ é de travestis e transexuais pelo Relatório Anual da Associação Nacional de Travesti e Transexuais - ANTRA.

Por não ser realizado o levantamento da população LGBTQ, tampouco da pessoa idosa LGBTQ no último Censo demográfico (2022), o Brasil ficará mais alguns anos sem esses dados sobre a identidade de gênero e a orientação sexual. Ou seja, essa parcela da população tende a permanecer invisibilizada e com pouco ou nenhum acesso aos seus direitos sociais. Sem esses dados, a elaboração de políticas públicas é desafiadora, pois os dados demográficos são importantes para dar visibilidade social a essa população e, posteriormente, visibilidade política por intermédio da elaboração de políticas públicas.

Caldas (2023) classifica a população idosa LGBTQ como “apagada e silenciada” sem um trato adequado às suas necessidades, especialmente aquelas que se encontram em Instituições de Longa Permanência (ILPs).

Torreli, Bessa e Graeff (2023) afirmam que há preconceito enraizado na

sociedade, inclusive por profissionais da saúde e da assistência social, colocando o modelo cis heteronormativo como único nos atendimentos da ILPs. Para esses autores, há um medo forte por parte das pessoas LGBTs em precisar ir para as ILPS, pois é um ambiente em que se pressupõe normas heterossexuais, ou seja, é um ambiente em que dificultaria o convívio com os parceiros de vida, sem violências.

Uma questão evidente é que geralmente não se questiona identidade de gênero e orientação sexual às pessoas idosas, sob a justificativa de que é algo privativo e de âmbito individual. A questão é que muitos profissionais preferem não questionar para não ofender pessoas idosas heterossexuais (Torreli; Bessa e Graeff, 2023). Essa omissão se torna mais uma forma de propagar a ideia de pessoas idosas como sendo unicamente cis¹² heterossexuais, e, com isso, há a intensificação da vulnerabilidade de pessoas idosas LGBTs.

De acordo com uma entrevista realizada com o Gerontologista Diego Félix, do Instituto Brasileiro de Direito da Família – IBDFAM (2021), de 100 entidades de São Paulo voltadas para pessoas idosas, só uma identificou uma pessoa idosa homossexual entre os residentes, sendo um homem gay que estava sofrendo violência por parte de outras pessoas idosas, o que pode causar receio nos demais idosos LGBTs podendo encorajar outras pessoas a discriminá-los. Este mesmo gerontologista afirmou que há inúmeros relatos de pessoas idosas travestis ou transexuais que se vêem diante da necessidade de “voltar” a identidade masculina performando teleologias cis-heteronormativas em suas defesas.

O não reconhecimento social e político das pessoas idosas LGBT é uma violação ao seus direitos e, portanto, uma violação do Estatuto da Pessoa Idosa (2003). Ponce de Leão (2015) destaca a importância da participação política das pessoas idosas nos Conselhos de Direitos como forma de influenciar nos rumos das políticas públicas direcionadas a essas pessoas.

Em Manaus, a pauta mais trabalhada tanto pelo Conselho Municipal do Idoso (CMI) quanto pelo Conselho Estadual da Pessoa Idosa (CEI) é a violência. No Conselho Municipal do Idoso - CMI - a violência financeira é uma questão recorrente, a representante do CMI, Mera (Representante do CMI, Entrevista, 2024) , relatou que o CMI apura as denúncias e posteriormente orienta e encaminha essas pessoas, para os órgãos competentes. A Mera (Representante do CMI, Entrevista, 2024) ainda ressalta

¹² Cis é o termo utilizado para definir pessoas que se identificam com o gênero que é designado quando nascem.

que essas denúncias não parte das pessoas idosas, e sim, de vizinhos, conhecidos ou familiares que não concordam com a situação e efetiva a denúncia contra o agressor que se beneficia financeiramente da pessoa idosa. Por outro lado o representante do CEI disse que apesar de saber que há frequente violência financeira contra as pessoas idosas, comumente essa demanda não chega até eles.

O CMI está buscando formas de atingir a população sobre a pauta da violência contra a pessoa idosa, fechando parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SEMED para que o CMI faça palestras nas escolas municipais para os anos iniciais, sobre a importância de cuidar e respeitar a pessoa idosa, no intuito de sensibilizar pela base da infância (Entrevista, 2024).

O CMI está buscando sensibilizar a população, na tentativa de prevenir a violência contra a pessoa idosa. Entretanto, Meleiro et al. (p.2, 2021), aponta que os órgãos que compõe a rede de proteção a pessoa idosa em Manaus-AM não tem fluxo de atendimento definido, sendo assim, “não há um acompanhamento dos casos de violência contra a pessoa idosa no município”.

O reconhecimento da população idosa LGBT é um desafio para os dois Conselhos. Meleiro et al. (2021) cita que a rede de proteção da pessoa idosa não tem um fluxo de atividades bem definidos, o que comumente pode causar retrabalho e conflitos de atribuições. A partir disso, entende-se que a desorganização faz com que os Conselhos das Pessoas Idosas tem dificuldades de avançar desde as pautas já trabalhadas, assim como as pautas que ainda não foram inseridas na discussão e que merecem destaque, como a pauta da população idosa LGBT.

Os presidentes dos conselhos municipal e estadual da pessoa idosa, em Manaus, reconhecem a necessidade de um trabalho direcionado para a população idosa LGBT, entretanto, estão aguardando que esse público aclame essa demanda já que “ninguém sabe o que calado quer” (Mera, Representante do CMI, Entrevista, 2024). Desse modo, Mera defende a omissão do CMI em assumir a pauta da velhice LGBT dizendo que “podemos fazer muito mais. Desde que eles também nos procure, tragam as propostas, o que eles querem, o que essa população quer...” (Entrevista, 2024).

Com isso, observa-se que não há intenção desta representante em buscar a população de pessoas idosas LGBTs. Eles buscam escolas da rede municipal para fazerem atividades que abordem a pauta da pessoa idosa, mas negligenciam a inclusão da pessoa idosa LGBT em suas pautas, levantando questões sérias sobre a eficácia e a abrangência do seu trabalho. Pois, entende-se existe uma passividade frente a temática.

A decisão de não abordar as demandas específicas da pessoa idosa LGBT perpetua a invisibilidade de uma parcela significativa da população idosa, que enfrenta desafios únicos. A exclusão de pessoas idosas LGBT das discussões é um reflexo da invisibilidade social e histórica que essa comunidade enfrentou ao longo da vida. A omissão continua a marginalizá-los, reforçando a discriminação e a negação de suas existências.

A Política Nacional do Idoso (2006) no seu artigo 52 e 53 diz que as atribuições do presidente dos conselhos da pessoa idosa é de articular, mobilizar, estimular, apoiar, fiscalizar e deliberar projetos, questões relativas à Política Estadual do Idoso em todas as suas instâncias.

A partir das entrevistas realizadas com os representantes dos Conselhos da Pessoa Idosa, do município e do estado, não foi identificado nenhuma articulação efetiva que tivessem quaisquer resquício de levantamento do quantitativo ou de uma margem de quantitativo de pessoas idosas LGBTs. Uma possível articulação do CMI com outras redes como a FUNATI, Fundação Dr Thomas ou com algum movimento social possibilitaria um levantamento demográfico dessa população. Outrora, reitera-se aqui uma conduta passiva diante da temática. As demandas chegam até o CMI através de denúncias realizadas comumente por terceiros em defesa da pessoa idosa. Com isso, é possível refletir: quantas denúncias especificando que a pessoa idosa é LGBT seriam necessárias para a temática ser abordada? Será que haveria uma denúncia com essa especificidade ou haveria receio de que acontecesse algum ato LGBTfóbico tornando a denúncia inválida?

O reconhecimento da pauta LGBT, provocado pela pesquisadora, fez com que a Presidente do CMI entendesse que “há muita exclusão social, eu acredito que é o que faz com que eles não procurem o conselho” (Mera, Entrevista, 2024). Embora admita as dificuldades da população idosa ou envelhecida LGBT em aclamar o CMI em defesa de suas pautas em virtude do preconceito, revela, com isso, a sua omissão em mobilizar essa população para a participação política.

O desconhecimento social e político da população idosa LGBT é preocupante por parte dos gestores desses conselhos, já que pressupomos que esses presidentes deveriam estar afinados com as pautas que envolvem a vida das pessoas idosas nesse tempo contemporâneo. Mas, o que se vê é uma postura fatalista que transfere a falta de engajamento político deles a questões de deficiência administrativa, conforme defende Metron (Presidente do CEI):

“Os Conselhos Estaduais da Pessoa Idosa enfrentam problemas relacionados à falta de recursos financeiros e humanos, estrutura administrativa deficiente e pouca autonomia. É muito frágil, estava falando isso, nós somos, hoje, 27 estados e todos têm Conselho Estadual e o Conselho Nacional e eu estava colocando isso na reunião, que ainda estamos fracos, fracos, fracos, muito fracos, fracos, muito frágeis, no caso, essa é palavra”. (Entrevista, 2024).

O despreparo administrativo dos gestores que ocupam os Conselhos da Pessoa Idosa em Manaus nos leva a perceber como a gestão da participação política das pessoas idosas tem sido conduzida, de forma despreparada, genérica, mas, também, sexista e preconceituosa. Meleiros Et al (2021) enfatiza que a fragilidade dos Conselhos está ligada à dificuldade das pessoas compreenderem o papel do conselho, sendo assim, a pessoa idosa não busca os conselhos, pois não se percebem beneficiadas com o possível fortalecimento.

Durante as entrevistas, foi possível identificar repetições de falas do senso comum de cunho machista. Como a ideia de que a mulher valessem por sua beleza e com o passar do tempo isso se esvai e ela se perde. Bem como falas em que o entrevistado afirma que a mulher é frágil e sensível, enquanto o homem foi criado para ser “macho”. Em outro momento houve falas como “[...] a gente sente a dificuldade que tem de cuidar de uma casa, cuidar dos filhos, botar pra estudar e trabalhar ainda não é fácil. Eu era homem, precisei da ajuda dos meus pais... a mulher ela consegue fazer tudo isso, né?!” (Metron, Presidente do CEI - AM, Entrevista, 2024). A ideia de que as mulheres são responsáveis pelo cuidado da casa e que os homens não conseguem desempenhar essas funções é uma perspectiva profundamente enraizada em normas de gênero tradicionais e pode ser considerada uma forma de machismo (Barros e Bussanello, 2019).

Os presidentes de ambos os conselhos falaram sobre a importância da participação da sociedade civil, inclusive que sentem falta de uma participação maior, pois relatam serem escassas, o que também fragiliza a atuação dos Conselhos voltados para pessoa Idosa. Filgueiras (2017) esclarece que a presença de representantes da sociedade civil nos Conselhos da Pessoa Idosa assegura que diferentes perspectivas e experiências sejam consideradas. Isso é fundamental para a formulação de políticas que realmente atendam às necessidades diversas da população idosa.

Sabe-se que há um longo caminho a percorrer dentro da pauta de pessoas idosas LGBTQs, mas os primeiros passos precisam acontecer urgentemente, uma vez que o

Brasil mais uma vez lidera o ranking de país que mais mata pessoas LGBTs, seguindo como o primeiro do ranking por 13 anos consecutivos, em específico a população transexual e travestis, o que torna-se irônico, uma vez que de acordo com a Revista Híbrida (2023) é o país que mais consome pornografia trans no mundo.

2.2 Pessoas idosas LGBT, existem?

Em 2022, o Jornal Unesp, publicou uma reportagem “Levantamento quantitativo pioneiro na América Latina mapeia comunidade AGLBT no Brasil”, apontando que o percentual de brasileiros LGBTs chega a cerca de 12%, ou seja, levando em consideração o quantitativo de pessoas levantadas pelo IBGE (2022), isso corresponde a cerca de 19 milhões de brasileiros. Porém, o último levantamento demográfico realizado pelo IBGE, em 2022, seguiu sem ter campo de identidade de gênero e orientação sexual no formulário, o que dificulta ter um panorama mais conciso sobre o quantitativo de pessoas LGBT no Brasil, inclusive por faixa etária.

Essa prática, de não realizar um levantamento demográfico mais assertivo sobre o quantitativo de pessoas LGBTs dentro da população brasileira, faz com que haja um apagamento social dessa população. A invisibilidade estatística dificulta um desenho da realidade social fazendo com que se torne ainda mais difícil pensar a elaboração de políticas públicas voltadas para esta população. É necessário que os institutos responsáveis por pesquisas demográficas comecem a ter um olhar mais comprometido na coleta de dados, incluindo informações importantes, como a orientação sexual e identidade de gênero para melhor caracterização da população brasileira.

A discriminação impossibilita as pessoas LGBT de identificarem-se no censo demográfico, mas essa invisibilidade também se dá nas instituições assistenciais pela falta de campo específico de registro sobre a identidade de gênero e orientação sexual nos levantamentos e nas fichas de registro institucionais dos serviços de saúde, de assistência e previdência social (Araújo e Silva, 2020).

Essa omissão configura-se como violência institucional na medida em que não se reconhece a pluralidade de identidades de gênero submetendo o usuário a uma classificação binária que, além de ser desrespeitosa, nega-lhe um atendimento humanizado e mais direcionado às suas necessidades.

A violência por preconceito tem um aspecto simbólico, transmitindo uma mensagem de terror generalizado à comunidade LGBT, contribuindo para a

estigmatização desses sujeitos. Uma das entrevistadas de um documentário com pessoas idosas LGBTs diz que o machismo e o preconceito enraizado potencializam a experiência negativa de pessoas trans com a velhice. A ativista enfatiza que “quando você passa dos 40, as pessoas começam a te chamar de maricona” (Documentário: LGBT +60: corpos que resistem, 2012).

A palavra "maricona" é uma expressão pejorativa que se refere a homens percebidos como afeminados ou que não se conformam com as normas tradicionais de masculinidade. O uso desse termo reflete um estigma e uma discriminação contra a expressão de gênero não normativa e a sexualidade considerada dissidente. A expressão “maricona” atravessa dois tipos de preconceito, o primeiro, contra a diversidade sexual, chamado de LGBTfobia, e o segundo, relacionado a idade, conhecido como etarismo. Trevisan (2018) ressalta que o preconceito é revelado a partir da linguagem, no intuito de ofender ou denegrir o indivíduo.

Pelo fato de a expectativa de vida da população transexual e travesti ser baixa Domingues, Longo e Salles (2023) ressaltam que são poucas as pessoas transexuais que conseguem ultrapassar os 50 anos, quando ultrapassam a marca dos 50 anos é motivo de vitória para a comunidade LGBT, contudo, essas pessoas são quase sempre motivos de chacota para a população em geral.

Anyky foi uma mulher transexual nascida no Rio de Janeiro, que viveu mais da metade da sua vida em Belo Horizonte, quando expulsa de casa aos 12 anos. Ela dedicou a sua vida à militância. Viveu até os 50 anos em situação de prostituição e foi à luta em favor das transexuais, travestis e profissionais do sexo. Vivenciou a ditadura militar e o “boom” do HIV/ Aids. Durante entrevista para o canal do Youtube “Corpos que Resistem” (2012), denunciou que foi presa dezenas de vezes durante a ditadura militar e que só não apanhava por ser branca, e, por muitas vezes, os policiais atiraram da cela de madrugada para ter relações sexuais com ela, momento em que também batiam em alguma outra travesti que fosse negra, só pelo prazer. Anyky faleceu em 2021, aos 65 anos, e é uma referência de luta e acolhimento a população transexual e travesti.

As pessoas transexuais sofrem preconceito durante todo o curso de suas vidas e quando chegam a velhice o sofrimento por preconceito e discriminação é intensificado (Domingues; Longo; Salles, 2023).

Envelhecer no Brasil é sinônimo de descaso público quando considerado pessoas heterossexuais. Para pessoas idosas LGBT, o descaso duplica, como se não se

esperasse uma longevidade dessa população, como se ser LGBT fosse uma prerrogativa ou um luxo que deve ser tolerado pelas pessoas e vivido apenas durante a juventude.

As pessoas LGBTs, no geral, têm demandas específicas durante todo o curso da vida, e isso pode tornar-se uma problemática a mais na velhice, pois as pessoas idosas são comumente invisibilizadas. A falta de apoio do poder público atrelada a discriminação e o preconceito por idade, identidade de gênero e orientação sexual intensificam o sofrimento e o descaso com essa população. Nery (2019) aponta que a falta de acolhimento médico de forma adequada é um fator de interferência direta no quadro de saúde das pessoas LGBTs.

O acesso à saúde para pessoas LGBT ainda enfrenta muitos obstáculos. O primeiro motivo é o temor que pessoas idosas LGBT sentem em relação à reiteração do preconceito que vivenciaram ao longo da vida (Araújo e Silva, 2020). O segundo é o avanço tecnológico, que proporciona novas formas de vivenciar o envelhecimento, como o uso de estimulantes sexuais e estéticos. Embora isso possa ser visto como uma melhoria na qualidade de vida, também pode trazer riscos quando tais recursos são utilizados de forma inadequada e sem acompanhamento profissional especializado (Araújo e Silva, 2020).

Araújo e Silva (2020) apontam que a questão que cerca o cuidado na velhice em relação a gênero envolve diversas dimensões, incluindo aspectos sociais, econômicos e culturais. No contexto brasileiro, as mulheres, de modo geral, tendem a assumir mais responsabilidades de cuidado em comparação aos homens, tanto no contexto familiar, quanto no cuidado profissional e no autocuidado envolvendo a saúde (Figueiredo et al. 2007).

Os impactos resultantes dos preconceitos e da discriminação vivenciados pelas pessoas LGBTs não se esgotaram na juventude. Os autores em questão revelam que estes impactos perduram por toda a trajetória de vida e afetam as pessoas LGBTs também na velhice em todos os espaços que frequentam, seja os locais de maiores acessos aqueles que mais os afetam, como o local de trabalho e nos serviços de saúde.

Torrelli, Bessa e Graeff (2023) afirmam que após décadas de estigmatização, a pessoa idosa LGBT chega a velhice sendo apontada com mais expressões pejorativas, além de serem os “velhos assanhados” e “traveções”, também são apontados como as “bichas velhas”, “Maria Macho” e “mariconas”. Outros termos também podem ser encontrados, não só pela população em geral, mas dentro da própria comunidade LGBT.

Henning (2020) deixa claro que as especificidades do envelhecimento LGBT

se dão não pela orientação sexual ou identidade de gênero do indivíduo, mas, sim, pelo preconceito e discriminação que os atingem ao longo da vida. Batman (58 anos, homem trans) viveu como mulher lésbica até os 50 anos assumindo, a partir de então, a identidade de homem trans heterossexual: “O machismo em cima de mim foi horrível, fui agredida verbalmente e na escola sofri muito bullying... era Maria Macho, a sapatão, a machuda.” (Entrevista, 2024).

Souza (2013) esclarece que comportamentos e falas agressivas a fim de se divertir às custas de um indivíduo, tentando definir o *bullying* como “brincadeira” para disfarçar o propósito de maltratar e intimidar é uma forma comum de ferir e violentar pessoas LGBTs, sendo caracterizado como LGBTfobia.

As pessoas idosas LGBT desse tempo contemporâneo viveram as suas juventudes no contexto histórico da ditadura militar, nas décadas de 1960 ao início dos anos 1980. A discriminação era forte e abertamente disseminada contra as pessoas LGBTs (Dubarman, 1999). Nas décadas de 1990, a sociedade ainda tinha enraizado os estigmas disseminados no período da ditadura. Com isso, o comportamento das pessoas ainda era profundamente influenciado por fatores sociais, políticos e culturais que moldavam as experiências das pessoas LGBTs.

Dubarman (1999) aponta que foi justamente na década de 1990 que a comunidade LGBT passou por significativas dificuldades e desafios, bem como começou a experimentar mudanças sociais que moldariam o futuro. Apesar de ainda existir marcas deste passado, é notório que já houve alguma evolução positiva para a vivência dos LGBTs que, hoje, estão vivendo a juventude.

Katz (2007) analisa que as normas e expectativas heteronormativas moldavam a vida das pessoas LGBT nas décadas passadas, criando um ambiente de estigmatização e discriminação. Ainda de acordo com o autor, a representação dessas pessoas na mídia era pouca, e quando havia, era negativa, refletindo e perpetuando estereótipos, longe de ser de fato uma representatividade adequada para população LGBT.

É necessário compreender que, dentro da própria população LGBT, há marcadores de diferenciação no que concerne a velhice. Henning (2017, p.291) diz que é possível analisar os tópicos por “envelhecimento trans”, “envelhecimento homossexual”, pois a combinação de estigmas torna a vivência diferente, podendo criar cenários mais desafiadores “sob o espectro identitário da sigla LGBT”.

Desse modo, segundo o autor, a velhice, para os homens gays, teve um enfoque maior na gerontologia LGBT, pois a super representação de homens cis homossexuais

era maior por volta da década dos anos de 1960, 1970. Mas, o fato de ter mais representações não significou que a velhice para eles fosse positiva, pelo contrário, pois

Tais representações eram acentuadamente sombrias, estando marcadas por imagens de solidão, perdas sociais, físicas e estéticas, desvalorização no mercado erótico, invisibilidade, preconceito pelo avanço da idade dentro e fora das “comunidades LGBT”, depressão, redução ou ausência de redes de suporte social, entre outros fatores (Henning, 2017, p. 294).

Com isso, é notório que a percepção de envelhecimento e velhice se mostrava como algo aterrorizante para os homens gays, principalmente porque a sociedade no geral valoriza a beleza, o vigor e tudo o que representa a ideia de juventude. Os homens gays, de acordo com Crenitte, Miguel e Filho (2019), são cobrados ainda mais paramanter-se “musculoso” e “masculino”, quase como se não tivessem o direito de envelhecer, pois são forçados a manter-se nesse padrão para serem socialmente aceitos. No que concerne a saúde do homem idoso gay, algo pouco discutido e com grande potencial de morbimortalidade é o câncer no canal anal. Enquanto a incidência em homens heterossexuais é de 0,6 casos para cada 100 mil pessoas/ano, em homens que fazem sexo com homens (HSH) com HIV esse número é 158 vezes maior (Crenitte, Miguel e Filho, 2019). Sendo assim, é necessário um rastreio precoce e exames médicos com maior frequência.

Para mulheres lésbicas, a velhice tem uma representatividade menor, uma vez que só foi aparecer de forma mais significativa nas pesquisas na década de 1980 (Henning, 2017) com alguns debates sobre o envelhecimento e velhice das mulheres lésbicas, o que abriu margem para um aumento de perspectivas sobre o envelhecimento lésbico.

O envelhecimento lésbico traz consigo marcas específicas, inclusive motivado pelas experiências e carreiras de vidas das mulheres lésbicas, fazendo com que essas mulheres carreguem na velhice as marcas de um passado machista opressor ou mesmo continuem vivenciando isto na velhice, pois muitas não constituíram família ou não têm rede de apoio para vivenciar a velhice (Henning, 2017).

Henning (2017) afirma que as pesquisas realizadas no início dos anos 2000 sobre a velhice lésbica ou bissexual partiam do pressuposto de que supostamente as mulheres lésbicas ou bissexuais concebiam a velhice como uma experiência mais negativa em comparação às mulheres heterossexuais. Contudo, a conclusão dos estudos sobre a velhice lésbica e bissexual demonstrou o contrário; essas mulheres afirmaram não sentir

o peso da velhice por não terem experienciado a sobrecarga heterossexual do casamento, do cuidado com os filhos e dos afazeres domésticos, como as mulheres heterossexuais.

No que cerca a saúde da mulher idosa lésbica, Crenitte, Miguel e Filho (2019) observam maior incidência de obesidade e de nuliparidade¹³ comparada às mulheres heterossexuais podendo estar relacionadas com maiores risco de câncer de mama. Além disso, Amorim (2019) enfatiza que há dificuldade de alcançar mulheres lésbicas para a realização de exames como o preventivo e transvaginal, exames de suma importância para saúde das mulheres lésbicas. Isso se deve à negligência no rastreamento dessa população, ao medo de violência institucional e à dificuldade em acessar serviços acolhedores com cuidados adequados às suas necessidades.

A médica da família e pesquisadora Amorim (2019) evidencia que as condições ginecológicas entre mulheres heterossexuais, bissexuais e lésbicas não têm diferença. Entretanto, existem uma maior incidência de Síndrome do Ovário Policístico – SOP entre mulheres lésbicas em contraponto a menores queixas de dor pélvica.

Para pessoas bissexuais, os estudos sobre as suas velhices ainda são limitados, encontrados de maneira muito vaga e muitas vezes como se fossem pequenas extensões da velhice lésbica, apesar de haver pressuposição de que existem especificidades, principalmente motivada por esse apagamento social e pouca investigação.

Henning (2017) diz que o fato de que mulheres bissexuais possam se relacionar com homens e homens bissexuais com mulheres faz com que cresça as possibilidades de manter redes de apoio social na velhice mais próximas aos moldes heterossexuais, ou seja, com a presença e o suporte de (ex) cônjuge e de filhos, o que reduziria os eventuais riscos de uma velhice com redes de apoio social frágeis. Sabe-se que isso nãoabarca a realidade como um todo e que a falta de dados prejudica um desenho mais realístico das especificidades da velhice bissexual.

Yoshino (2000, p. 5) diz que “é como se houvesse um contrato entre homossexuais e heterossexuais para apagar a bissexualidade”, mesmo que com finalidades diferentes. A invisibilidade da velhice bissexual mostra o quanto a somatória de estigmas podem intensificar a invisibilização das pessoas, mesmo que participantes dentro do próprio movimento social.

Para pessoas transexuais, a velhice vem chamando a atenção na literatura, principalmente por haver preocupações e carga dobrada de estigma, uma vez que a

¹³ A nuliparidade é um termo utilizado na área da saúde para descrever a condição de uma mulher que nunca teve filhos.

transfobia e a intolerância contra pessoas transexuais tendem a ser mais acentuadas. Com baixa expectativa de vida e o grande número de assassinatos contra pessoas transexuais, a literatura já mostra grande necessidade de intervenção estatal e formulação de políticas públicas que abarquem estas pessoas. Além disso, o uso indevido e sem auxílio médico de hormônios ao longo da vida, motivadas pela busca rápida de resultados ou até mesmo a longa espera pelo Sistema Único de Saúde, traz para as pessoas transexuais problemas intensificados de saúde.

Com maiores dificuldades de se inserirem em empregos formais ao longo da vida, a velhice das pessoas transexuais muitas vezes vem carregada não só de problemáticas familiares, sociais e de saúde, mas, também, de dificuldades financeiras, que podem intensificar gravemente situações de vulnerabilidade social. A exclusão social é uma das principais vulnerabilidades. Segundo Motta (2017), "o isolamento é uma realidade constante para transexuais idosos, que são afastados tanto de suas famílias quanto de suas comunidades, resultando em um ciclo de solidão e marginalização." A rejeição e o estigma associado à sua identidade de gênero podem levar a uma falta de suporte familiar, algo fundamental para o bem-estar na velhice.

Lima (2019) explica que o envelhecimento trans feminino é acelerado em função dos procedimentos estéticos utilizados, pois muitos têm origem clandestina e são aplicados sem orientação médica, levando em consideração o que 90% dessas mulheres trans são profissionais do sexo, conforme o relatório ANTRA (2022). A exposição a situações de vulnerabilidade também contribui para que essas pessoas venham a óbito de forma precoce e violenta.

Domingues, Longo e Salles (2023) referem que muitas travestis e transexuais são consideradas velhas quando não conseguem mais atrair clientes para o seu trabalho sexual, mesmo não tendo alcançado o marco etário da velhice. A depreciação prematura do corpo faz com que Nery (2019) afirme que uma travesti de 40 anos pode ser comparada a uma mulher cis de 60 anos.

Baron, Henning e Ortiz (2021) apontam que as pessoas idosas LGBT podem ser acometidas pelas mesmas doenças que as pessoas idosas heterossexuais, entretanto, é possível observar um preconceito maior ao falar dos agravos de saúde dos idosos LGBT, como se o único diagnóstico possível para essas pessoas fosse o de infecções por doenças sexualmente transmissíveis. Com isso, vemos que pessoas idosas LGBT são exponencialmente mais associadas à doença do que pessoas idosas cis heterossexuais, seja pela imagética que representa o corpo envelhecido e pela insistência

do estigma que associa a pessoa LGBT como alguém doente.

Em que pese o preconceito na sociedade, dentro do próprio movimento social LGBT, as pessoas idosas enfrentam desafios, como pouca ou nenhuma atenção sobre o envelhecimento dessas pessoas, mesmo que todos os membros estejam caminhando para a velhice (Duggan, 2003). É necessário que haja visibilidade e inclusão desses indivíduos dentro dos movimentos sociais, tendo em vista que a população idosa LGBT têm pautas específicas relacionadas ao etarismo e a LGBTfobia, podendo, inclusive, serem intensificadas por outros marcadores sociais, como raça (Stryker, 2008).

Duggan (2003), no início dos anos 2000, já falava sobre a importância de incluir um debate sobre faixa etária no movimento social, entretanto, desde então, a pauta pouco avançou. O autor sinaliza que o movimento precisa se adequar para enfrentar e abordar as demandas específicas da população idosa LGBT.

Dentre os conflitos sociais e internos que as pessoas idosas LGBT precisam enfrentar, a solidão ganha destaque. A solidão da pessoa idosa LGBT comumente intensifica as problemáticas naturais do processo de envelhecimento desta população, pois muitas dessas pessoas não tiveram apoio familiar, o que os aflige na velhice pela iminência do cuidado e da dependência (Rebellato; et al., 2021). Estrela de Neutron (Representante da ASSOTRAM, Entrevista, 2024) entende o envelhecer como um privilégio para poucas pessoas LGBTs e que a solidão é um fator intenso “porque tem toda a questão do abandono, do abandono afetivo, do abandono familiar” (Entrevista, 2024).

Araújo; Silva (2020) apontam que a população LGBT corre maiores riscos, como fragilidades físicas mais intensas, maior probabilidade de viverem sozinhos, medo do futuro, medo da rejeição familiar e de serem marginalizados socialmente, contando com poucos recursos e pouco apoio necessário para esse momento da vida. Com isso, entende-se que um risco acaba se interligando ao outro de forma direta e indireta, pois o medo de rejeição e da solidão acontece por essas pessoas terem crescido e vivenciado um período em que a sua orientação sexual era profundamente estigmatizada em função da moral religiosa e política como algo negativo e passível de reprovação social.

A associação pioneira no Brasil voltada especificamente para a população idosa LGBT surgiu em 2017, o grupo Eternamente Sou, uma iniciativa recente. Ressalta-se que, dentro dos movimentos sociais já existentes, faz-se necessário debater a temática do envelhecimento, uma vez que pessoas idosas LGBTs continuam inseridas no âmbito da militância e outras tantas inseriram-se de forma recente.

Os movimentos LGBTs em Manaus pouco têm contemplado uma discussão sobre o envelhecimento em suas pautas de discussão. Dentre a Associação de Travestis, Transexuais e Transgênero do Amazonas – ASSOTRAM e o Manifesta LGBTQ+. A única que realizou uma iniciativa voltada para a população LGBTQ que está envelhecendo foi a ASSOTRAM.

Em 2023, a ASSOTRAM realizou um Workshop sobre a temática do envelhecimento LGBTQ que, segundo Estrela de Neutron (Representante da ASSOTRAM, Entrevista, 2024) foi motivado pela provocação aos membros do movimento. Desse modo, o VI Workshop em alusão ao dia da visibilidade trans teve como tema “Perspectivas de vida e envelhecimento digno”. Ocorrendo um ciclo de atividades, onde inicialmente foi debatido sobre a temática e posteriormente quatro mesas com os temas: Direito e Cidadania; Educação Acessível; Saúde para Todos; e, Mercado de trabalho. Ao longo de dois dias (27 e 28 de Janeiro de 2023).

Ao explorar a temática do envelhecimento entre a população LGBTQ Estrela de Neutron (Representante da ASSOTRAM, Entrevista, 2024) aponta:

“[...] muitas meninas, elas vivem com HIV, então a maioria delas já chegou com a gente perguntando sobre se tem direito ao BPC ou não tem direito ao BPC, né? E aí, isso é muito perigoso porque muitas vezes essas pessoas deixam de tomar o medicamento para entrar em estado de AIDS para poder ter acesso, né? Só que isso é um perigo”. (Entrevista, 2024).

Essa é uma atitude que ocorre em todas as idades e é ocorre a partir da dificuldade financeira. A fala da Presidente da Assotram é emblemática ao revelar a profunda vulnerabilidade social por que passam os seus associados. Na intenção de garantir o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, as pessoas que vivem com HIV estão dispostas a negligenciar o tratamento para que o vírus evolua para a doença, a AIDS, e desse modo, possam ser contempladas com o auxílio assistencial. Isso ocorre porque geralmente estas pessoas não tem acesso ao mercado formal de emprego, fazendo com que fiquem economicamente fragilizadas ou em subempregos que não geram renda suficiente para subsidiar seus custos de vida. Vendo nessa ação uma forma de alcançar uma renda aceitável para custear o básico para viver, mesmo que isso a coloque em uma situação crítica que podem leva-las à morte.

Lagoa (2019) diz que a autonegligência apresenta-se como um sério problema, que vem crescendo entre a população idosa e envelhecendo, sendo uma ameaça para a saúde e a segurança pública. A autonegligência pode ter múltiplas manifestações e

diferentes motivações. Para os envelhecidos LGBT de Manaus, a motivação da autonegligência está privilegiadamente relacionada a vulnerabilidade socioeconômica.

Essa situação se configura como um alerta para o poder público, sendo um dado de suma importância para medidas governamentais que possam contribuir para o aumento da expectativa de vida das pessoas idosas LGBT, principalmente no que tange à oferta de amparo socioassistencial a essas pessoas.

A pessoa que estava como representante da Associação Manifesta LGBTQ+, Kryptonita, confessou compreender que há uma diferença no envelhecimento e velhice LGBTQ+ para a velhice e o envelhecimento heterossexual, mas que, no momento, essa não é uma temática abordada dentro do movimento do qual faz parte:

Olha, nós sabemos que as pessoas heterossexuais têm diferenças na trajetória de vida comparada a pessoas LGBTQ+. Então, a velhice para a pessoa LGBTQ+ deve vir com problemáticas intensificadas. Eu, sinceramente, nunca parei *pra* pensar nisso. [...] (Entrevista, 2024).

O que leva a pensar que a pauta do envelhecimento não ganhe espaço de discussão no movimento LGBTQ+, apesar de ser reconhecida como uma temática importante? Possivelmente porque os movimentos LGBTQ+ estão inclinados a questões que atravessam a juventude e a vida adulta dessa população, como os constantes ataques aos direitos já conquistados, como o casamento homoafetivo, o nome social e a luta contra a LGBTQ+fobia.

Embora se reconheça a plausibilidade dessas discussões na ordem do dia, não se pode reduzir as demandas dessas pessoas ao tempo da juventude e da vida adulta. Há que se reconhecer que o envelhecimento é um processo democrático que atingirá a todos que alcançam a longevidade, inclusive a população LGBTQ+, que enfrentará esse processo e a velhice de forma mais conturbada em função do duplo estigma.

Existe um número grande de pessoas que estão envelhecendo dentro dos movimentos sociais LGBTQ+ em Manaus e que permanecem lá em busca de pertença social e serviços assistenciais, como a doação de cestas básicas para os associados que estejam em maior vulnerabilidade social, como os adoentados e acamados.

Em um momento da pesquisa de campo, observou-se a presença de um pai de uma associada que estava adoentada, indo até a sede do movimento social para receber uma cesta básica ofertada aos associados que se encontram doentes. Ao chegar na Associação, o pai olhou para os lados antes de entrar, como se estivesse desconfortável em estar ali, e apresentou-se “sou o pai do Daniel”. Capitã Marvel (54 anos,

Travesti, 2024) o corrigiu dizendo, “é o pai da Daniela... Daniela Souza¹⁴”. Esta situação configurou um perceptível constrangimento ao pai da associada, que pareceu sentir-se impotente em ter que silenciar o seu desacordo em nome da necessidade que tinha de receber a ajuda assistencial (Pesquisa de Campo, 2024).

Não é fácil a aceitação da orientação sexual por parte da família, especialmente por parentes idosos que fazem parte de uma geração com elevado nível de repressão moral e social. Por isso, muitas pessoas LGBT sentem-se órfãs de pais vivos. É necessário que se tenha cautela no processo pedagógico de aceitação e acolhimento familiar no contexto geracional, de modo a evitar a fragilização dos laços familiares ou o rompimento das relações.

Não é à toa que muitas pessoas trans e travestis, por amor à memória dos pais, decidem continuar sendo chamadas pelo nome de batismo, como é no caso de Mônica Rambeu (50 anos, Travesti) que apesar de ter vivido como travesti a maior parte da sua vida, prefere ser chamada pelo nome que foi batizada ao nascer, pois relata ser a única coisa que sua mãe lhe deu (Entrevista, 2024). Essas pessoas carregam a ferida emocional da transgressão ao terem assumido uma identidade sexual diferente da que estava previamente definida pelo sexo de nascença. Como em alguns casos, os pais vêm a óbito sem terem aceitado essa mudança, uma forma de viver a vida minorando o sofrimento da rejeição é mantendo a decisão do primeiro nome atribuído segundo o sexo pelos pais.

Se por um lado as pautas dos movimentos LGBTs em Manaus se engajam na luta contra a LGBTfobia, por outro lado, os próprios movimentos reproduzem a violência, especialmente contra os seus associados mais velhos. O parâmetro de desvalorização é pautado no etarismo a partir dos atributos físicos valorizados pelo mercado erótico, centrado na jovialidade do corpo, fazendo com que, segundo Henning (2017), a velhice LGBT seja tratada com hostilidade.

Baron, Henning e Ortiz (2020) apontam que vivenciar uma orientação sexual ou identidade de gênero dissidente era um ato de coragem há quatro ou cinco décadas, quando assumir-se quase sempre exigia romper com a rede familiar. Na velhice, principalmente, se essa orientação sexual e/ou identidade de gênero foi ocultada na juventude, pode gerar conflitos violentos à medida que entende-se que a pessoa idosa já “passou da idade” para ser LGBT. É como ser LGBT fosse um luxo, uma prerrogativa transgressora com tolerância autorizada somente às pessoas jovens. Tem-se a velhice, nesse contexto, como o momento da vida de remissão dos pecados, devendo, inclusive,

¹⁴ Nome modificados por motivos éticos.

excluir o “pecado” de ser LGBT.

As pessoas idosas LGBTs encontram-se no rol do que chamamos de “envelhecimento dissidente”, uma vez que fogem do ideal da cis heteronormatividade na sociedade (Henning, 2014). Quando chega a velhice, a pessoa idosa LGBT pode se deparar com o conflito entre permanecer ou não assumido, pois sente-se confrontada em meio aos tabus, à autoaceitação, aos estereótipos negativos, às violências e às barreiras sociais que foram enfrentadas ao longo da vida. Existe um longo percurso para que as pessoas idosas LGBT sejam reconhecidas como sujeitos constituídos de saberes, memórias, vivências e experiências que vão além da procura por cuidados em relação à saúde sexual.

Dado o preconceito, muitas pessoas LGBT no avanço de seus processos de envelhecimento acabam “voltando para o armário”, pois nesse período de maior vulnerabilidade da existência humana podem necessitar de apoio familiar e, por conta disso, podem abdicar do direito de expressar as suas sexualidades em troca da proximidade com parentes dispostos a auxiliá-los em momentos de fragilidade. “Uma sociedade que oprime o diferente faz com que ele se esconda” (Muniz, 2019. p. 23).

O “voltar para o armário” é mais do que uma mera atitude de medo, é a negação de si. Muitas pessoas idosas acabam por performar o curso de suas vidas na velhice dentro de teleologias cis-heteronormativas. De acordo com Henning (2018) a palavra teleologia vem do grego “telos”, que tem sentido de finalidade, resultado, produto, e, “logias” tem sentido de estudo de algo ou alguma coisa. Sendo assim, conforme o entendimento deste autor, “teleologia” vem da ideia de estudos do fim, dos propósitos ou da finalidade. Já “heteronormatividade” vem do grego “héteros”, que significa diferente, outro, e, “normatividade” vem de padrão, norma, regra.

Com isso, as pessoas idosas LGBTs que buscam exercer seu futuro escondidas em teleologias cis-heteronormativas sob os auspícios da insegurança social e individual. A pressão social acaba por persuadir as pessoas LGBTs a buscar alcançar marcos de vida pautados sob a heterossexualidade (Henning, 2015).

Decidir viver dentro da cis-heteronormatividade na velhice pode ter impactos profundos sobre a saúde mental e o bem-estar. Embora possa garantir uma integração social mais fácil, isso pode significar uma repressão da identidade pessoal autêntica, levando a um conflito interno. Gagnon e Simon (2005) sugerem que a conformidade com normas sexuais e de gênero pode criar um descompasso entre o desejo e o comportamento, resultando em sofrimento psicológico.

Existem diversos casos de pessoas LGBTs que, ao chegar na velhice, passam a viver dentro da cis-heteronormatividade após terem experimentado a marginalização ou solidão (Gagnon e Simon, 2005). O autor aponta que a decisão de viver de acordo com a cis-heteronormatividade na velhice, embora possa parecer uma renúncia à identidade, muitas vezes é percebida pelos próprios indivíduos como uma estratégia de adaptação. Essas pessoas podem sentir que, ao se alinhar às normas sociais vigentes, estão garantindo uma forma de segurança e proteção emocional.

Se ser LGBT é um luxo da juventude, assim o é, também, especialmente para as pessoas pobres que chegam à velhice sem segurança familiar e de renda. Logo, vemos que o fator classe social é preponderante para a fuga de pessoas LGBT na velhice em teleologias cis-heteronormativas. Por outro lado, pessoas idosas com condição socioeconômica abastada e em posição de prestígio social encontram na velhice o momento de construção de teleologias LGBTs após terem sustentado teleologias cis-heteronormativas ao longo da trajetória de vida em função do medo do sacrifício da carreira. Essas pessoas, durante a juventude e maturidade, elegeram como valor de suas vidas a posição econômica, que lhes garantia segurança para viverem os seus afetos de forma clandestina.

Lulu Santos, cantor e compositor brasileiro famoso, famoso, rico e branco, declarou-se publicamente como homossexual aos 70 anos de idade. Em 2018, em entrevista “Lulu Santos discute a dificuldade de se assumir gay” (Folha UOL, 2023), ele disse que tinha medo de se assumir gay, que sentia-se desconfortável em falar sobre sua sexualidade e que só teve coragem de se assumir depois de uma relação que ele considera firme, pois já dura há seis anos com um companheiro 31 anos mais jovem que ele. Anteriormente a essa relação, conta que viveu durante 15 anos com um outro homem, que apesar de muita gente em volta desconfiar ou “saber”, ele preferiu não confirmar. O que parece, na verdade, é que a velhice foi o momento oportuno para essa declaração, tendo em vista a carreira já consolidada e a proximidade com o fim da vida. Talvez em outro momento essa declaração pública pudesse chocar os fãs e colocar em risco o seu sucesso.

Miguel Falabella, de 67 anos, também assumiu a homossexualidade depois dos 60 anos de idade em uma entrevista ao jornal “O dia” (2019). Contudo, discreto, disse preferir viver a sua sexualidade longe dos holofotes, criticando outros atores homossexuais, dizendo que admira a coragem, mas que assumir a sexualidade está “fora de moda”. Se a velhice confere uma irreverência ao sujeito, no sentido de libertá-lo das

performances sociais representadas para a aceitação social, essa liberdade precisa vir com ordem e decência, sem escancarar a sem-vergonhice de ser LGBT.

De igual modo, Clodovil, assumidamente homossexual ao longo de toda a sua vida artística, ilustrou os limites para viver a sua orientação sexual para que não fosse descredibilizado como pessoa. Em uma matéria altamente homofóbica que continua na internet, no Jornal de Beltrão, escrita por Cristiane Sabadin, e publicada na internet no dia 18/03/2024, a colunista elogia Clodovil dizendo que “se for pra ser gay, que seja como Clodovil [...], um gay de respeito”. A matéria segue um raciocínio explicando que um “gay de respeito”, como Clodovil, “nunca concordou com essas bichas loucas, que se vestem de mulher e jogam confete para todos os lados. Ele saiu do armário, mas não deixou nunca de se portar como homem” (Sabadin, 2009). Vemos, com isso, que ser uma pessoa de respeito nessa sociedade é ser publicamente cis-heterossexual, mesmo admitindo a coexistência dos desejos dissidentes. Vale o velho ditado que “o que os olhos não vêem, o coração não sente”

Conforme o Jornal O Globo (2007), Clodovil, que também teve carreira política e era de direita partidária, foi vaiado após declarar não sentir orgulho de ser gay durante o lançamento da frente parlamentar em defesa de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros.

Eu não gosto da parada do Orgulho Gay. Não me orgulho de ser gay. Orgulho-me de ser eu mesmo. E sou contra uma pessoa se travestir de mulher e ir para a prostituição. (Clodovil diz não ter orgulho de ser gay, 2007).

Clodovil, ao afirmar isto, deixa claro que o destino àqueles que contrariam a ordem vigente é a miséria social. Nesse caso, a identidade de gênero e a orientação sexual, para ele, são dimensões menores da vida do ser, que deveriam sucumbir em favor de uma identidade valorativa atribuída pelo cis-heteronormativa como barganha para trabalho considerado socialmente digno. Esse posicionamento, dentre outros tantos que ele declarava, demonstra o desprezo que ele tinha pela própria condição em uma tentativa contínua de reafirmação de si nesse mundo pelas vias dos atributos socialmente valorizáveis. Apesar de ter sido o primeiro parlamentar LGBT assumido, o seu posicionamento político reafirma a discriminação e o descaso com esse público.

Se por um lado, os homens idosos homossexuais demonstram clara misoginia aos LGBTs afeminados, por outro lado, as mulheres lésbicas carregam o peso da culpa pela orientação sexual e/ou identidade de gênero dissidente. É o que revela a atriz Maitê Proença, que também já assumiu um relacionamento lésbico com a cantora Adriana

Calcanhoto, cujo término aconteceu em 2022 após Maitê ter dito em entrevista para a revista JP que desejava que Adriana tivesse outro gênero, ou seja, que fosse homem. Na ocasião, Maitê, em uma tentativa de se declarar à namorada, disse “eu queria que ela fosse homem. Apesar de preferir homens, estou com uma mulher porque gosto dela. Se ela fosse homem, seria mais fácil para mim. Mas gosto dela, topo essa experiência”. O Blogg LGBT “Scruff gay blog” declarou que esta fala da atriz foi malvista e lesbofóbica, e afirmou que houve uma repercussão negativa entre o público LGBT nas redes sociais.

O documentário “Homossexuais, o direito de envelhecer” (2016) retrata os diferentes pontos de vista das pessoas LGBT em relação ao envelhecimento. Alguns entrevistados retratam a “volta para o armário”, o medo da solidão na velhice, o medo de ser motivo de chacota por ser uma “maricona velha” enquanto outras pessoas idosas disseram não se importar ou preferir não dar ouvidos às piadinhas de mau gosto para evitar aborrecimentos e/ou não provocar atos de violência.

O apagamento da identidade de gênero das pessoas idosas LGBT compromete a expansão de uma das dimensões mais importantes da vida do ser, a sexualidade. Se a sexualidade na velhice, nos cânones da heteronormatividade, já é um tabu, a expressão da afetividade e sexualidade de pessoas idosas LGBT pode ser considerada um verdadeiro disparate social. A quem pertence o direito de amar? Para as pessoas idosas LGBT, a sexualidade é muito mais do que a realização no campo do desejo erótico, é uma estratégia de segurança e proteção em um mundo que relega a essas pessoas um estatuto de marginalidade e depravação.

2.3 A sexualidade de pessoas idosas LGBT.

A história da sexualidade, segundo Foucault (1999), teve mudanças significativas ao longo do tempo em uma tentativa de moldar e regular a sexualidade. Para o autor, ao contrário do que se propaga, o discurso da sexualidade não foi silenciado nas sociedades modernas, e, sim, houve uma intensificação das discussões sobre a sexualidade, especialmente a partir do século XVIII. Em vez de uma repressão total, ele entende que ocorreu uma proliferação de discursos e práticas sobre a sexualidade assumidas segundo interesses políticos.

É necessário que haja a compreensão de que a sexualidade não é uma dimensão meramente individual, pois o seu exercício atravessa o que preconiza a moral religiosa, o saber médico e os próprios interesses da sociedade capitalista. Essas instituições, de acordo com Foucault (1999), desempenharam um papel crucial na construção do discurso da sexualidade, sendo as principais instituições reguladoras que estabeleceram

parâmetros sobre o que poderia ser considerado aceitável e condenável. O autor aponta que as práticas e discursos sobre a sexualidade são parte de um sistema mais amplo de controle que visa regular e otimizar a vida e a saúde da população.

Os discursos moldados sobre a sexualidade atuam como controle social na vida dos indivíduos. Desse modo, reafirma-se que a sexualidade vai além da questão do prazer sexual, ela perfaz um campo de análise e de intervenção, permitindo, assim, que as normas sociais e as relações de poder sejam estabelecidas e reforçadas. Como construção social, a sexualidade sofre a influência de transformações sociais no curso da história, ganhando novas concepções.

Bozon (2004) afirma que o envolvimento sexual do sujeito não acontece sem que ele dê um sentido a isso e esse sentido é produzido culturalmente. O autor revela que os relacionamentos afetivo-sexuais são modificados com o passar da idade, considerando, também, o fator de gênero. O movimento feminista foi muito importante tanto para a sexualidade de pessoas heterossexuais quanto para a população LGBT à medida que contribuiu para deslocar o sexo da reprodução para um investimento maior no campo do prazer sexual. Essa contribuição questiona a função da sexualidade na legitimação da ordem estabelecida entre os sexos, passando a incidir em medidas para o prolongamento do seu exercício ao longo da existência humana.

A criação contemporânea do Viagra, um medicamento para disfunção sexual, foi um marco para a reativação da vida sexual na velhice. Contudo, reforça o primado da penetração ao reduzir a sexualidade ao exercício da atividade sexual. O medicamento não apenas ofereceu uma solução eficaz para uma condição que antes era frequentemente estigmatizada e tratada com discriminação, que é a sexualidade na velhice, mas, também, gerou uma discussão mais aberta sobre a sexualidade masculina.

Segundo Brigeiro e Maksud (2009), em que pese o sucesso desse medicamento, o Viagra gerou debates e controvérsias sobre questões como a medicalização da sexualidade, o impacto do medicamento na saúde sexual e nas relações interpessoais e o acesso desigual a tratamentos eficazes. A chegada do Viagra não apenas marcou um avanço médico significativo, mas também trouxe à tona questões sociais e culturais sobre a sexualidade e a saúde dos homens, influenciando tanto as práticas clínicas quanto as percepções públicas. Afinal, a medicação possibilita que os velhos que comumente são tratados como assexuais por supostamente não exercerem mais a vida

sexual, poderiam, neste momento, voltar a reativá-la.

As matérias jornalísticas e midiáticas trazem jargões biomédicos de que o Viagra é apenas um vasodilatador que facilita e ajuda a manter a ereção, não ajudando na libido e no desejo sexual, com isso, enquanto apenas um estimulante para uma ereção rápida, não resolve o problema do desejo que supõe um investimento psíquico e biológico “desde o estímulo sexual neurocerebral, permeabilidade vascular peniana, endotélio, corpos cavernosos (tecido erétil) intactos, sem esquecer dos fatores psicológicos” (Brigeiro e Maksud, 2009, p. 31).

De acordo com Pascual (2002) o tabu em torno da sexualidade na velhice ainda persiste como uma realidade enraizada em concepções históricas que associam a atividade sexual à reprodução, e por isso, circunscrita às pessoas jovens e adultas. O autor ainda aponta que a sexualidade tem ganhado uma visibilidade gradual na questão da saúde da pessoa idosa por ser compreendida como uma parte intrínseca e integral do ser humano ao longo de todo o percurso da existência.

Se as pessoas estão alcançando uma longevidade cada vez mais estendida, isso significa que elas estão tendo maior disposição física para continuar exercendo as atividades que sempre fizeram ao longo de suas vidas, como trabalhar e fazer sexo. É necessário desconstruir a visão idílica que se atribuiu historicamente a pessoa idosa que conforma essas pessoas às funções de bom avô ou boa avó, como se fossem menos humanos, destituídos da condição de sujeitos sexualmente desejantes.

Segundo Netto (2007), nos últimos anos vem ocorrendo uma revolução na concepção e, na prática da sexualidade, principalmente na velhice. Netto (2007) aponta três dessas mudanças, sendo a primeira: a vida sexual não é mais vista somente com a função de procriação, passando a ser uma fonte de satisfação e realização para pessoas de todas as idades. O segundo, é sobre o aumento relevante e progressivo de pessoas que chegam a uma idade mais avançada em condições psicofísicas satisfatórias e que não estão dispostas a renunciar à vida sexual. O terceiro, tem o aparecimento da AIDS que obrigou a sociedade e o poder público a repensar a sexualidade, reforçando a necessidade de se informarem e falarem mais abertamente sobre sexo.

Para Ponce de Leão (2018), o gênero é um dos fatores que faz da velhice uma condição multifacetada e diversificada. Como o sentido de gênero sofre transformações com o passar da idade, a sexualidade também passa a ser redimensionada no campo dos afetos, combinando a ambivalência entre liberdade e segurança. Além da investidura na redescoberta do prazer sexual, o sentido da sexualidade na velhice procura cuidado e

acolhimento. Indo além dos impulsos do desejo.

Mota (2011) revela que as pessoas LGBT enfrentam desafios contínuos ao envelhecer, especialmente ao exercer sua sexualidade, que muitas vezes é ridicularizada devido ao estigma social ligado aos corpos velhos. Além das chacotas, que já são formas de violência, essas pessoas podem ser alvo de discriminação e agressão física, o que aumenta o medo e o isolamento. Apesar dos avanços no debate sobre sexualidade, quando se trata de pessoas idosas, o tema ainda é cercado de tabus. A sexualidade é frequentemente negligenciada nessa fase da vida, como se fosse algo separado da dignidade e integridade humana dos mais velhos (Pascual, 2002).

Segundo Henning (2017) os estudos sobre a gerontologia LGBT são tímidos e vêm engatinhando bem devagar ao longo dos últimos anos, pois poucas pessoas têm interesse em falar sobre velhice e sexualidade, sobretudo quando se trata de velhice e da sexualidade LGBT. Isso acontece porque as pessoas tendem a ter um olhar para a velhice como sendo assexuada, quando se fala sobre a sexualidade de pessoas idosas já se torna um assunto desconfortável para muitos, falar sobre velhice LGBT e sexualidade é adicionar mais lenha à fogueira da inquisição.

Quando a velhice é atravessada pela diversidade sexual, os sujeitos são potencialmente expostos a vulnerabilidades, que cerceiam ainda mais o seu direito de viver e existir. Em decorrência disso, pessoas idosas homossexuais vivem escondidas no armário do medo, da solidão, do abandono e da pobreza.

Em janeiro de 2024 foi ao ar o remake¹⁵ da novela Renascer da rede globo de televisão. A versão original de Renascer, foi ao ar há 31 anos, em 1993. A versão original de Renascer foi ao ar há 31 anos, em 1993. O remake de 2024 traz uma diferença marcante que chamou a atenção. A personagem Buba que, na primeira versão, era “hermafrodita”¹⁶ veio para a atual versão da novela como uma mulher transexual. Bittencourt (2023) aponta que apesar de o termo “hermafrodita” ter sido usado há 31 anos, o correto seria “intersexo”, pois corresponde a uma pessoa cuja variações do corpo fogem do padrão binário. Essa já era uma discussão polêmica para o início da década de 1990, mesmo que a atriz que tenha feito o papel de Buba fosse uma atriz cisgênero, o que também foi adequado nesta nova versão, uma vez que a atriz que interpreta Buba, em 2024, é, de fato, uma atriz transexual.

¹⁵ O termo “remake” é geralmente usado em referência a um filme ou série que usa uma obra anterior como fonte principal.

¹⁶ Hermafrodita é uma condição em que a pessoa apresenta características sexuais tanto do sexo masculino quanto feminino desde o nascimento

Bruno Luperi, responsável pelo remake, concedeu uma entrevista para o UOL (2023) em que explicou que a mudança de um personagem intersexo para uma mulher transexual se deu a partir da ideia de que o público pudesse debater mais sobre o assunto, pois as mulheres trans têm mais visibilidade em relação a pessoas intersexo, possibilitando uma melhor discussão sobre isso. Na versão original, o par romântico de Buba se distancia após desconfiar que ela seja travesti em vez de “hermafrodita” (conforme nomenclatura da época). O mesmo acontecerá na nova versão para retratar a realidade de muitas mulheres transexuais que passam pelo afastamento do parceiro em razão de sua condição ou que se relacionam apenas às escondidas, desde que não seja necessário um aparecimento público, fator de sofrimento para pessoas transexuais.

No filme documentário *Divinas Divas* (2016)¹⁷, há diferentes relatos sobre como é viver como uma travesti idosa, mostrando a trajetória artística de oito artistas lendárias e pioneiras desde a década de 1960, que vivenciaram o auge dos cinemas e teatros. Brigitte de Búzios faz parte de clubes de senhoras da terceira idade e informa que é tudo normal, que a sua vida é “meio caretinha”, mas, no palco, ela se entrega mais e faz o que quer. Marquesa responde que voltar ao palco do Rival, Teatro do Rio de Janeiro, no qual ocorreram os primeiros shows de travestis durante o início da ditadura militar, como pessoa idosa, permitirá a ela fazer uma de suas melhores apresentações, isto, “vai ser um canto do cisne lindo que eu vou fazer”. Em outro momento, a mesma Brigitte diz que o mais difícil é chegar aos 69 anos como uma mulher e começa a rir.

O escalamento do depoimento no documentário parece antecipar, de uma maneira premonitória, o destino da amiga, abrindo espaço mais uma vez para uma das principais preocupações dos idosos que é a morte e o sofrimento que, às vezes, a antecede. Por outro lado, o corpo de Marquesa não estava dentro dos padrões da sociedade, mesmo quando se compara ao corpo das outras travestis, na medida em que era um corpo obeso, idoso, dependente e indeterminado do ponto de vista binário do sexo. Por outro lado, Marquesa, na velhice, teve um destino comum a outras travestis, isto é, passam por um processo oposto de transformação ao qual se submeteram anteriormente, voltando a ser homens, deixando transparecer que “travestilidade e envelhecimento não combinam” (Antunes, p.14, 2013).

Em 2018, o romance entre duas mulheres lésbicas no filme “Nós duas” revela o amor proibido de duas aposentadas que demonstram muita paixão e sentimento de culpa. Um dos pontos altos do filme é mostrar para o público que relações sexuais e de

¹⁷ Disponível na Netflix.

cumplicidade entre mulheres lésbicas idosas existem. As duas personagens lésbicas decidem vender tudo o que tinham e mudar-se de país para viver livremente a sua sexualidade, pois a personagem Medeleine tem filhos e vivencia o romance em segredo por anos. Estão prestes a executar o plano de ir para outro país quando Medeleine sofre um Acidente Vascular Cerebral – AVC que a deixa com sequelas físicas, inclusive sem falar. A sua amada sofre o drama de tentar se fazer presente mesmo sem os filhos saberem da relação. Este filme mostra realidades do cotidiano de muitas mulheres lésbicas que escondem a sua orientação sexual da família e dos filhos.

Mesmo que seja um retrato da ficção, estes filmes mostram que o envelhecimento, a velhice e a sexualidade podem ser vivenciados de diferentes formas, trazendo, inclusive, alguns questionamentos sobre como vem se dando a construção das carreiras LGBTs ao longo da trajetória de vida, instigando o telespectador a pensar que forma o percurso vivencial desemboca na construção da velhice. A sexualidade das pessoas idosas LGBT é um tema frequentemente invisibilizado pela sociedade. Butler (1993) discute como o corpo envelhecido, especialmente o de pessoas LGBTs é visto como assexuado ou inadequado para o amor, afeto e o desejo, perpetuando estereótipos de que a sexualidade está limitada à juventude. Isso é ainda mais grave para pessoas idosas LGBT, que são frequentemente excluídas tanto dos espaços voltados para as pessoas idosas quanto de outros espaços voltados para a comunidade LGBT.

Com isso, as relações afetivas, sejam elas românticas, familiares ou de amizades, desempenham um papel fundamental na criação de redes de suporte social para essas pessoas. Berkman et al. (2000) argumentam que o suporte social é um fator crucial para o bem-estar mental e físico na velhice, especialmente em populações vulneráveis. Para pessoas idosas LGBT, essas redes afetivas frequentemente substituem as famílias biológicas, das quais foram excluídos devido o preconceito.

Fokkema e Kuyper (2009) afirmam que para muitas pessoas idosas LGBT, a solidão e o isolamento são agravados pela rejeição familiar e pelo afastamento social, o que torna o suporte de parceiros românticos, amigos ou comunidades LGBT ainda mais importante. Essas redes de apoio não apenas oferecem companhia, mas também funcionam como uma fonte de segurança emocional e econômica, contribuindo para a resiliência frente aos desafios da discriminação e do envelhecimento.

Em Manaus, as pessoas idosas e envelhecidas que fizeram parte da pesquisa, com idades que variam entre 50 a 62 anos, revelam que as suas carreiras LGBTs foram marcadas pelo padrão heteronormativo por um longo período de suas vidas em função

do medo, principalmente, da rejeição familiar.

Tempestade (55 anos, Mulher Transexual) teve parte de sua história moldada dentro da cis-heteronormatividade. Por respeito à mãe, envolveu-se por longos anos com mulheres, assumindo-se como mulher trans somente após o falecimento de sua genitora. No contrato sexual estabelecido em seu relacionamento mais duradouro com uma fez com que deixasse claro para a sua companheira que a sua orientação afetivo-sexual estava inclinada para homens, embora também mantivesse relações sexuais heterossexuais dentro daquela conjugalidade.

Para manter essa relação, que era aprovada pela mãe, ambas sabiam da orientação sexual uma da outra, sendo acordado o modelo de relacionamento aberto entre as partes, como forma de dar vazão aos seus desejos. Com o falecimento da mãe, o pacto inicial de conjugalidade tinha chegado ao fim, entretanto, escolheram permanecer juntas, pois havia um laço afetivo entre elas. Esta companheira a ajudou na transição, emprestando roupas, maquiagens e dando apoio emocional. Porém, o relacionamento foi rompido quando a sua companheira se converteu como evangélica, decidindo pôr fim a relação.

A amostra da pesquisa revela que somente 20% estavam em um relacionamento amoroso atualmente, sendo uma mulher cis lésbica de 52 anos e um homem cis gay de 50 anos, ambos tinham parceiro com idade abaixo dos 32 anos e disseram estarem satisfeitos com os seus relacionamentos afetivos-sexuais.

Os demais participantes da pesquisa (oito pessoas), que não estavam em um relacionamento fixo deram respostas similares: “busco romantismo, companheirismo, carinho, afeto” (Superman, 59 anos, Gay, Entrevista, 2024). Dois dos entrevistados disseram não estar em busca, mas que ficariam contentes se acontecessem. Dois entrevistados disseram estar em busca de um relacionamento e três disseram não querer relacionamento fixo de jeito nenhum (três mulheres trans heterossexuais), enfatizando que muitas pessoas só as buscam para satisfazer os desejos sexuais, onde por muitas vezes preferem que isso seja mantido no sigilo, por isso, preferem não relacionar-se.

Ao investigar o porque estas mulheres responderam não querer uma relação, duas falaram sobre experiencias ruins do passado. Outra diz: “é a minha escolha [...]eu escolhi uma vida diferente. Eu gosto de homem, não de mulher. Isso muda tudo.”(Mônica Rambeu, 50 anos, Travesti, Entrevista, 2024). Com isso, é possível perceber que a entrevistada desacredita em um relacionamento afetivo-sexual sólido com um parceiro, possivelmente atrelada ao fato de ser transexual. Além disso, é

ênfatisado a partir desse trecho o que foi constatado durante a entrevista, que há uma desilusão referente a vivenciar sua sexualidade na velhice, com isso, algumas pessoas LGBTQs que caminham para a velhice desenham suas teleologias dentro da heteronormatividade.

Quando o questionamento passa a ser sobre conjugues, Luke Carge (50 anos, Homem Gay) e Mulher Invisível (52 anos, Mulher Lésbica), ou seja, 20% dos entrevistados estão em uma relação que consideram sólidas, sendo relacionamentos com duração superior a 5 anos e com parceiros pelo menos 20 anos mais novos. 10% disseram estar em busca de um relacionamento afetivo, 40% disseram não estar em buscar mas que ficariam contentes se acontecesse, e 30% disseram não querer um conjugue de jeito nenhum. Todas que responderam não querer um cônjuge foram mulheres trans heterossexuais e justificaram estarem cansadas de terem que manter relacionamentos à escondidas e que não querem mais isso para si.

Homens cis que se relacionam com mulheres trans e/ou com mulheres idosas tendem a esconder isso. Pessoa (2019) afirma que há uma tendência desses homens em manter isso em segredo por temerem a rejeição social e a perda de *status social* diante dos seus amigos ou familiares. A transição de suas parceiras, sobretudo as com mais idade, é vista como uma ameaça à sua masculinidade, o que reforça o desejo de manter essa relação oculta. As mulheres transexuais e um homem gay, que vez ou outra se transveste de mulher, afirmaram, na pesquisa de campo, que os homens cis, heterossexuais, casados, lhes procuram para obterem prazer sexual, à escondidas, sem que outras pessoas de seu meio possam descobrir. “É cansativo, só quer à escondidas, eu não quero me esconder. Eu, hein?! Tô cansada!”, revela Tempestade (55 anos, Mulher Trans, Entrevista, 2024).

Neste ponto, é interessante perceber uma tendência maior a experiências negativas por parte das mulheres transexuais, por isso, é importante por a população em evidência, em conjunto e também com suas singularidades, pois, a caracterização dessa população deve acontecer para fazer com que se solidifique uma gerontologia LGBTQ que leve em consideração o social (Henning, 2017). E, que a partir disso possam obter dados para propor, elaborar e executar políticas direcionadas para esta população que sem dúvidas há o sofrimento intensificado durante a trajetória de vida e no processo de envelhecimento, por fatores motivados não pela sua identidade de gênero ou orientação sexual, mas como o pesquisador Henning (2017) também põe em evidência, a discriminação partindo da sociedade para com essas pessoas.

A sociedade patriarcal impõe normas firmes sobre a masculinidade, com isso, muitos homens que se relacionam de forma afetivo-sexual com mulheres trans sentem a necessidade de esconder, em uma tentativa de evitar o estigma e julgamento público que é comumente associado a transexualidade (Pessoa, 2019). As relações afetivas sexuais são de suma importância para pessoas idosas LGBTs, a fim de evitar problemáticas com a solidão e temor ao futuro, a vida a dois pode ser um facilitador na velhice.

Simões e Fachini (2009) apontam que a marginalização de mulheres trans é reforçada quando seus parceiros optam por manter o relacionamento em segredo por medo de serem visto de forma menos “masculina”. Sendo assim, há muitas dificuldades de mulheres trans idosas ou envelhecidas em contrair relacionamentos nessa fase da vida, sobretudo na condição de ser LGBT.

CAPÍTULO 3 – ENVELHECIMENTOS LGBT EM MANAUS CARREIRAS E TELEOLOGIAS CIS-HETERONORMATIVAS

"Você não pode falar pra sua mãe que você é LGBT, você não pode nem ser LGBT diante da sua mãe porque ela vai parar de te amar se você for, mas você já é. Se você já é e você não pode ser, porque se você for você não tem amor, quem é que sua mãe está amando?" - Podcast Lésbica e Ansiosa

3.1 A construção da carreira LGBT ao longo da vida dos envelhecidos de Manaus.

Carreiras LGBTs têm o tom aludido por Henning (2020), que entende a construção de carreiras como pontos-chaves do curso da vida que fizeram as pessoas envelhecidas hoje forjarem o seu futuro. Nesse sentido, a aplicação deste termo nesta pesquisa tem o sentido de investigação de como o percurso vivencial dos sujeitos desemboca na construção de suas velhices¹⁸.

O conceito de heteronormatividade compulsória, segundo Bento (2008), refere-se à imposição de normas que pressionam as pessoas a aderirem a uma estrutura de vida cis-heterossexual. Para pessoas idosas LGBT, a construção de suas vidas e carreiras dentro da teleologia heteronormativa envolveu a repressão de sua identidade sexual ou de gênero em múltiplos contextos, tanto no ambiente de trabalho quanto em suas relações pessoais.

A pressão familiar foi um fator determinante para muitas pessoas LGBT idosas que viveram suas vidas de forma reprimida. Simões e Facchini (2009) destacam que, em uma sociedade patriarcal e conservadora como a brasileira, a família foi, e muitas vezes ainda é, o principal agente de controle moral e social, regulando a sexualidade e o comportamento de seus membros. Para evitar conflitos familiares e o rompimento de laços sociais e financeiros, muitas pessoas LGBT se viram forçadas a aderir o padrão heteronormativo, o que as levou a constituírem famílias heterossexuais, casar e ter filhos, mesmo que isso não refletisse sua verdadeira identidade de gênero.

Para esses autores, a invisibilidade forçada dessas pessoas durante grande parte

¹⁸ O termo “carreiras”, nesta pesquisa, é mais oportuno do que o termo “trajetórias”. Enquanto “trajetória” se debruça sobre uma análise pormenorizada do ciclo existencial do sujeito, sem delineamento específico, “carreiras” tem a inclinação voltada para a identidade de gênero e orientação sexual. Nesse sentido, o termo “carreiras LGBT” tem a pretensão de investigar apenas um recorte do tempo existencial do sujeito desde a sua identificação como sujeito LGBT às formas de viver elaboradas a partir dessa condição para que se possa apreender os rebatimentos dessas estratégias de ser e estar no mundo na construção de suas vidas na velhice.

de suas vidas foi uma estratégia de sobrevivência, especialmente em contextos de forte controle social e familiar. A conformidade às normas de heteronormatividade não apenas ocultava a verdadeira identidade de muitos indivíduos, mas, também, limitava as possibilidades de expressão pessoal e profissional.

As teleologias heteronormativas nas quais os sujeitos da pesquisa estiveram envolvidos ao longo de suas juventudes e maturidades referem-se a normas sociais que impõem a heterossexualidade e os papéis de gênero tradicionais como únicas formas aceitáveis de viver. Essas teleologias se manifestaram em diversas esferas da vida, desde a imposição de casamentos heterossexuais e a expectativa de formação de famílias nucleares até a repressão da identidade de gênero e orientação sexual dissidentes. Ao longo de suas vidas, muitos desses sujeitos foram compelidos a esconder as suas verdadeiras identidades e desejos, vivendo sob a pressão de se conformar às expectativas sociais para evitar rejeição familiar, discriminação social e violência.

Essas teleologias heteronormativas resultaram em vidas moldadas por silenciamentos e repressões, forçando muitos a adotar comportamentos e relacionamentos que não refletiam suas verdadeiras orientações ou identidades. Alguns, conviveram junto com pessoas dentro de um modelo tradicional de família para manter a aceitação social e fugir da estigmatização. Outros optaram por uma invisibilidade estratégica, reprimindo suas sexualidades em ambientes de trabalho, por exemplo.

Essas pressões heteronormativas também afetaram a construção de redes de apoio e de afeto, já que os sujeitos muitas vezes não puderam contar com a aceitação de suas famílias biológicas ou de instituições sociais, como igrejas e escolas, para legitimar suas identidades e relacionamentos. Na velhice, o impacto dessas teleologias se revela em histórias de solidão, isolamento e a dificuldade de criar redes de suporte que acolham e reconheçam suas vivências.

A ideação suicida é um fator problemático na vida das pessoas LGBT, especialmente a partir do momento que encontram rejeição, violência física ou emocional ao assumir-se para as suas famílias. O filme “Orações para Bobby”, de 2009, é inspirado em uma história real e trata-se de um garoto de 16 anos que, ao se descobrir homossexual, sofreu homofobia pela sua mãe que tentou “curá-lo” por meio da religião cristã, à qual era adepta. A mãe de Bobby só percebeu que estava errada em tentar “ajeitar” a sexualidade de Bobby quando ele já tinha tirado a própria vida.

Dias e Miranda (2019) destacam que a exclusão familiar é um dos principais fatores de risco para a ideação suicida entre jovens LGBT. Essa rejeição familiar é ainda

mais grave quando consideramos que, para muitos jovens, a família é a primeira e mais importante fonte de suporte emocional e financeiro. A perda desse vínculo os empurra para a marginalização, criando um ciclo de vulnerabilidade socioeconômica que agrava o sofrimento psicológico.

Dias e Miranda (2019) observam que a renda também é um fator intensificador de ideações suicidas. Sem acesso a uma renda estável, muitos jovens LGBT enfrentam dificuldades para acessar serviços de saúde mental, especialmente em um contexto de precarização dos sistemas públicos de saúde no Brasil. A falta de acesso a esses serviços agrava a ideação suicida, uma vez que muitos não conseguem receber os cuidados necessários para lidar com seu sofrimento psíquico.

O Ministério da Saúde (2016) conceitua a ideação suicida como o ato de pensar na possibilidade de tirar a própria vida, autoagressões, lesões autoprovocadas e as tentativas de suicídio. Conforme o Boletim de Violência Autoprovocada (2023), o suicídio é a terceira causa de morte entre indivíduos de 15 a 44 anos no mundo. No Brasil, o suicídio é a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos.

Em Manaus, as pessoas LGBT desta pesquisa referiram dois motivos centrais para a ideação suicida, sendo o primeiro o medo da rejeição familiar por conta da orientação sexual ou identidade de gênero, especialmente na juventude. O segundo perdura todo o ciclo da vida e trata-se do medo de contrair HIV ou após descobrir que foi infectado pelo vírus, pois, o estigma acerca da temática ainda fomenta receio da discriminação.

Durante o tempo em que as pessoas LGBT viveram conformadas em teleologias heteronormativas, o sofrimento interno era algo sufocante, porém contido em nome da aprovação social. O medo do preconceito e, conseqüentemente, da rejeição é tão aterrorizante para a pessoa LGBT que até quando se decide dar vazão ao desejo de forma secreta, a autopunição moral se imbuí de uma autoviolência provocada por um sentimento de indignidade humana, como refere Mulher Invisível (52 anos, Lésbica):

“Quando eu fiquei com a [nome ocultado por motivos éticos] pela primeira vez, eu me olhei no espelho, eu comecei a chorar, eu dizia ‘não quero isso pra mim meu Deus, isso é vergonhoso’, uma mistura de sentimentos, eu não queria mais viver e ao mesmo tempo não podia desistir da vida porque tinha meus filhos. Quem ia cuidar deles se eu desistisse da vida? Eu ainda resisti por um tempo antes de me aceitar [...]. (Entrevista, 2024).

A Mulher Invisível (52 anos, Lésbica), além de considerar-se culpada em

função da orientação de seu desejo concebido como algo transgressor, imoral e pecaminoso por não estar voltado para a heteronormatividade, demonstra a punição por sentir prazer na relação homoafetiva, sendo importante considerar que a sexualidade feminina até hoje ainda está cercada por um invólucro de tabus, que castra o direito da mulher sentir prazer sexual em uma relação, especialmente quando ela se torna mãe, já que o instinto materno socialmente deveria castrar o desejo sexual feminino em nome da beatificação do sujeito mãe (Ponce de Leão, 2018).

Soma-se a isto o fato de que a Mulher Invisível (52 anos, Lésbica) desenvolveu ideias suicidas no período de descoberta da sexualidade a partir do convívio com outras mulheres lésbicas que sofriam preconceito. Com isso, tinha medo de que o mesmo acontecesse com ela.

Ghorayeb (2007) realizou uma pesquisa no Brasil em que 67% dos entrevistados afirmaram sentir vergonha de sua orientação sexual, sendo que 35% apresentavam depressão e 10% risco de suicídio. Os entrevistados apontaram a religião e as pressões da sociedade como fatores que mais induziram esse tipo de sentimento, sendo as mulheres adolescentes entre 16 e 21 anos as que mais demonstraram medo de frustrar a família ao revelar a orientação sexual.

O segundo fator relatado, sobre o medo de ser infectado pelo vírus HIV, também se constitui como um forte indicativo de ideia suicida entre a população LGBT, especialmente quando jovens, conforme ilustra o relato da Mônica Rambeu (50 anos, Travesti):

Eu tenho HIV, foi a pior coisa que poderia ter me acontecido... não bastava eu ser o gay, viado, a bichinha eu ainda peguei essa desgraça! Eu nunca mais queria viver, queria me matar antes que esse inferno me matasse [...] Não imaginei chegar nos 50 anos, deveria ter morrido antes... Quando eu descobri o negócio lá [HIV], eu só queria morrer. Ai, meu Deus foi tão horrível. Tentei me enforcar... minha mãe que apareceu e eu tô aqui até agora (Entrevista, 2024).

Mônica Rambeu (50 anos, Travesti) demonstra que o peso de ser LGBT já é imputado como um infortúnio na vida do sujeito. Se ocorre a infecção por HIV, justamente na juventude, tempo oportuno para o trabalho e para o prazer de experimentação livre da vida, sobretudo em um período no Brasil em que o vírus recém-chegado vinha junto com a sentença de morte, seria a condenação à morte, já que tudo isso representava a exclusão do mundo da vida e do trabalho.

A ideia ou tentativa de suicídio por pessoas LGBTs é um problema significativo de saúde pública que está profundamente relacionado a fatores como

discriminação, estigmatização e falta de suporte. Os motivos pelos quais a ideação suicida apareceu de forma pulsante no momento da descoberta do HIV pode estar ligada ao fato de que o HIV aparecia como algo que os matariam em curto espaço de tempo, algo que na época era fortemente associado às pessoas LGBTs como uma espécie de castigo, além da discriminação e preconceito acerca do vírus que afetava fortemente os indivíduos infectados.

A associação do vírus à morte tem profundas implicações para a população LGBT, especialmente considerando o histórico de estigmatização e marginalização que esse grupo enfrenta. Bento (2008) argumenta que a intersecção entre identidade de gênero e sexualidade em um contexto de epidemias, como a de HIV/AIDS, exacerba a vulnerabilidade da população LGBT. O preconceito enraizado, combinado com a desinformação e a falta de políticas públicas adequadas, resulta em um estigma que não apenas compromete o acesso a tratamentos, mas também intensifica a solidão e o sofrimento psicológico.

Além disso, a violência simbólica e física direcionada a essa população agrava a situação, como aponta Luiz Mott (2006), que observa que a mortalidade entre pessoas LGBT não é apenas uma questão de saúde, mas também de direitos humanos. O estigma relacionado ao HIV pode levar à discriminação em ambientes de cuidado, dificultando o acesso a tratamentos e aumentando a mortalidade entre essas pessoas.

Diamond (2008, p. 18) afirma que “a marginalização e a exclusão que muitos indivíduos LGBT enfrentam frequentemente se manifestam em problemas significativos de saúde mental, incluindo uma maior incidência de ideação e tentativas de suicídio.” Essa problemática pode ter como fatores contribuintes para o agravamento a discriminação e estigmatização, violências e abusos, falta de suporte social e problemas de saúde mental.

Oliveira e Vedana (2020) referem que os estudos recentes demonstram maiores riscos de tentativas de suicídio entre a população LGBT comparada a população em geral. A questão de ideação ou tentativa de suicídio pode se agravar com a vasta imersão das pessoas nas redes sociais à medida que isso pode provocar maiores comparações com a vida do outro, associadas a situações de cyberbullying em que a pessoa sofre discriminação e perseguição online.

Ainda de acordo com Oliveira e Vedana (2020, p. 03), a comunidade LGBT é mais propensa a “receber tratamento de menor qualidade devido ao estigma, falta de conhecimento dos profissionais de saúde e pouca atenção às necessidades específicas

desse grupo”. O estigma pode provocar sofrimento intenso no indivíduo, gerando comportamentos autodestrutivos, vulnerabilidade emocional, autorejeição e autodepreciação aumentando assim a ideação suicida e a própria tentativa.

Ao analisar as entrevistas realizadas, é notório que muitas pessoas envelhecidas LGBTs hoje, em algum momento do curso de sua vida, já tiveram envolvimento heterossexual por motivos diversos, como curiosidade e/ou a tentativa de viver dentro das expectativas sociais. Ressalta-se, em consonância com Carvalho e Barreto (2021), que os comportamentos sociais ditados como adequados é enquadrado pela sociedade dentro de uma performance heterossexual, sendo os que estão fora desse padrão chamados de sexualidades dissidentes.

Além do medo da necessidade de aprovação social, o fato de as pessoas envelhecidas LGBTs terem moldado as suas vidas em algum momento em teleologias heteronormativas se deu, também, em função das dificuldades socioeconômicas que enfrentaram ao longo da vida e que se intensificam no tempo presente.

Durante a pesquisa de campo, foi notório que algumas pessoas LGBTs adotaram estratégias ao longo da vida para sobreviver. Algumas iniciaram e mantiveram relações heterossexuais durante parte da vida, no intuito de driblar o preconceito e se protegerem da discriminação, além de manter a aceitação familiar. Outras tiveram de esperar conseguirem um emprego estável, como por exemplo, passar em um concurso público que não seria possível ser demitido ao saberem que era LGBT, para assim assumir-se publicamente.

A Mulher Invisível (52 anos, Lésbica) explicita que a publicização de sua orientação sexual prejudicou a sua participação no mercado de trabalho. Como vendedora, conta que

[...] teve alguns clientes que quando souberam que eu era lésbica paravam de falar comigo, não queriam... fechavam a cara, a gente sente né?! [...] a pessoa ali pode achar que não foi nada pra ela, mas a gente sente.

Esse tratamento que traz as marcas do desprezo não apenas individual, mas comercial, tem o intuito de causar danos materiais à vida da pessoa LGBT, como se essas pessoas tivessem que sucumbir na miséria como uma espécie de punição a sua condição, entendida como uma suposta desviante, imoral e suja, que deve ser condenada e segregada.

A indiferença por parte dos clientes da Mulher Invisível (52 anos, lésbica) é

uma forma de discriminação e pressão social para que a pessoa sinta-se coagida a portar-se dentro do padrão hegemônico heterossexual (Henning, 2020). Por esse motivo, algumas pessoas optaram, como forma de sobrevivência, esconder sua sexualidade a fim de evitar conflitos e conseguir oportunidades no mercado de trabalho, como no caso de Batman (58 anos, homem trans):

[...] não vou mentir. Eu precisava do emprego e eu era demitido sempre que descobriam. Então eu escondia, eu me comportava de outra forma que eu me sentia ferido... eu tinha que fingir ser o que eu não era pra trabalhar, para não sofrer perseguição. (Entrevista, 2024).

Entre o ser e o ter, na sociedade do capital, o ter ganha proeminência, ou seja, entre as condições materiais de sobrevivência e a necessidade de expansão do sujeito, a escolha de uma pessoa LGBT não pode ser concomitante. Batman (58 anos, homens trans) portava-se socialmente como mulher cis, pois precisava de dinheiro para manter-se e era comumente dispensado quando descobriam que tinha envolvimento romântico e/sexuais com mulheres. A sua capa feminina que tanto o espinhava no trabalho, feria-lhe a pele e cravava mágoa em seu coração à medida que ele não tinha nunca o direito de tirá-la. É necessário compreender que frequentemente pessoas LGBTs esbarram em preconceitos e discriminação no ambiente de trabalho (Cotter, 2011). Esse fator provoca intensificação na vulnerabilidade desses sujeitos, contribuindo para dificuldades no que tange o crescimento profissional.

Como se não bastasse a exclusão do mundo do trabalho a pessoa LGBT em idade produtiva, na velhice, isso vem acrescido de desvalorização salarial, especialmente em profissões autônomas, como as profissionais do sexo. Goldenberg (2010) discute a percepção da sexualidade na velhice e o preconceito que as profissionais do sexo enfrentam ao tentar reivindicar seus direitos. Ela observa que, na sociedade brasileira, as mulheres que atuam na prostituição são frequentemente desumanizadas, sendo vistas apenas através da lente de sua profissão e não como indivíduos com desejos, necessidades e direitos, independentemente da idade, mas que intensifica-se quando envelhecem, pois são alvos de desvalorização pela sua idade, podendo correr maiores riscos de violência e baixa remuneração.

O acesso dificultoso das pessoas LGBTs ao mercado formal de trabalho leva muitas dessas pessoas a sujeitarem-se a empregos informais. A insegurança de renda ao longo do processo de envelhecimento leva essas pessoas, assim como pessoas idosas

cis-heteronormativas, retornarem ao mercado de trabalho em condições mais subalternizadas e com desvalorização salarial. As profissionais do sexo idosas LGBTs experenciam essa realidade de uma forma arriscada, especialmente com relação às suas saúdes, o que as colocam em dupla situação de vulnerabilidade social.

A profissional do sexo LGBT envelhecida acaba aceitando valores mais baixos pelo seu serviço, pois os seus clientes passam a ofertar um valor menor ou tendem a tentar negociar com mais frequência o valor a qual ela propõe, inclusive o cliente justifica o valor inferior pela depreciação do corpo em função da idade, o que lhes causam chateação. Barbosa e Oliveira (2013) informam que, para as profissionais do sexo, o fato de manter relações sexuais não a desvaloriza, mas o fato de não receber pelo trabalho realizado é que a desqualifica.

O uso intensificado das tecnologias, especialmente pós-período pandêmico, leva também essas profissionais a adequarem os seus trabalhos nesse contexto, especialmente utilizando-se de vídeochamadas. Para atrair clientes, as profissionais do sexo LGBT afirmam utilizar fotos em seus perfis de quando eram mais jovens, como estratégia para atrair os clientes (Pesquisa de Campo, 2024).

Outrora, o valor cobrado pela videochamada é ainda mais inferior ao que é cobrado no contato presencial, precarizando ainda mais o valor do trabalho da pessoa envelhecida LGBT (Pesquisa de Campo, 2024). Apesar de o senso comum ter como premissa a ideia de que ao envelhecer as profissionais do sexo rompem com as atividades, Barbosa e Oliveira (2013) apontam que o contexto familiar, social e, principalmente, econômico influencia muito na decisão de seguir ou não na prostituição.

A desinformação potencializa a vulnerabilidade dos sujeitos à exposição ao vírus HIV. Isso é muito mais problemático às profissionais do sexo, especialmente quando são idosas, que além de sofrerem com o baixo valor do programa cobrado, ainda são expostas ao risco direto sob pena de não terem cliente disponível para a contratação do programa, como relata Mulher Maravilha (52 anos, Mulher Transexual):

“[...] às vezes não é falta de informação, é falta de prevenção. Tu tá lá no ponto, devendo a cafetina, o ponto, o aluguel, tem que ter dinheiro pra comer, pra mexer no corpo, muita dívida e teu programa é 50\$, só um exemplo, um simbólico, aí o cara vem e te oferece 300\$... aí corre o risco”. (Entrevista, 2024).

A vulnerabilidade econômica que atinge às profissionais do sexo LGBTs com mais idade é um agravante de exposição ao risco de infecção pelo vírus HIV. Os custos

para a transformação do corpo em um corpo feminino e aparentemente jovem, aliados a necessidade de sobrevivência, faz com que essas pessoas rebaixem os critérios para a escolha de seus clientes, inclusive negligenciando os cuidados com a sua saúde sexual. Nascimento, Cavalcante e Alchieri (2022) revelam que a não adesão do uso de preservativo por profissionais do sexo está atrelado as questões de elementos socioeconômicos, demográficos e culturais. Ou seja, vai muito além de um “nãoquerer”, podendo fazer com que estes indivíduos se coloquem em situação de risco em diferentes momentos, abrindo mão de sua saúde, para alcançar algo que esteja sendo mais urgente na visão do indivíduo, como moradia e pagamento de dívidas.

Manzini (2024) alerta que a prevenção é compartilhada, portanto, quando duas pessoas se envolvem sexualmente, ambas devem ter a cautela necessária. Obter conhecimento e colocá-los em prática sobre o vírus, formas de transmissões, prevenção e tratamento ainda é o melhor caminho a ser seguido.

A infecção pelo HIV é um fator que por durante muito tempo fez com que as pessoas LGBTQs não conseguissem vislumbrar a sua existência no futuro, isto é, não imaginaram que poderia ser possível alcançar a velhice. A consolidação do SUS e os avanços nos tratamentos e nas formas de prevenção do HIV oferecem às pessoas que se infectaram em idade tardia a tranquilidade de poder conviver com a doença por longos anos de vida, diferente do que acontecia quando os seus conhecidos foram infectados na juventude e já descobriam o diagnóstico em estado avançado de debilidade, sendo levados precocemente a óbito.

O início das carreiras de vida das pessoas LGBTQs, muitas vezes é marcada por abuso sexual. Malta et al (2010) apontam que o domicílio é o lugar com mais ocorrências de violências, seguido pela rua e pela escola. A partir disso, um ponto a ser discutido é de que a violência acontece principalmente dentro de casa, sendo até mais frequente do que em outros espaços. Superman (59 anos, Gay) refere que sofreu violência logo que assumiu a sua orientação sexual. Vejamos o seu relato:

“Uma vez meu tio me prendeu no quarto para os meus primos me baterem pra eu ser homem, um começou a me bater, e o outro que era meu amigo acima de tudo não queria me bater, mas meu tio deu um tapa e disse que se ele não batesse era ele que ia apanhar no meu lugar pra aprender a ser homem também e foi nessa que eu tenho essa cicatriz na costa até hoje” (Entrevista, 2024).

A lógica da violência é o que demarca o aspecto central de ser homem nos

cânones da cis-heteronormatividade perfazendo-se, também, como a vara disciplinadora da masculinidade hegemônica. A violência utilizada pelo tio de Superman (59 anos, Gay) foi uma forma de inibir os trejeitos afeminados do sobrinho na adolescência, na tentativa de inibir o desenvolvimento da homossexualidade no curso de amadurecimento da vida.

As marcas da violência não apenas desferem golpes no corpo da pessoa LGBT, mas cravam feridas profundas na alma dessas pessoas que perduram por tempo indeterminado (Santos e Carvalho, 2020). Essas feridas cravadas na alma imprimem sentimentos de rejeição, solidão e culpa de forma indelével até o final da vida, como reflete Superman (59 anos, Gay):

Eu sofri muita tortura e eu passei por muitas terapias, psicólogos, psiquiatras, por muitas coisas, mas ainda assim, quando eu vou dormir tudo vem a mente e eu lembro de tudo, uma luta sempre [...] as pessoas torturam, destroçam vidas e isso é muito difícil de apagar (Entrevista, 2024).

Os tratamentos psicológico e psiquiátrico têm a função de amenizar a dor do indivíduo e fazer com que ele aprenda a lidar com determinadas situações. Entretanto, a violência causa dor e sofrimentos que trazem muita dificuldade na elaboração do trauma. E, mesmo que com o tempo a pessoa consiga conviver com as lembranças, elas não serão apagadas. A discriminação, a violência, a vitimização e o estigma internalizados contribuem para problemas de saúde mental em envelhecidos LGBT (Orel e Fruhauf, 2015). Ou seja, mesmo com o passar do tempo e com o auxílio profissional, é possível que estas lembranças sejam vívidas, o que aprofunda o sofrimento para o sujeito.

Além do abuso sexual, a pessoa LGBT é acometida por estupros ao longo de sua carreira, configurando-se no espectro de uma violência corretiva, um tipo de punição misógina pelo fato de a pessoa ser LGBT. Santos e Carvalho (2020) conceituam a violência corretiva justamente como a violência com o intuito de controlar o comportamento da vítima. Em casos de pessoas LGBTs, uma das violências corretivas mais comuns é o estupro, sendo uma forma criminosa de punir o indivíduo pela sua sexualidade, sobretudo as mulheres lésbicas.

Em 24 de setembro de 2018, com advento da Lei nº 13.718, o estupro corretivo integrou o Código Penal Brasileiro, motivado pelo aumento dos crimes contra a liberdade sexual, dentre eles o estupro.

Além da violência corretiva, os envelhecidos de Manaus referem a existência

de uma violência punitiva em suas carreiras LGBTs. Aqui, será usado a nomenclatura estupro punitivo referindo-se ao estupro que tem como finalidade punir a pessoa pela sua orientação sexual, como o relato abaixo que se trata de um estupro punitivo, diferenciando-o do corretivo, por não ter intenção de correção e, sim, de castigo, motivado pela discriminação, como relata Mônica Rambeu (50 anos, Travesti):

Eu peguei [HIV] nova... eu sou o dia que eu peguei. Ele morava lá perto de casa, era muito bonito e nem queria saber de mim [...] Nunca me tratou mal, mas também nem falava comigo. Uma vez ele me chamou “ah, vamos trepar”. Menina, parecia que aquilo nem tava acontecendo... eu fui, ele me beijou, me beijou tanto [...] eu fui acariciando e achando que eu era especial por ter conseguido chegar naquele homem que todo mundo dizia que era preconceituoso, né?! As pessoas diziam “cuidado, ele odeia viado”... Aí, do nada, chegou em mim... eu vi a camisinha, ele me virou, começou a me enforcar, no começo tava gostoso, mas começou a ficar violento e me deu medo... Ele metendo forte, muito forte, machucando, eu não conseguia fazer ele parar... um homão daquele. Até que ele parou, me virou e cuspiu na minha cara... ‘você vai saber oque é o inferno agora’, vi que ele tinha tirado a camisinha, foise vestindo e eu sem entender nada. Depois, o positivo. (Entrevista, 2024).

Mônica Rambeu (50 anos, Travesti), ludibriada pela paixão de ter sido escolhida por um homem cobiçado em seu meio, ignorou o fato de as pessoas alertarem-na sobre aquele tão desejado homem ser transfóbico. Ao revelar que nunca teve o seu interesse por ele correspondido, diz ter ficado surpresa quando ele fez o convite para a relação sexual, provavelmente quando ele já tinha conhecimento de viver com HIV, na intenção de transmitir a ela.

Ao referir o início da relação sexual como prazerosa, demonstra que ele também parecia gostar de fazer sexo com um travesti, contudo, o comportamento violento subsequente revela a sua face transfóbica violenta, cuja intenção de penetrar sexualmente forte, machucando e cuspir no rosto culmina com a sua intenção perversa de retirar o preservativo sem aviso prévio com o propósito de transmitir do HIV revelando apenas no final que ela “iria conhecer o inferno a partir de agora”.

De acordo com Costa (2021), a pratica do estupro corretivo e/ou punitivo se dá pelo ódio e preconceito partindo para violência. O relato de campo deixa claro o crime de ódio contra a travesti Mônica. Os traços da violência física cometidos no ato sexual poderiam levá-la a óbito, se assim ele o quisesse. Mas, ao transmitir propositadamente o HIV à ela, ele demonstrou preferir deixá-la viver com o diagnóstico na intenção de que ela pudesse sofrer a mesma dor que ele estava sentindo sob o peso da culpa da

imoralidade sexual.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF (2024) acusa que a transmissão intencional do vírus HIV é considerado crime de lesão corporal gravíssima. O Artigo 130 do Código Penal versa sobre o Perigo de Contágio Venéreo. Este artigo pune todo aquele que tem alguma infecção sexualmente transmissível, que sabe e infecta outras pessoas de forma proposital, não sendo isento do crime nem em caso de matrimônio e nem em caso de exercício da prostituição.

No Artigo 130 do Código Penal, a Observação 3 diz: “A AIDS nunca poderá tipificar o crime de perigo de contágio venéreo”. Por isso, em caso de contágio proposital, não há algo específico do HIV/Aids, mas ainda assim essa pessoa será punida como crime de lesão corporal gravíssima. A intencionalidade de infectar outro indivíduo com HIV perpassa questões sociais, psicológicas e legais. Isso pode estar ligado a sentimentos de vingança, raiva ou um desejo de causar dano a outros (Koffman, 2020).

O “boom” do HIV no Brasil teve grande impacto social na saúde pública e na sociedade. O estigma e a discriminação afetaram profundamente as pessoas vivendo com HIV/AIDS. Souza e Rodrigues (2012, p. 05) afirmam que "a epidemia de HIV/AIDS não só trouxe uma crise de saúde, mas também expôs e exacerbou questões de estigma e exclusão social que afetaram diretamente a vida das pessoas afetadas". Ser uma pessoa que vivia com HIV já era por si só uma questão que provocava exclusão social, isso se intensificava por, de forma errônea, a população acreditar que era um vírus exclusivo de pessoas gays.

Em Manaus, o início dos atendimentos em saúde com as pessoas infectadas era precário, e “os hospitais resistiam em internar soropositivos e muitos profissionais se recusavam a atendê-los” (Kadri e Schweickardt, p 04, 2016). Sendo assim, no Amazonas, os primeiros anos da epidemia de HIV/Aids foram marcados pela ausência de leitos, negligência e preconceito dos profissionais de saúde. O preconceito vinha dos familiares, amigos e da sociedade como um todo. Sendo assim, as pessoas preferiam por muitas vezes manter o diagnóstico em segredo, como relata Superman (59 anos, Gay):

“Quando eu descobri que estava infectado com o HIV, não havia tratamento e era uma sentença de morte. Era assim, tu descobria e depois morria, as pessoas que eu confiava me traíam, minha própria irmã [...] um dos poucos amigos que eu tinha, eu falava para eles e foi um inferno, inferno, inferno! [...] contei para minha irmã porque estava muito deprimido, pedi segredo, quando eu saí do quarto todos me olhando estranho, e minha família é grande, uns com nojo, outros com tristeza, já era. Eu pedi segredo a ela porque queria me sentir

preparado porque junto com a notícia do HIV eu tinha que falar que eu era gay, porque até então, uma coisa era muito ligada a outra, eu confiei nela e ela contou pra todo mundo”. (Entrevista, 2024).

Na declaração acima, fica explícito a associação do HIV às pessoas LGBTQs. O fato de uma pessoa não respeitar o direito da outra de contar sobre sua própria condição é um fator de extrema tristeza para quem está sofrendo, principalmente quando parte de uma pessoa de confiança, e como no caso do Superman, em que ele precisou contar sobre sua infecção e junto com isso sair do armário, sendo uma dupla jornada de luta por aceitação e contra a discriminação. Ressalta-se que a Lei nº 14.289 de 2022 garante o sigilo sobre a condição de pessoas infectadas pelo vírus HIV e hepatites crônicas. Por isso, divulgar a sorologia de alguém com HIV/AIDS é um crime punível, pois a discriminação, apesar de ter diminuído, ainda hoje existe (Manzini, 2023).

Manzini (2023) deixa claro que receber o diagnóstico de HIV nos anos 2020 não é mesma coisa de que recebê-lo há 30 anos, pois, hoje, os programas de tratamento estão mais avançados permitindo qualidade de vida à pessoa que convive com o vírus, como observado no relato de Pantera Negra (51 anos, Gay):

Eu confesso que até surpreendi as pessoas que me atenderam, porque, no geral, as pessoas saem de lá apavoradas, pãnicadas, elas ficam mais elétricas. Mas eu já tinha 47 anos, isso já faz uns 4 anos, então eu sabia que dava pra conviver. Quando eu me infectei, já conhecia outros casos. Se fosse na década de 80, 90 talvez eu tivesse morrido só do pânico [risadas] era muito comum, as mortes por HIV eram quase instantâneas (Entrevista, 2024).

Pantera Negra (51 anos, Gay) foi infectado pelo vírus HIV aos 47 anos de idade. A infecção “tardia” reafirma o fato de que o vírus não infecta somente pessoas jovens, deixando pessoas idosas ou próximo à velhice imunes a isto. Ponce de Leão e Torres (2017) referem que pessoas mais velhas têm o hábito de não utilizarem métodos de prevenção ao HIV em suas relações sexuais por acreditarem que a sua experiência de vida é capaz de fazer aceção entre parceiros sexuais saudáveis e outros potencialmente infectados pelo vírus. É válido observar que a falta de esclarecimento sobre o HIV na velhice tem levado a um aumento de infecções de pessoas idosas.

As carreiras LGBTQs dos envelhecidos de Manaus é marcada por inúmeras violências, tanto no âmbito intrafamiliar quanto social, de onde decorrem sofrimentos psíquicos que se alastram no processo de envelhecimento permeando o curso da velhice, que se inicia de forma insegura porque desprotegida de segurança de renda, familiar e

desproteção social do Estado que não reconhece a existência política dessas pessoas na vida social.

3.2 O envelhecimento de pessoas LGBT na cidade de Manaus – AM

Envelhecer é uma dádiva, especialmente para as pessoas LGBTs, cujos dados sobre a sua expectativa de vida ainda são uma incógnita. Mas, tendo por base a expectativa de vida das mulheres transexuais e travestis, que é de 35 anos, conforme o Relatório ANTRA (2023), caminhar para os rumos da velhice é um luxo, conforme afirma Henning (2020). É o que mostra Marvel (54 anos, Travesti):

“Eu não tenho vergonha de dizer que tenho 54 anos, sei que já tô velha, mas não tenho um pingão de vergonha [...] eu aprendi sobre a maioria das travestis chegarem até os 30, 25 anos, eu *está* com 54 anos é um vitória” (Capitã Marvel, 54 anos, Entrevista, 2024).

As marcas da velhice para pessoas travestis chegam de forma precoce comparada a mulheres cis gênero, Lima (2019) afirma que isso acontece pelas vivências de violência de diferentes espécies. A autora afirma que isso pode acontecer também pelo uso excessivo de hormônios, silicone e, quando desempenham a venda sexual, são expostas a múltiplos riscos.

Mas, se alcançar a longevidade é uma conquista para as pessoas LGBTs, isso não significa que o envelhecimento não venha atravessado pelas perspectivas de gênero que concebe o caminhar para a velhice como uma preocupação especialmente para as mulheres, já que a depreciação do corpo as desvalorizam no ambiente social, como relata Mulher Invisível (52 anos, Lésbica):

Eu fiquei depressiva quando completei 50 anos porque querendo ou não a gente se olha no espelho e não é mais aquela menina. Quando eu tinha 40 anos, eu ficava pensando ‘Meu Deus daqui 10 anos vou ter 50 anos’, chega tremer a perninha [...] as vezes passava o dia deitada pensando que eu já ia fazer 50 anos (Entrevista, 2024).

Goldenberg (2010, p. 04) argumenta que “a sociedade constrói a imagem da mulher envelhecida como alguém que perdeu o seu valor, reduzindo-a à invisibilidade”. Essa desvalorização está intimamente ligada a um padrão estético que associa o valor feminino à juventude e à capacidade de atração sexual, criando um ambiente onde as

mulheres mais velhas são frequentemente vistas como menos desejáveis e, portanto, menos relevantes.

A autora observa que muitas mulheres enfrentam um dilema emocional ao lidar com as mudanças inevitáveis em seus corpos, que são frequentemente percebidos como deterioração. Ainda de acordo com a autora, “o culto à juventude não apenas marginaliza as mulheres mais velhas, mas também as faz internalizar um senso de fracasso por não corresponderem a padrões irreais de beleza” (Goldenberg, 2010, p. 56). Essa internalização do estigma da velhice resulta em um ciclo de autocrítica e desvalorização, levando à exclusão social e à solidão, uma vez que essas mulheres podem se sentir incapazes de participar plenamente da vida social.

A preocupação com o envelhecimento do corpo não é apenas uma particularidade das mulheres cis. As mulheres trans também partilham da minha angústia, haja vista que a juventude feminina é diretamente associada à ideia de beleza e valorização feminina. Goldenberg (2010) aborda como a valorização da juventude afeta a autoimagem e a saúde mental das mulheres, incluindo as mulheres trans, conforme ilustra o relato de Tempestade (55 anos, Mulher Trans):

Eu vou fazer 56, daqui a pouco, vou estar com 60, mas com esse corpinho, né? (risada) Eu nunca digo que tenho essa idade, eu digo muito que tenho 41... até 35 as pessoas acreditam, mas a velhice é um fato né? Não tem como escapar. (Entrevista, 2024).

O corpo trans é concebido dentro de um imaginário hipersexualizado, especialmente quando jovem. Bento (2008, p. 89) parte da ideia de que a sociedade molda a percepção dos corpos trans por meio de estereótipos que frequentemente reduzem essas pessoas a objetos de desejo sexual. O autor argumenta que “os corpos trans são muitas vezes hipersexualizados, vistos mais como fantasias do que como indivíduos com histórias, emoções e direitos”. Essa hipersexualização não apenas limita a identidade das pessoas trans a um único aspecto de sua existência, mas também contribui para a sua marginalização, reforçando a ideia de que o seu valor reside apenas na aparência e na conformidade com padrões estéticos tradicionais.

Oliveira et al., (2012) aponta que a velhice é vista de forma negativa pelas próprias pessoas idosas, sobretudo as mulheres, motivada pelo machismo. O uso do termo “espírito de jovem” é utilizado frequentemente como um eufemismo imaterial para sobrepor uma juventude que já definhou. Com isso, entende-se que o envelhecimento tende a ser mais conturbado para mulheres cis e mulheres trans,

enquanto é concebido como uma experiência menos tensionada tanto por homens cis quanto homens trans.

Embora a aparência do corpo seja algo preocupante do ponto de vista individual para o sujeito, independente da orientação sexual e identidade de gênero, o envelhecimento e a velhice ganham aspectos diferenciadores para as pessoas LGBTQs quando se referem aos aspectos de cuidado e proteção social.

Rebellato, Gomes, Crenitte (2021) apontam que há solidão na vida das pessoas idosas LGBTQs, nem sempre vista de forma negativa pelo sujeito. A solidão advém de uma rede de apoio fragilizada ou ausente na velhice. A solidão, nesse contexto, não é apenas um estado emocional, mas uma consequência direta de uma sociedade que historicamente tem falhado em proporcionar espaços seguros e acolhedores para pessoas LGBTQ, especialmente para aqueles que já são idosos.

Muitas vezes, as insituições de longa permanência perpetuam normas cis-heteronormativas que não reconhecem a identidade e a história de vida de pessoas LGBTQ, resultando em ambientes hostis ou, no mínimo, indiferentes. Essa falta de reconhecimento pode agravar a solidão, pois as pessoas idosas LGBTQ podem se sentir ainda mais isoladas e excluídas ao tentarem buscar apoio ou socialização. Assim, é necessário um esforço coletivo para promover a inclusão e a formação de profissionais sensibilizados para as questões de gênero e sexualidade na velhice (Rebellato, Gomes, Crenitte, 2021).

Oliveira et al., (2012) ressalta que os estereótipos e problemáticas advindo do envelhecimento tendem a se intensificar quando se trata do idoso homossexual. Como por exemplo, o medo de não ter quem cuide e auxilie. Abaixo, podemos observar isso a partir da narrativa da Mulher Invisível (52 anos, Lésbica):

A velhice me apavora, quando a gente envelhece viramos criança e feliz daquele que tenha alguém pra ajudar, pra cuidar, pra dar o tempo que é algo valioso, e quando não tem? (Entrevista, 2024).

O medo da dependência e da perda da autonomia na velhice são considerados pela pessoa LGBTQ como problemáticos à medida não existe segurança de uma rede de proteção social. Se para pessoas idosas cis-heterossexuais, o cuidado já é algo problemático por ser uma incerteza, para as pessoas LGBTQs, é ainda pior quando não se têm filhos, uma boa relação familiar ou um parceiro afetivo.

O relato de Mulher Invisível (52 anos, Lésbica) demonstra a sua insegurança

com o futuro, pois o avanço da velhice pode trazer comprometimentos que ameacem a autonomia, necessitando, com isso, do auxílio de terceiros. Em função disso, Oliveira et al. (2012) dizem que as pessoas envelhecidas e idosas tendem a negar o processo de formação do Eu envelhecido ou da necessidade de terceiros. Com isso, as pessoas passam a se isolar e a experienciar outros róis, como a solidão.

A solidão vivenciada por pessoas idosas LGBT não é uma questão observada apenas na velhice, ocorrendo ao longo de todo o seu processo de envelhecimento. Pessoas idosas e envelhecidas, no geral, padecem da solidão, fator agravado pelas desigualdades econômicas, dificuldade de acesso a serviços de saúde e falta de implementação de direitos (Torelli, Bessa, Graeff, 2023).

A solidão é um fator que aparece em muitos artigos como uma problemática da velhice, entretanto, quando se fala de pessoas LGBTs, a solidão ganha outro tom (Oliveira et al., 2012), pois estas pessoas frequentemente não têm apoio familiar, moram sozinhas e não têm filhos. A construção de uma rede de apoio afetiva não consanguínea, ancorada nas amizades, é uma estratégia adotada pelas pessoas idosas, muito importante especialmente para as pessoas LGBTs no curso do processo de envelhecimento e da velhice, conforme observamos no anseio de Mônica Rambeu (50 anos, Travesti):

Isso não tem nada a ver com teu tema, né?! Eu só quero que tu coloque que eu também posso ser amiga... pode pôr isso? Quero ter amigos, eu sou uma boa companhia... eu gosto de conversar... às vezes queria ter amigos, companhia... mas ninguém é obrigado a nada né? (Entrevista, 2024).

Oliveira et al. (2012) reflete que a falta de confiança no outro coloca as pessoas LGBTs em situação de solidão e abandono, que pode provocar problemas emocionais e físicos no indivíduo, dificultando a interação social. Os laços afetivos, independentemente de serem consanguíneos, possibilita ao indivíduo a crença de cuidado, respeito, auxiliando a pessoa idosa LGBT, inclusive, na autoaceitação e melhoria na autoimagem.

Mônica Rambeu (50 anos, Travesti) manifesta em seu relato um pedido de amizade ao sentir-se acolhida pela escuta da pesquisadora em uma pesquisa que se sentiu à vontade para desabafar sobre as suas angústias de ser uma pessoa LGBT caminhando para a velhice. A insegurança e a solidão demonstram um pedido de socorro, especialmente no tempo em que se encontra, de iminência à chegada da velhice.

Para conhecer melhor o perfil dos envelhecidas LGBTs de Manaus que fizeram parte de suas pesquisas, o gráfico abaixo mostra que dos sujeitos da pesquisa

30% corresponde a gays, 10% a mulheres lésbicas, 10% são homens trans, 30% corresponde a mulheres trans, e 20% a travestis.

Ressalta-se que foram entrevistadas mais pessoas transexuais e travestis do que os demais da sigla LGBT, porque uma das associações participantes é voltada para as pessoas transexuais. Com isso, temos 60% dos participantes sendo transexuais ou travesti, sendo 3 mulheres trans, 2 travestis e 1 homem trans, e os demais (40%) são pessoas cis, sendo 1 mulher lésbica e 4 homens gays. A respeito da idade, 50% dos entrevistados envelhecidos LGBTs têm entre 50 e 52 anos, 20% entre 53 e 55 anos, e, 30% entre 56 e 62 anos.

Foi observado, a partir das entrevistas, que há uma confusão de compreensão entre identidade de gênero e orientação sexual, mesmo que os entrevistados sejam pessoas que estejam dentro do movimento social LGBT.

A confusão foi notada em várias entrevistas, as informações sobre orientação sexual e identidade de gênero foram autodeclaradas pelos participantes. Como, por exemplo, a Capitã Marvel (54 anos, mulher trans, entrevista, 2024) respondeu que sua orientação sexual era homossexual e que a identidade de gênero era mulher trans, entretanto, quando questionada sobre seu envolvimento afetivo sexual, respondeu que relacionava-se exclusivamente com homens, por isso, foi necessário confirmar em todas as entrevistas, após a declaração da orientação sexual e identidade de gênero, com que ou quais gêneros o indivíduo se relacionava afetivo e sexualmente.

Uma das entrevistadas, a Mulher Invisível, respondeu com segurança que é lésbica por ser uma mulher que se relaciona somente com mulheres, porém, quando questionada sobre sua identidade de gênero, respondeu “não sei. Identidade de gênero não é um curso?” (Mulher Invisível, 52 anos, lésbica, Entrevista, 2024), demonstrando uma certa confusão com o termo.

No minicurso sobre “Bissexualidade: uma genealogia conceitual e política”, que aconteceu no 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero (2024), foi debatido sobre como Sedgwick (1990) explora a ideia de que a orientação sexual e o gênero são frequentemente confundidos, destacando que “a sexualidade não é um fator isolado, mas um ponto de interseção com múltiplas dimensões do ser, incluindo a identidade de gênero.”

As pessoas LGBTs envelhecidas em Manaus, que estão inseridas nos movimentos sociais, não estão isentas desta confusão. Para Stryker (2008, p. 12), “a identidade de gênero é sobre como você se sente em relação ao seu próprio gênero,

enquanto a orientação sexual é sobre a quem você é atraído”. Sendo assim, as experiências são distintas e não devem ser confundidas ao serem debatidas.

Entender a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero é crucial para promover a inclusão e o respeito às diversidades. Confundir os dois conceitos pode levar a mal-entendidos e à estigmatização. Com isso, foi elaborado o quadro abaixo para melhor visualizar e demonstrar os codinomes que serão utilizados ao longo deste capítulo a fim de resguardar a identidade dos participantes por motivos éticos:

Quadro 4: Participantes da Pesquisa de Campo.

CODINOME	IDADE	ORIENT.SEXUAL	IDENT. DE GÊNERO
Luke Carge	50	Gay	Homem Cis
Monica Rambeu	50	Hétero	Travesti
Pantera Negra	51	Gay	Homem Cis
Mulher Invisível	52	Lésbica	Mulher Cis
Mulher Maravilha	52	Hétero	Mulher Trans
Capitã Marvel	54	Hétero	Travesti
Tempestade	55	Hétero	Mulher Trans
Batman	58	Hétero	Homem Trans
Superman	59	Gay	Homem Cis
Gamora	62	Hétero	Mulher Trans

Fonte: Elaborado pela autora, Pesquisa de Campo, 2024.

Mesmo que os entrevistados tenham em algum momento dito algo divergente, como, por exemplo, uma mulher trans dizer que é homossexual e só se envolver romântica e sexualmente com homens, foi adequado corretamente no quadro para “heterossexual” à luz da compreensão de identidade de gênero e orientação sexual já discutidos nesta pesquisa.

O envelhecimento das pessoas LGBTs de Manaus é marcado pelo desemprego, o que leva essas pessoas a viverem em situação de vulnerabilidade econômica. Bento (2011) enfatiza que a LGBTfobia permeia o mercado de trabalho, dificultando o acesso dessas pessoas a posições profissionais estáveis e bem remuneradas. Essa discriminação, muitas vezes velada, pode ocorrer desde o processo seletivo até o ambiente de trabalho, resultando em dificuldades de progressão na carreira e acesso limitado a benefícios e direitos.

Simões (2018) afirma que a construção de estereótipos relacionados ao gênero contribui para a exclusão de pessoas LGBTs no mercado de trabalho. Pessoas trans, por

exemplo, sofrem preconceitos particularmente acentuados. A transfobia no mercado de trabalho faz com que indivíduos transgêneros enfrentem níveis mais altos de desemprego e informalidade. Muitas vezes, as pessoas trans são relegadas a setores de trabalho precarizados ou informalizados, como o trabalho sexual, em virtude da falta de oportunidades e da rejeição em setores formais.

Os sujeitos desta pesquisa têm diferentes estratégias de sobrevivência, sendo possível identificar que a maioria se encontra em empregos informais. Luke Carge (50 anos, gay) é professor de educação infantil; Mônica Rambeu (50 anos, travesti), além de cabeleleira, é profissional do sexo; Pantera Negra (51 anos, gay) é trabalhador informal e recebe o quanto consegue captar clientes para a empresa; Mulher Invisível (52 anos, lésbica), é revendedora e depende das vendas para a manutenção da sobrevivência diária; Mulher Maravilha (52 anos, mulher trans), trabalha formalmente como secretária e tem estabilidade no emprego atual; Tempestade (55 anos, mulher trans) produz e vende sua arte pelas ruas do centro de Manaus diariamente, coloca uma meta diária e afirma só voltar para casa quando a atinge. Na entrevista, disse se preocupar por não saber ao certo até quando conseguirá fazer isso e anseia uma valorização maior como profissional; Capitã Marvel (54 anos, travesti), é profissional do sexo e exerce a função tanto nos pontos quanto de forma online por vídeo chamada, adaptando-se a era digital; Batman (58 anos, homem trans), trabalhador formal, é concursado e tem duas cadeiras na área administrativa; Superman (59 anos, gay) tem formação em pedagogia, porém, encontra-se desempregado, sobrevivendo dos programas de transferência de renda: Bolsa Família e Auxílio Estadual. Com isso, é possível perceber que a maioria dos entrevistados precisam de intenso esforço para subsidiar o seu viver.

O processo de envelhecimento é agravado pelo acúmulo de estigmas, que se acentuam por aspectos relacionados ao idadismo, racismo e LGBTfobia no trabalho. Posthuma (2009) aponta que o preconceito etário é um fator que contribui para a taxa de desemprego e subempregos entre as faixas etárias mais elevadas. Mulher Invisível (52 anos, Lésbica) refere que, mesmo depois de fazer cursos profissionalizantes na tentativa de ser reinserida no mercado de trabalho, esbarrou em dificuldades. Vejamos:

“Eu fiz um curso de operadora de empilhadeira, e eu enviei alguns currículos para voltar para o mercado. Algumas pessoas ligavam e quando sabiam a minha idade: ‘ah, mas tu tem 52 anos, a gente não pega’ e algumas vagas que eu via, eu mandava mensagem e perguntavam “*Mulher Invisível*, qual

sua idade?” e eu falava tenho 51 anos, aí eles: ‘ah, não. Só aceitamos até 35’. Eu digo, égua, então o de 50 anos *vai* morrer de fome? [...] o que faz de 40 até 60 anos? Nada? So come as custas dos filhos, se tiver filhos e se os filhos quiserem ajudar” (Entrevista, 2024).

Com isso, é possível compreender que a idade configura-se como o maior empecilho de exclusão social antes mesmo da orientação sexual no processo inicial de seleção. Quando jovem, Mulher Invisível (52 anos, Lésbica) se queixa de na juventude ter passado por LGBTfobia no mercado de trabalho, que a fazia perder clientes e que, agora, sofre com o etarismo que a faz permanecer em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Posthuma (2009) justifica que os empregadores podem ter preconceitos contra trabalhadores mais velhos, acreditando que são menos adaptáveis, menos atualizados ou menos produtivos do que seus colegas mais jovens. Isso faz com que haja uma dificuldade na inserção no mercado de trabalho formal após os 40 anos fazendo com que muitos envelhecidos encarem a dificuldade financeira. E isso não se restringe somente a quem teve poucos anos escolares, como no caso da Mulher Invisível, que tem somente o ensino fundamental.

Superman (59 anos, Gay), por sua vez, possui graduação, duas pós-graduações e anos de experiência na sua área, lamentou a falta de oportunidade para ser inserido no mercado de trabalho. “Não sei quanto tempo ainda vou passar dificuldade financeira, é uma droga porque eu tenho formação e eu gosto de trabalhar”. (Entrevista, 2024).

O desemprego prolongado entre pessoas mais velhas pode ter impactos profundos, incluindo dificuldades financeiras e deterioração da saúde mental e física. Além disso, pode afetar a qualidade de vida do indivíduo (Wang, 2010). Inclusive, o desemprego prolongado leva os indivíduos a encontrarem-se e permanecerem em situação de vulnerabilidade social.

Em Manaus, os movimentos sociais LGBTs, como ASSOTRAM e o Manifesta LGBT+, estão tendo a sensibilidade de buscarem parcerias, na tentativa de inserir a população LGBT no mercado de trabalho. A ASSOTRAM realizou no primeiro semestre de 2024 uma oficina de elaboração de currículos em parceria com um representante da empresa Bemol, que foi até a associação dar dicas sobre isso

Além disso, os participantes da oficina puderam se cadastrar no banco de talentos da empresa para futuras vagas. Estas parcerias são de suma importância para que essa população possa se inserir no mercado de trabalho, especialmente em idade

avançada. É importante considerar que o fator idade é uma barreira no mercado de trabalho, ou seja, apesar de ser uma parceria importante, possivelmente serão contempladas as pessoas mais jovens, fazendo com que os envelhecidos e idosos permaneçam às sombras do desemprego e subemprego.

Além do desemprego, os envelhecidos LGBTs de Manaus continuam sofrendo com a LGBTfobia, com o diferencial da inclusão, agora, do etarismo. A LGBTfobia é uma violência travestida de preconceito tão profunda que faz com que a própria pessoa LGBT não reconheça que foi vítima de violência, atribuindo-lhe uma culpa justificada pelo seu comportamento transgressor dentro de uma estrutura cis-heteronormativa consagrada. Gamora (62 anos, Mulher Trans) afirma que em nenhum momento da vida sofreu violência por sua sexualidade e, por isso, nunca teve problemas nesse sentido, justificando da seguinte forma:

Eu venho da ditadura né? A ditadura militar era muito difícil para as pessoas porque apanhava, era chicoteada às vezes. A polícia fazia porque a gente se vestia de mulher, e se vestir de mulher e direitos não existiam naquela época” (Entrevista 2024).

O contexto repressor justificava a violência. Por isso, as pessoas LGBTs se escondiam por acharem-se desviantes daquela ordem sociopolítica. Mais adiante da entrevista, ela diz “eu já passei por isso [...] levava pedrada... porrada... sofremos muito pra chegar até aqui, eu e as outras meninas da minha idade” (Gamora, 62 anos, Mulher Trans, Entrevista, 2024). A experiência de pessoas que não reconhecem ou não percebem que foram vítimas de violência é complexa. Isso pode ocorrer por uma série de razões, incluindo fatores psicológicos, sociais e culturais (Foucault, 1975).

Henning (2020) deixa claro que as especificidades do envelhecimento LGBT se dão não pela orientação sexual ou identidade de gênero do indivíduo, mas, sim, pelo preconceito e discriminação que os atingem ao longo da vida podendo ser observado na fala de Batman, que viveu como mulher lésbica até os 50 anos de idade, assumindo-se, hoje, como homem trans heterossexual: “O machismo em cima de mim foi horrível, fui agredida verbalmente e, na escola, sofri muito bullying... era Maria Macho, a sapatão, a machuda...” (Batman, 58 anos, homem trans, Entrevista, 2024).

Souza (2013) esclarece que comportamentos e falas agressivas a fim de se divertir às custas de um indivíduo, tentando definir o bullying como “brincadeira”, para disfarçar o propósito de maltratar e intimidar, é uma forma comum de ferir e violentar pessoas LGBTs, sendo caracterizado como LGBTfobia.

Os termos LGBTfóbicos são diversos e variados conforme o território geográfico do indivíduo, o que traz conotações regionais, segundo o contexto local. Em Manaus, foi possível observar singularidades LGBTfóbicas expressas em termos depreciativos que desqualificam os envelhecidos LGBT a partir de sua condição etária. Luke Carge (50 anos, Gay) diz que:

“Sempre brincavam dizendo ‘tu é gay ou dança boi?’, e poxa, eu não gostava daquilo, tanto que até hoje eu não gosto do festival, não gosto do boi. Desde criança, não danço mais boi. Se eu for, é só pra agradar meu companheiro, que também foi nascido e criado em Parintins, mas, eu mesmo, não gosto. Eu coloquei na minha cabeça que eu não ia fazer parte desse estereótipo, que eu não queria esse tipo de chacota comigo”. (Entrevista, 2024).

O preconceito com conotação regional despertou em Luke Carge (50 anos, Gay) aversão pela cultura local amazonense. Não integrar-se à festa do boi-bumbá é considerado, por ele, como uma espécie de respeito por si, já que a associação à festa do boi ridiculariza a imagem da pessoa LGBT. A chacota disfarçada de brincadeira, no intuito de constranger, é direcionada para um estereótipo regional, onde dentro do senso comum, ligam os dançarinos e brincantes do boi bumbá à homossexualidade.

Grandi (2014) explica que a extinção de um gosto ou comportamento a partir de uma situação constrangedora pode acontecer de forma condicionalizante, ou seja, mesmo que *a priori* não seja um trauma intenso, ao declarar que ocorria “sempre”, abre margem para compreender que o ato realizado repetidas vezes pode ter o efeito de repelir, por ser constrangido inúmeras vezes pelo mesmo motivo, o gosto pela manifestação cultural citada.

A pesquisa de campo mostrou que o tratamento etarista é comumente presente no âmbito dos movimentos sociais. Em vários momentos de ida ao campo para a realização das entrevistas, foi possível presenciar formas falas do tipo “e aí, dinossaura?”, “Cadê as múmias pra dar entrevista?” (Pesquisa de Campo, 2024). Essas formas de tratamento revelam que os movimentos sociais, mesmo sendo supostamente um locus acolhedor e politizado, não está isento de disseminar preconceito entre os seus membros. Os termos referidos, “dinossaura” e “múmia”, são utilizados para achincalhar as LGBTs mais velhas, sobretudo pelo seu aspecto estético, sendo expressamente uma forma de competição sexual das mais jovens em relação às mais velhas.

Miguel e Petroni (2020, p. 92) apontam que a manutenção dos estereótipos negativos acerca do envelhecimento se dão pela falta de conhecimento e sensibilidade

social, baseando-se em “estigmas ultrapassados para entender os significados da velhice na contemporaneidade”. Em resposta ao etarismo propalado pelas outras colegas, destaca-se a fala de Capitã Marvel (54 anos, Mulher Trans), quando diz “glória a Deus que eu ainda tô viva, espero que você também consiga” (Entrevista, 2024). Alcançar a longevidade para uma mulher trans é realmente uma vitória alcançada.

Segundo Torrelli, Bessa e Graeff (2023), falas estigmatizantes e de cunho discriminatório fazem com que as pessoas idosas LGBTQs tenham distorção de imagem, problemas com autoestima, medo do envelhecimento e receio de frequentarem determinados espaços, baixando a frequência social em espaços públicos, levando-as a solidão, o que pode fazer com que tenham maiores probabilidades de adoecimentos mentais, como a depressão causada pelo isolamento social.

As normas sociais são tão rígidas que algumas pessoas esperam por um longo tempo da vida para assumir verdadeiramente a sua identidade, como o caso da Tempestade (55 anos, Mulher Trans), que esperou o falecimento da mãe para se assumir como mulher trans, o que aconteceu em 2008:

“Foi muito calculado, né? [...] eu não sabia como que seria a reação dela se eu chegasse: ‘mãe, eu...’ porque quando fala ‘eu sou gay’, é até um pouco tolerável, gay tudo bem, né? Mas, assim, trans, aí já é radicalizar completamente, né? Aí, isso ninguém aceita. Ninguém aceita! Não só a família, mas a própria sociedade. Então, você se torna algo repugnante mesmo” (Entrevista, 2024).

A transição para pessoas trans é algo gradual, diferente de assumir-se como “gay”, pois, nesse caso, o que muda é apenas a orientação sexual, que pode ser exercida de forma velada. Como a identidade cis não muda, o fato de ser gay não implica necessariamente uma mudança de aparência e/ou de comportamento. Diferentemente do que ocorre com uma pessoa trans, que geralmente acompanha uma transição de aparência para outro gênero. Nesse caso, assumir-se é um duplo processo, o primeiro, sobre a orientação sexual, e o segundo, da mudança de identidade de gênero, o que é aparente e causa envergonhamento na família e até mesmo constrangimento para o sujeito por decepcionar a sua família.

Sedgwick (2007) diz que pessoas LGBTQs, no geral, tem de estar constantemente saindo do armário, seja em uma nova turma, em um novo emprego, etc. Essa constante necessidade de “sair do armário” é cansativa e traz ansiedades para as pessoas LGBTQs.

O fato de esperar um ente querido morrer para assumir-se como pessoa

transexual pode estar atrelado a ideia de não querer magoar aquela pessoa tão especial para a sua vida, fazendo com que o indivíduo se anule e esconda a sua verdadeira identidade, no intuito de não gerar desentendimentos, mágoas ou possíveis decepções. Pantera Negra (51 anos, Gay) revela o seu sofrimento pessoal ao não poder transformar-se em uma mulher trans por receio de magoar a mãe. Vejamos:

“Bom, de uns tempos pra cá eu cogitei a ideia de fazer cirurgias, né?! Ou adaptar o meu corpo pro que realmente eu acredito que me enquadraria, porém, atualmente, fora de cogitação, por conta de respeito aos meus familiares, principalmente minha mãe, que é algo ao qual ela considera inadmissível. Eu preciso respeitar minha mãe, então eu preciso me conformar em ser um homem que se relaciona com outro homem e que não pode ser trans”. (Entrevista, 2024).

O medo da perda do amor da mãe é um fator de inibição a revelação da identidade de gênero para pessoas que não se identificam com o gênero de nascença. A identidade trans soa dentro de um espectro de aberração por ser considerada uma transfiguração do sujeito. Para a mãe, que viu o filho nascer e crescer sendo do sexo masculino e com a expectativa de que ele se tornasse um homem cis, a transição dele para uma mulher representaria uma violação deliberada do direito natural, configurando-se como uma violência à própria mãe. Com isso, torna-se mais aceitável que a pessoa LGBT se autoviolente até que se cumpra a finitude da mãe.

A negação de si em respeito às expectativas da família nem sempre se rompem quando a pessoa falece. Mônica Rambeu (50 anos, Travesti) diz não querer retificar no registro civil o nome de batismo nem agora e nem no futuro por respeito à memória da mãe, apesar de socialmente ter usar um nome feminino. Isso revela a percepção do sujeito sobre si e sobre a sua condição, como algo transgressor e vergonhoso, que deve ser exercido de forma velada, já que ele não consegue evitar ser quem é.

Butler (1990) explora, na teoria de gênero, como as normas de gênero são construídas socialmente e que há grande impacto na vida das pessoas trans. A autora argumenta que o gênero é uma performance social e que as normas estabelecidas podem ser opressivas para aqueles que não se encaixam nelas, isso, por si só, dificulta uma nova “saída” do armário, mesmo que na fase adulta.

Mesmo com a decisão de fazer as modificações corporais, o acesso a cirurgias, como a cirurgia de redesignação de sexo não é fácil de se conseguir pelo Sistema Único de Saúde. Nesta pesquisa, somente duas mulheres trans são redesignadas, uma realizou a cirurgia com 40 anos e a outra com 50 anos de idade, ou seja, já com idade avançada,

próximo à velhice. Mulher Maravilha (Mulher Trans) que, hoje, tem 52 anos conseguiu acesso a cirurgia pelo SUS aos 50, e afirma que:

[...] com o tempo as pessoas começavam a dizer ‘nossa! mas você já está velha pra isso, pra que você vai querer?’ ai, mana, eu quero ser uma velha de buceta. Que povo chato, né?! (Entrevista, 2024).

Espera-se que a velhice redima a condição supostamente transgressora de ser LGBT. Nesse aspecto, a velhice é socialmente concebida como a última fase da vida oportuna para a remissão dos pecados do sujeito ao longo da trajetória de vida. E isto não é verdade. Para Mulher Maravilha (52 anos, Mulher Trans), a auge da maturidade foi o momento oportuno para transformar-se em quem ela verdadeiramente se concebe como ela é, uma mulher. E se, para ela, sentir-se completamente uma mulher significava ter a genitália feminina, assim ela procurou construir em seu corpo.

A redesignação para esta envelhecete LGBT não é apenas sexual, mas tem cunho identitária, de sua pertença como sujeito feminino, como último mecanismo de alcançar a plenitude dentro de sua identidade de gênero. Para o acesso a cirurgia, o Ministério da Saúde adota medidas específicas para ela seja realizada, como, por exemplo, ter pelo menos 21 anos de idade e 2 anos de atendimento psicológico (Freitas Moura, 2023). Entretanto, mesmo cumprindo esses requisitos, pode ser que a cirurgia demore por vários anos. Mulher Maravilha (52 anos, mulher trans) esperou longos 10 anos na fila para conseguir a cirurgia de redesignação sexual pelo SUS. Ela nunca desistiu, pois o seu corpo pedia uma genitália feminina, ela quer morrer como mulher (Pesquisa de Campo, 2024).

Apesar da possível demora, a possibilidade de conseguir a cirurgia pelo SUS é uma esperança para muitas pessoas trans que não tem condições financeiras para realizar a cirurgia de forma particular. De acordo com Freitas Moura (2023), a cirurgia de redesignação sexual no ano de 2023 estava custando em torno de 50 mil reais, valor este considerado inacessível para muitas pessoas trans brasileiras.

O envelhecimento das pessoas LGBT em Manaus tem enfrentado desafios semelhantes aos observados em outras partes do Brasil, mas com particularidades regionais. Em muitos casos, essa população lida com o isolamento social e a falta de políticas públicas que considerem suas especificidades. Segundo depoimentos de lideranças LGBT locais, como os representantes de conselhos de direitos de pessoas idosas, representantes dos movimentos sociais LGBTs e envelhecetes LGBTs a

discriminação e o preconceito ainda são barreiras significativas para garantir uma velhice digna para essa população.

No âmbito das políticas públicas, Manaus, ainda precisa avançar em ações específicas que garantam o envelhecimento saudável das pessoas LGBT. O acesso a serviços como saúde e assistência social é dificultado pela falta de treinamento de profissionais e pela ausência de centros de acolhimento especializados. Iniciativas que promovam a inclusão e a visibilidade das pessoas idosas LGBT são fundamentais para romper o ciclo de exclusão e garantir uma velhice mais digna e acolhedora.

3.3 Um futuro logo aí: que velhice espera os LGBT de Manaus?

Cahill (2015) apresenta possibilidades de iniciativas que já foram adotadas nos Estados Unidos e que poderiam ser adotadas no Brasil, na perspectiva de uma melhoria na qualidade de vida das pessoas envelhecidas ou idosas LGBTs. Essas iniciativas são: um melhor preparo dos profissionais que trabalham atendendo essa população, a elaboração e prática de uma lei que designe as pessoas idosas LGBT como uma população com maior necessidade social, levando em conta a historicidade desse segmento social, promoção de educação em saúde sexual, serviços de saúde mental e programas de suporte de renda direcionado para essas pessoas. Em Manaus, durante este estudo, não foi possível identificar iniciativas parecidas com essa.

Henning (2020) destaca que a velhice LGBT já era uma demanda iminente antes da pandemia, agora, em cenário pós pandêmico é imprescindível que haja uma discussão abrangente sobre o envelhecimento e a velhice das pessoas LGBTs. As pessoas LGBTs de Manaus que estão caminhando para a velhice vêm com boas expectativas a vida dos futuros idosos LGBTs. Para Batman (58 anos, Homem Trans), as novas decisões do Superior Tribunal Federal - STF relacionadas ao casamento homoafetivo e a adoção por pessoas LGBTs podem se apresentar como segurança social e a construção de teleologias LGBTs na velhice. Refere que:

“Então, nós pessoas envelhecidas ainda temos muito a questão da solidão, mas com essa decisão do STF acredito que daqui uns 20, 30 anos vai mudar, também vamos poder ter filhos e netos, quem sabe com a evolução do pensamento humano possamos ser mais aceitos. A tendência e a luta é essa, aí não vamos precisar deixar de falar com a família toda, quem sabe, na velhice, tenhamos os irmãos e também os sobrinhos por perto, isso será muito bom” (Entrevista, 2024).

As expectativas de Batman (58 anos, Homem Trans) é de um futuro em construção. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a adoção por casais gays é um marco importante na jurisprudência brasileira e tem implicações significativas para os direitos LGBT no país. Em 2011, o STF decidiu que a união estável entre pessoas do mesmo sexo deveria ter o mesmo tratamento legal que as uniões heterossexuais, garantindo que os casais homoafetivos passassem a ter direito sobre questões de herança, pensão e divisão de bens. No entanto, a decisão sobre a adoção foi um pouco mais complexa e demorou um pouco mais para ser formalizada (Superior Tribunal Federal, 2023).

Foi em 2015 que o STF (Superior Tribunal Federal, 2023), em um julgamento, decidiu que casais do mesmo sexo têm o direito de adotar crianças em igualdade de condições com casais heterossexuais, reconhecendo que a orientação sexual não pode ser usada como critério para impedir a adoção de crianças. A decisão veio em resposta a um caso específico e deixou claro que a orientação sexual não pode ser um critério para decidir sobre a capacidade de um casal adotar. O STF argumentou que todos os direitos civis devem ser garantidos a todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual.

Nesta pesquisa, de uma amostra de dez envelhecidos entrevistados, somente duas tinham filhos. Gamora (62 anos, mulher trans) teve seu filho através da adoção direta, algo muito comum em décadas passadas, onde a pessoa conseguia adotar e registrar a criança sem precisar entrar no processo legal de adoção. Esta prática acontecia comumente em cidades pequenas, quando a genitora não tinha condições de ficar com a criança, entregando-a para terceiros.

Hoje, a adoção direta, sem passar pelo processo legal, é uma temática que envolve questões éticas, pois, no Brasil, foram impostas regras e normas mais rígidas em prol da adoção legal de crianças e adolescentes para ser um processo mais justo e transparente. A Lei da Convivência Familiar, Lei nº 12.010/2009, que estabelece as regras oficiais para adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 50, estabelece que "a adoção será realizada apenas após a inscrição do adotante e da criança ou adolescente na lista de adoção". Ou seja, na atualidade, a prática de adoção direta, sem estar na fila e sem estar habilitado, é uma prática ilegal.

A Mulher Invisível (52 anos, Lésbica), por sua vez, teve dois filhos biológicos durante a adolescência e pontuou em diferentes momentos que teve os seus filhos antes de começar a se relacionar com mulher, demonstrando ser um assunto que a incomodou

ao longo da vida, e que ainda hoje ela sente-se um pouco desafiada a falar, mesmo que os filhos já sejam adultos, pois em muitos momentos diz ter sido um assunto desafiador, utilizado como forma de julgamento por muitas pessoas que, na tentativa de constrangê-la, colocavam em xeque a sua maternidade em razão de sua orientação sexual, como se fossem duas coisas incompatíveis. Vejamos o relato abaixo:

“Eu só fiquei com mulher a partir dos 18 anos porque é até curioso alguém falar ‘ah, mas ela teve dois filhos’. Eu tive dois filhos quando eu tinha 14 e 15 anos. Uma pessoa dessa, ela não sabe nem distinguir o que é prazer” (Entrevista, 2024).

Mulher Invisível (52 anos, Lésbica) relatou que nunca pensou em se afastar ou abandonar seus filhos. Quando se envolveu com mulher e seu ex-marido descobriu, saiu de sua cidade natal e veio para Manaus com a sua nova parceira, sem contar a ninguém. Logo que conseguiu um emprego, retornou à cidade para buscar os seus dois filhos. Conta que a avó paterna das crianças não deixaria que as crianças fossem embora com ela, por isso, no desespero de ter os filhos de volta, enganou a avó das crianças dizendo que as levariam para almoçar e foram direto para o porto da cidade, indo embora no primeiro barco rumo a Manaus.

Butler (1990) revela que a sexualidade é uma construção, que está em constante processo. Ou seja, não é válido anular a orientação sexual dessa mulher pelo fato de ela ter tido filhos biológicos por inúmeros motivos, sobretudo por ter sido na adolescência, momento de experimentação e descobertas sexuais, nem tampouco pelo fato de ela ter se casado com um homem, a fim de corresponder às expectativas sociais.

Mulher Invisível (52 anos, Lésbica) vivia em uma cidade do interior do Amazonas. Por muito tempo, evitou envolver-se sexualmente com mulheres por medo da repressão, pois via as retaliações que outras mulheres lésbicas enfrentavam. Refere sentir-se incomodada quando outras pessoas difamavam as lésbicas, como forma de buscarem acolhimento de uma “heterossexual” para afirmarem a sua superioridade pelo estatuto de mulher casada com um homem.

Durante a entrevista, foi possível perceber em vários momentos que a Mulher Invisível (52 anos, Lésbica, Entrevista, 2024) precisou lidar com os questionamentos sobre se relacionar com mulheres e ter filhos, sabendo que isso é um estigma que vai acompanhá-la pelo resto de sua vida, como ela demonstra:

“[...] e as pessoas se perguntam até hoje: ‘como ela teve dois filhos e não gosta de homem?’ é até incomodo porque é sempre o mesmo questionamento [...] parece que eu vou precisar

responder isso a vida toda” (Entrevista, 2024).

É notório o incomodo em que a Mulher Invisível sente pelo assunto, por ter sido algo que precisou reafirmar repetidas vezes durante o curso da vida e por ter tido sua orientação sexual e sua maternidade questionadas na tentativa de diminuí-la durante sua carreira LGBT. A sociedade tem expectativas rígidas sobre o que significa ser mãe e como a maternidade deve se manifestar, que deve enquadrar-se nos cânones da heteronormatividade e da devoção ao cuidado. Diamond (2008) aponta que a fluidez sexual pode revelar uma espécie de negociação entre os desejos pessoais e as expectativas sociais.

Mulheres lésbicas que têm filhos podem enfrentar o preconceito partindo da ideia falsa de que sua orientação sexual pode comprometer a sua capacidade de serem mães "adequadas" ou "tradicionais", isso pode vir com os questionamentos que muitas vezes acontecem de forma provocativa, como se aquela mulher não fosse lésbica de “verdade” (Diamond, 2008). Ou seja, que sua orientação sexual pode influenciar a criança de forma negativa.

A rede afetiva dos envelhecetes LGBTs de Manaus varia em sua composição. Mulher Invisível (52 anos, Lésbica) mora com a sua companheira e o seu filho mais velho. Gamora (62 anos, Mulher Trans) mora com seu filho e seu ex-companheiro. Mulher Maravilha (52 anos, Mulher Trans) e Pantera Negra (51 anos, Gay) moram com a mãe. Luke Carge (50 anos, Gay) mora com o seu companheiro e outros envelhecetes moram sozinhos, a maioria com os animais que, segundo Tempestade (55 anos, Mulher Trans), “é legal viver com os gatos, preenche um pouco do nosso vazio, né?” (Entrevista, 2024).

A convivência com animais de estimação pode desempenhar um papel crucial na vida de pessoas que moram sozinhas oferecendo companhia, apoio emocional e até benefícios para a saúde mental. A presença de animais de estimação pode ajudar a preencher o vazio da solidão, oferecendo uma fonte constante de afeto e interação. “O vínculo entre humanos e animais frequentemente oferece uma forma de companhia incondicional e não julgadora” (McConnell, p. 21, 2011). Além disso, cuidar de um animal pode fornecer ao tutor um sentido de propósito e responsabilidade, auxiliando no sentimento de utilidade, promovendo bem estar emocional. Contudo, não supre o cuidado que pode ser requerido no avançar da velhice.

O bem-estar de uma pessoa envelhecete LGBT pode esbarrar em diferentes problemáticas no curso da vida. A autoaceitação de si mesmo é um desafio comumente

sanado nos anos iniciais, mas que por conta da solidão, do medo, da discriminação e da homofobia pode se prolongar por muitos anos ou até mesmo voltar anos depois.

Mônica Rambeu (50 anos, Travesti) sente-se acusada pela ideia de ter nascido no corpo errado, o que pode trazer problemas como autorrejeição, dificuldade em saber sua própria identidade, além de causar danos intensos à sua saúde mental, conforme é possível observar no relato abaixo:

“Antes eu queria mudar o que eu sou... sou uma boa pessoa, mas que ninguém quer perto porque eu sou a que nasceu no corpo errado e por culpa disso ainda me colocaram doença”. (Entrevista, 2024).

Mônica Rambeu (50 anos, Travesti) vive debaixo da sombra da culpa, especialmente após ter sido estuprada na juventude e ter sido infectada pelo vírus HIV. A infecção pelo vírus é, para ela, uma punição a sua condição desviante, como a concebe. As consequências disso, para ela, é a solidão, já que acredita ter nascido no corpo errado e não ter tido condições de constituir família. Ao sentir-se no corpo errado, entende que as pessoas não a querem por perto por isso, como se fosse um erro inato, uma espécie de castigo, e não uma questão preconceituosa e discriminatória motivada por LGBTfobia. Realmente, como jurou o seu algoz, ela seria marcada pelo resto da vida, não pelo vírus, mas pelo trauma.

Foucault (1976) ressalta que a autoaceitação da identidade do indivíduo é profundamente influenciado pelas relações de poder e pelo controle social. Ou seja, a dor que o indivíduo sente por se sentir rejeitado por estar “no corpo errado” é causada pelas relações de poder e pela repressão ocasionada a partir do controle social, fazendo com que o indivíduo sintase culpado e errado diante da sociedade, podendo fazer com que ele busque uma identidade que seja “aceitável” ao longo da vida.

A distorção de imagem de Mônica Rambeu (50 anos, Travesti) faz com que ela se apresente como travesti, use roupas femininas e seja assídua dentro do movimento social de mulheres transexuais e travestis. Durante a entrevista, ela se apresenta por meio do seu nome masculino. Quando questionada se ainda não tinha conseguido trocar, ela relatou não querer, por ser a única coisa que a sua mãe lhe deu. Em respeito à memória de sua mãe já falecida, prefere ser chamada pelo seu nome masculino.

Com isso, é notória a luta interna de Mônica Rambeu, que constantemente busca se encontrar no mundo como sujeito, ora identificando-se no gênero masculino ora transitando para o gênero feminino, estando entre tentar confrontar-se e ao mesmo tempo permanecer como é, no rol das expectativas sociais que lhes são impostas. A

autoaceitação quase sempre é marcada por um conflito interno entre o que a pessoa é e o que ela acha que deve ser (Boylan, 2003).

Este relato mostra que envelhecer como LGBT neste tempo contemporâneo é permeado por inúmeros conflitos pessoais advindos de carreiras cis-heteronormativas que foram impostas pela repressão moral e social. Ao caminhar para a velhice, sem que a sociedade tenha preparado um futuro para as pessoas LGBTs, é provável que esta geração continue a percorrer teleologias cis-heteronormativas como estratégia de segurança e proteção social na velhice, embora se credite num futuro próximo à liberdade de construção de teleologias LGBTs aos futuros idosos.

Durante as entrevistas, alguns sujeitos como Superman (59 anos, gay) e Pantera Negra (51 anos, Gay) enfatizaram que “sabiam se comportar” (Entrevista, 2024) e, por isso, acreditavam sofrer menos preconceito e discriminação. Ao investigar o significado para estas pessoas de “saber se comportar”, foi notório que trata-se de um comportamento próximo do esperado da sociedade, ou seja, quase como se escondesse a sexualidade ou constantemente houvesse a tentativa de disfarçar o que são, para, assim, serem aceitos. Superman e Pantera são dois homens gays. Para eles, “se comportar” quer dizer não performar trejeitos afeminados, mas comportar-se dentro dos papéis de gênero esperados para o sexo masculino.

Fachini (2008) enfatiza que, motivados pelas normas sociais heteronormativas, muitas pessoas tendem a se esconder dentro de papéis sociais para evitar serem marginalizadas, violentadas ou excluídas. Durante a entrevista com Superman (59 anos, gay), algo que chamou atenção foi a disposição de ele se comportar como heterossexual para que a irmã aceitasse uma proximidade dele com os sobrinhos. Até então, isso só acontece através do celular, pelo fato de ela morar em outro país e ele estar vivendo uma situação socioeconômica delicada em Manaus. A performance cis-heteronormativa se justifica pela insegurança e medo dele em relação ao futuro.

Henning (2020) aborda o futuro de pessoas LGBTs como sendo um luxo para aqueles que o alcançam, não pelo fato de ser um luxo dentro do seu sentido literal, de acordo com o dicionário que o define como “modo de vida que inclui um conjunto de coisas ou atividades supérfluas e aparatosas. Gala, Ostentação, Pompa”. Mas, sim, porque poucos conseguem atingir o marco da velhice, tampouco permanecer dentro de teleologias LGBTs.

Os LGBTs maiores de 50 anos de Manaus revelam que desejam para o futuro encontrar um parceiro para viver na velhice, ter companhia, viajar e conhecer novos

lugares. Essas pessoas querem ser livres para, também, vivenciar desejos que afloraram em suas juventudes, mas que ainda não tiveram oportunidade de viver, como conhecer o mar ou fazer uma faculdade. Outros, passaram a realizar cursos novos, no intuito de conseguir adquirir renda ou pelo prazer de conhecer coisas novas, como curso de operador de empilhadeira, culinária ou corte e costura (Pesquisa de Campo, 2024).

De acordo com Henning (2020), as teleologias LGBTs comumente buscam redefinir e expandir conceitos que envolvem a identidade, sexualidade e gênero. Dentro desse processo identitário, a maioria dos entrevistados desta pesquisa acabaram rompendo os laços com as suas famílias de origem, buscando ainda hoje se reafirmar, não desistindo, embora demore, conseguir a cirurgia de redesignação sexual, por exemplo, e mesmo que demore uma vida toda ainda guardam a esperança de um familiar voltar atrás e pedir um perdão que nunca veio.

Superman (58 anos, Gay) ainda busca ligar para as suas irmãs e sobrinhos, Relata sentir vontade de comprar uma passagem e visitá-los, já que não moram no Brasil, sonhando com um contato mais próximo com os familiares que ainda dão aberturas para que haja conversação. Apesar de tudo que enfrentou, principalmente com a família, poderia tentar deixar de lado a indiferença experimentada ao longo da vida, junto com as lembranças dolorosas, se ele conseguisse mudar-se para morar junto ou próximo dos sobrinhos que, com alegria, afirma que independente de ser gay eles os chamam de “tio”, sendo motivo de orgulho para ele, pois afirma que se o chamam assim é porque a mãe (sua irmã) ensinou ou aceitou.

O acolhimento humanizado no âmbito das políticas públicas de seguridade social é fundamental para a pessoa idosa, especialmente para a pessoa idosa LGBT, tendo em vista a dívida histórica de negligência a essa população. Henning (2019) aponta que um estudo importante e pioneiro na área de gerontologia LGBT mostra maior satisfação, maiores acessos ao serviço de saúde e melhor adesão às medidas de proteção de saúde e tratamento por parte de pessoas idosas que falam abertamente sua orientação sexual. Sendo assim, ressalta-se a importância de se criar um espaço acolhedor e livre de LGBTfobia.

A realização de trabalhos científicos que explorem a temática do envelhecimento e da velhice LGBT é necessário para além de apenas dizer que eles existem, mas para afirmar a existência política dessas pessoas a partir de suas necessidades, buscando criar estratégias a partir do conhecimento adquirido da realidade, sem distorções, em uma perspectiva participativa e interventiva no campo dos

direitos sociais.

As pessoas idosas LGBTs também têm direitos e desejos, sendo necessário que gozem dos direitos constitucionais, livre de discriminações e com acesso equânime, levando-se em consideração o seu contexto histórico, social e demográfico para que, assim, seja possível viver a velhice com bem-estar. Sabe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido para haver amadurecimento teórico-prático acerca da temática (Rebellato, Gomes e Crenitte, 2020), fazendo-se necessário tratar a temática com urgência para que estes sujeitos tenham acesso a pertencerem e sentirem-se pertencente da sociedade, uma vez que todos são sujeitos sociais e a velhice é um direito personalíssimo, assegurado no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741 de 2003).

O engajamento do Serviço Social na luta pelo direito a uma velhice digna para as pessoas LGBTs é fundamental para promover a inclusão e garantir que essa população, historicamente marginalizada, tenha acesso a serviços e recursos adequados durante o envelhecimento. As questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero frequentemente são invisibilizadas nas políticas públicas voltadas para as pessoas idosas. Nesse contexto, os assistentes sociais desempenham um papel crucial ao trabalharem para sensibilizar instituições e a sociedade em geral sobre as especificidades e os direitos das pessoas idosas LGBT, contribuindo para a construção de uma velhice que respeite a identidade e a dignidade de todos os indivíduos.

A prática do assistente social deve incluir a facilitação de diálogos entre as instituições e as pessoas idosas LGBT, visando identificar suas necessidades e garantir que suas vozes sejam ouvidas nas tomadas de decisões que impactam suas vidas. Assim, o Serviço Social não apenas contribui para a promoção do direito à saúde, à assistência social e à cidadania, mas também ajuda a desconstruir estigmas e preconceitos que cercam essa população.

É importante ressaltar que o engajamento do Serviço Social na luta pela velhice digna das pessoas LGBTs deve ser pautado em abordagem interseccional, que considere as múltiplas dimensões da identidade, incluindo classe social, raça e gênero. Essa perspectiva ampliada permite uma compreensão mais rica e complexa das vivências e desafios enfrentados por pessoas idosas LGBT, possibilitando a formulação de políticas públicas mais inclusivas e justas. Portanto, o papel do Serviço Social se torna não apenas um instrumento de assistência, mas também de transformação social, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam vivenciar a velhice com dignidade, respeito e qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de adentrar as considerações finais deste estudo, é importante ressaltar a jornada desafiadora que é a produção do conhecimento. A pesquisa é um caminho árduo, que exige criatividade, disciplina, organização e humildade. Muitas vezes traz consigo um sentimento de insegurança, pois nem sempre é possível controlar todas as etapas do processo. Entretanto, essa mesma caminhada é também fonte de satisfação e encantamento, uma vez que nos permite desvendar realidades e nos coloca diante de novas descobertas. Foi o desejo de compreender mais profundamente a realidade e o envolvimento com o tema que impulsionou o desenvolvimento desta pesquisa.

Abordar um tema tão sensível como este foi desafiador, pois ao longo do percurso tornou-se impossível não reconhecer vivências pessoais refletidas em situações de violência contra pessoas LGBTQs. Essas experiências pessoais, embora difíceis, enriqueceram o processo, proporcionando uma visão mais crítica e empática sobre o objeto de estudo. Assim, este trabalho não apenas representa uma análise acadêmica, mas também um comprometimento pessoal com a luta pelos direitos das pessoas LGBTQs durante todo o ciclo da vida.

A velhice e a diversidade sexual percorrem caminhos que muitas vezes cruzam-se com preconceitos e vulnerabilidades. O Brasil é um país que está em transição demográfica para um perfil etário mais envelhecido, mudando a expectativa de vida e a idade média da população. Contudo, os dados demográficos dessa nova realidade não são tão precisos quanto aos aspectos de raça, classe, gênero e orientação sexual, o que dificulta uma caracterização mais completa e realística acerca do perfil da população que está envelhecendo, dificultando a elaboração de políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade social, como a população idosa LGBTQs.

Ao atingir a velhice, a pessoa LGBTQs enfrenta a desproteção social em função do descaso das políticas públicas. A concepção de sujeito desviante associada à ideia da velhice assexuada relega às pessoas idosas LGBTQs o destino do medo, da solidão, do abandono, da pobreza, da culpa. O ocaso da vida levanta necessidades que fazem da condição de ser LGBTQs um luxo que não pode mais ser sustentado até o final da vida. Entre a dupla carga de tabu, ser idoso e ser LGBTQs, tem-se como estratégia o recurso a teleologias heteronormativas para se poder viver com o mínimo de segurança social, ainda que sob o custo da negação de si, principalmente quando não se é famoso, rico e branco.

É necessário haver um reconhecimento sobre os desafios que a população idosa LGBT enfrenta, resultantes de uma vida inteira marcada pela marginalização e por violências causadas pela LGBTfobia. A pesquisa evidencia que as pessoas idosas LGBT convivem com a solidão, com o isolamento social e com a falta de suporte familiar, muitas vezes intensificados pela invisibilidade que sofrem tanto nas políticas públicas quanto em espaços de convivência e cuidados voltados para as pessoas idosas. Essa exclusão compromete a dignidade dessas pessoas, limitando o seu acesso a direitos fundamentais como saúde, segurança e bem-estar.

No decorrer do estudo, foi possível confirmar hipóteses iniciais, como a solidão, a inserção em subempregos empurrados pela LGBTfobia, a falta de rede de apoio, a dificuldade de assumir-se LGBT na juventude no contexto da ditadura, dentre outras questões. Mas também foi possível identificar situações que estavam fora das vistas das hipóteses iniciais, como a não percepção da violência, a dificuldade de aceitação, redesignação de gênero após os 50 anos, a conduta de prescrutar teleologias dentro dos moldes cis-heteronormativos para ter o mínimo de aceitação familiar ou social, a não retificação do nome por vontade própria, o diagnóstico de HIV após os 45 anos e a resiliência diante disso para se chegar à velhice.

Considera-se que esta pesquisa atingiu os objetivos propostos. Acerca dos objetivos específicos, o primeiro objetivo, *deslindar a construção da carreira LGBTs de pessoas envelhecidas LGBTs*, foi possível perceber que os sujeitos da pesquisa construíram suas carreiras LGBTs em meio ao preconceito, à violência, o medo e o desprezo social e familiar, tendo que resistirem constantemente para sobreviver até chegar à idade que têm hoje; o segundo objetivo específico, *traçar o sentido do envelhecimento para as pessoas idosas LGBTs em Manaus dando ênfase a construção de seus projetos de vida para o curso da existência na velhice* revelou que as LGBTs vêem a velhice como um amanhã nebuloso, desprovido de segurança e proteção, especialmente quando se pensa na idade avançada; e o terceiro e último objetivo específico, *avaliar o (des)trato da pauta sobre a diversidade sexual na velhice pelos movimentos LGBT e pelos Conselhos Estadual e Municipal do Idoso em Manaus – AM* denunciou o descaso com a pauta do envelhecimento LGBT por parte dos movimentos sociais, seja por falta de interesse, por preconceito ou por desconhecimento desse assunto.

Desse modo, o Objetivo Geral, *investigar as formas de resistência/existência de pessoas envelhecidas LGBTs na cidade de Manaus – AM*, foi alcançado com a

constatação de que as pessoas LGBTs articulam como forma de resistência para continuarem existindo no tempo da velhice a retomada de teleologias cis-heteronormativas como forma de serem incluídos nos sistemas de proteção social das políticas públicas e de contarem com a segurança do apoio familiar. Para essas pessoas, ser LGBT é um luxo de um curto tempo feliz da juventude, mas que, por imposição da velhice, é necessário “comportar-se”, ou seja, conformar-se rigidamente ao padrão social cis-heteronormativo.

É importante destacar que o envelhecimento das pessoas LGBT deve ser compreendido não apenas como um problema social, mas deve ser elevado enquanto uma questão de reparação histórica de direitos sociais negados ao longo da trajetória de vida dessas pessoas, desde a infância, juventude, idade adulta, maturidade e, agora, caminhando para a necessidade de atenção do poder público no tempo da velhice dessas pessoas. As experiências de exclusão e violência ao longo da vida não podem ser ignoradas e é dever da sociedade e, principalmente, do Estado reconhecer essas trajetórias e trabalhar para garantir que essas pessoas possam envelhecer com dignidade. O debate sobre a velhice LGBT é, portanto, uma oportunidade para avançarmos na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sensível às diversas formas de ser e existir.

O Serviço Social, na medida que tem o seu projeto profissional afinado com projetos societários democráticos, é imprescindível para abraçar essa luta e se engajar junto aos movimentos sociais de pessoas idosas e pessoas LGBT, de modo a instrumentalizar essas pessoas ao exercício da participação política e assegurar a viabilização dos seus direitos nos espaços institucionais das políticas públicas e sociais. A profissão pode atuar em várias frentes, como a promoção de políticas públicas inclusivas, a sensibilização de profissionais e a criação de espaços de convivência que respeitem as identidades de gênero e orientação sexual das pessoas idosas LGBT. É necessário que os assistentes sociais estejam preparados para lidar com as especificidades dessa população, garantindo acolhimento sem preconceitos e acesso a cuidados de saúde, moradia e apoio emocional. O trabalho profissional é essencial para combater o preconceito institucional e promover o direito dessas pessoas a um envelhecimento digno e respeitoso.

REFERÊNCIAS

- Agência de Notícias do Centro Universitário de Brasília. Representatividade LGBT na TV dobra nos últimos 18 anos. Agência CEUB, 2018. Acesso em: 17/09/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/representatividade-lgbt-na-tv-dobra-nos-ultimos-18-anos/>.
- Aranha, Valmari Cristina. Aspectos psicológicos do envelhecimento. In: Papaléo Neto, Matheus Tratado de Gerontologia 2. ed., rev. e ampl. São Paulo : Editora Atheneu, 2007.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2016. – São Paulo: Expressão Popular, 2027.
- Associação da Parada do Oglulho LGBT São Paulo. Abrace a comunidade LGBT. Parada SP, 2011. Acesso em: 02/03/2024. Disponível em: <https://paradasp.org.br/>
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Resistir para existir, existir para reagir. Antra Brasil, 2021.
- Barbosa, Anderson Pedroso. Nível de atividade física e qualidade de vida: um estudo comparativo entre idosos dos espaços rural e urbano. Rev. bras. geriatr. Gerontologia, São Paulo: Dez 2015.
- Baron, Luis. Henning, Carlos Eduardo. Ortiz, Sandra Regina (org). O Brilho das Velhices LGBT+: Vivências e narrativas de pessoas LGBT 50+. Editora Hucitec, 2021.
- Barroco, Maria Lucia S. Não passarão: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 124: Conservadorismo, lutassociais e Serviço Social, 2015.
- Barros, Antonio Teixeira. Busanello, Elisabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. Rev. Estud. Fem, 2019.
- Beauvoir, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- Bento, Berenice. O Que É Transexualidade. Editora Brasiliense, 2008.
- Berkman, L. Et al. Da integração social à saúde: Durkheim no novo milênio. Ciências sociais e medicina. 2000. p 843-857.
- Biasus, Felipe. Reflexões sobre o Envelhecimento Humano: aspectos psicológicos e relacionamento familiar. Rev. Perspectiva. V. 40. 2016.
- Bonetti, Dilséa A. et al (orgs.). Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis. 4ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- Bourdieu, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France 1989-1992. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

- Bozon, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- Brasil. *Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003*.
- Brigeiro, Mauro. Maksud, Ivya. *Aparição do viagra na cena pública brasileira: discursos sobre corpo, gênero e sexualidade na mídia*. *Rev. Estudos Feministas*, 2009.
- Brito, Carlos Emílio Bessa. *Territorialidade: a zona franca de Manaus e seu impacto socioeconômico no estado do Amazonas*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7.n.2, fev. 2021.
- Butler, Judith. *Os limites discursivos do sexo*. New York & London: Routledge, 1993.
- Butler, Judith. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares em setembro de 1990.
- Butler, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- Calazans, Gabriela. *Uso de Camisinha no Brasil: um olhar sobre a produção acadêmica acerca da prevenção de HIV/Aids (2007-2011)*. *Rev. Brasileira de Educ. Médica*, 2013.
- Cahill, S. (2015). *Recursos comunitários e serviços governamentais para idosos LGBT e suas famílias*. Fruhauf (Orgs.). *The lives of LGBT older adults: Understanding challenges and resilience* (pp. 141-169). Washington, DC: American Psychological Association. 2015.
- Cavalcante, Lidiany de Lima. *Cidadania Homossexual em Manaus: os desafios da (des)construção da identidade homoafetiva feminina*. Dissertação (mestrado). PPGSS-UFAM, 2009.
- Cavalcante, Sávio. Chaguri, Mariana. Netto, Michel Nicolau. *Conservadorismo-liberal no Brasil de Bolsonaro: a força da articulação no contexto de pandemia*. *Brasilianna-Journal for Brazilian Studies*, 2021.
- Cisne, Mirla; Santos, Silvana Mara de Moraes. *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. Imprensa: São Paulo, Cortez, 2018.
- Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). *Seminário Nacional: Serviço Social e Diversidade Trans*. Distrito Federal, 2020.
- Crenitte, Milton Roberto. Miguel, Diego Félix. Filho, Wilson Jacob. *Abordagem das particularidades da velhice de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros*. *Geriatr Gerontol Aging*. 2019.

- Da Silva, Vicente William. A construção dos sentidos sobre a homossexualidade brasileira na mídia *Em Questão*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 223 - 234, jul./dez. 2008.
- Dias, Maria Berenice. Liberdade de orientação sexual na sociedade atual. Fórum Semira pela Igualdade, promovido pela Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial – Semira, em 5.12.2007, em Goiânia – GO. Transcrita em 2019.
- Diamond, Lisa. *Fluidez sexual: contextualização histórica e contributos teóricos*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 2008. Tradução: Scielo.
- Domingues, Dandara Camélia da Silva. Longo, Priscila Larcher. Telles, Rodrigo Jorge. “Você tem o privilégio de envelhecer ou você é trans?”: transfobia, sofrimento ético-político e o envelhecimento da população transgênera no Brasil. *Oikos Família e Sociedade em Debate*, 2023.
- Duarte, Marco José Oliveira. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. *Revista Temporalis*, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./ jun. 2014.
- Gorini, João Roberto. *Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. Atlas: 2019.
- Fábio, André Cabbete. A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI+ brasileiro. *Nexo*, 2017. Acesso em: 18/03/2024. Disponível em: exojournal.com.br/explicado/2017/06/17/a-trajetoria-e-as-conquistas-do-movimento-lgbti-brasileiro.
- Facchini, Regina. Histórico de luta de LGBT no Brasil. Conselho Regional de Psicologia SP: Caderno Temático 11 – Psicologia e Diversidade Sexual. 2011
- Facchini, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cad. AEL*, v.10, n.18/19, 2003.
- Fechini, Pierre Basílio; Trompieri, Nicolino. (2012). O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. *InterScience Place*, 2012.
- Folha. ‘Babilônia enfrenta crise nacional de audiência. *Folha de São Paulo*, 13 abr. 2015. Disponível em: <http://outrocanal.blogfolha.uol.com.br/2015/04/13/babilonia-enfrenta-crise-nacional-deaudiencia/> Acesso em:03/03/2024.
- Folha. Governo Lula criou Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. *Folha de São Paulo*, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/governo-lula-cria-conselho-nacional-dos-direitos-das-pessoas-lgbtqia.shtml> Acesso em: 19/03/2024.
- Fonseca, Bosco. *Um Bar Chamado Patricia*. Editora Reggo, 2022.

- Foucault, Michel. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Foucault, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- Irineu, Bruna Andrade; Lopes, Moisés; Rocon, Pablo. Diversidade Sexual, Ético-Racial e de Gênero: saberes plurais e resistência. Editora Devires, 2021.
- Gagnon, John. e Simon, William. Conduta sexual: As fontes sociais da sexualidade humana (2ª ed.). 2005.
- Ghorayeb, Daniela Barbetta. Homossexualidades na Adolescência: Aspectos de saúde mental, qualidade de vida, religiosidade e identidade psicossocial. Tese (doutorado). Campinas, 2007.
- Goldenberg, Miriam. A construção da sexualidade na velhice. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- Gohn, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais Clássicos e Contemporâneos. Edições Loyola. São Paulo, 1997.
- Grandi, Paula. Discutindo o cotidiano a partir da extinção operante. Rev. Comporte-se Psicologia e AC. 2014.
- Grubba, Leilane Serratine. Corpos trans, identidade e performatividade de gênero: uma análise discursiva sobre a naturalidade da identidade mimética de sexo-gênero. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito. Org. Comitê Científico, 2020.
- Grupo Gay da Bahia. Mortes Violentas de LGBTQIA+ no Brasil. GGB, 2023.
- Henning, Carlos Eduardo. A gerontologia e a construção de pressupostos para um envelhecimento bem-sucedido entre idosos LGBT. In: h. s. silva; l. f. Araújo. (Orgs.). Envelhecimento e Velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais. Campinas: Alínea, 2020. p. 59-76.
- Henning, Carlos Eduardo (Org.). Gênero, sexualidade e curso de vida: diálogos latino-americanos. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.
- Henning, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Revista de Ciências Sociais 20 (2), 97-128, 2015.
- Henning, Carlos Eduardo. Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia-idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- Iamamoto, Marilda. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Acesso à televisão e posse de telefone móvel celular. São Paulo, 2014.

- Irineu, Bruna Andrade. *Homonacionalismo e Cidadania LGBT em Tempos de Neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil*. UERJ. Rio de Janeiro, 2014.
- Irineu, Bruna Andrade; Lopes, Moisés; Rocon, Pablo. Et. Al. *Diversidade Sexual, Ético-Racial e de Gênero: Saberes Plurais E Resistência*. Editora Devires, 2021.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico: Brasil tem 203.062.512 habitantes*. 2023. Acesso em: 29/03/2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022>.
- Jornal da Unesp. *Levantamento quantitativo pioneiro na América Latina mapeia comunidade ALGBT no Brasil*. Autoria: Malena Stariolo. 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/10/24/levantamento-quantitativo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-comunidade-algbt-no-brasil/> Acesso em 17/06/2024.
- Junqueira, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à família natural?”. Rio Grande: EDFURG, 2017.
- Koffman, Susanne. *Psychological Motivations Behind Antisocial Behavior*. New York: Routledge. 2020.
- Kahhale, Edna. Oliveira, Marcus Vinicius. Ceccarelli, Paulo Roberto. *Enfrentamento à patologização e à homofobia: Código de Ética do Psicólogo e Resolução CFP 001/1999*. Conselho Federal de Psicologia, 2011. p. 199- 229.
- Lima, Ana Paola de Souza. *Nossos corpos não são mais os mesmos: Narrativas de mulheres trans e travestis sobre o seu processo de envelhecimento*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Cuiabá, MT, 2019.
- Lima, Michele Pires. *Mulheres de Trottoir: prostituição e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1970)*. Rev. Trilhas da História. Três Lagos, 2018.
- Lima, Michele Pires. *Senhoras do Tempo: cotidiano, trabalho e ativismo de travestis e*

- transexuais em Manaus (1992 -2019). Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras. Programa de Pós Graduação em História. UFAM, 2021.
- LGBT +60: corpos que resistem. Direção: Colabora, Jornalismo Sustentável, 2012. Acesso em: 04/06/2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iFLXZid7f2o&list=PLgNzTb6N6XXpeXgCYXS MXEQVa9wr1x0wi>.
- Louro, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia, diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009. v. 32. p. 85-93.
- Marques, Vinícius. O que é o Neoliberalismo: características, histórias e exemplos. Rev. Geo. Mat, 2023.
- Masson, Gisele. Materialismo Histórico e Dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 2, p. 105- 114, jul.-dez. 2007.
- Medeiros, Flavia Cavalcante Nicolis. A Intervenção do Serviço Social Direcionada aos Desafios dos Idosos: Particularidades e Desafios. PUC Rio, O Social em Questão, vol. 23, núm. 48, pp. 363-384, 2020.
- Meleiro, Maria Luiza de Andrade Picanço; Et Al., Os desafios da rede de proteção no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa em Manaus, Amazonas, Brasil. Rev. Brasileira de Geriatria e Gerontologia: 2021.
- Mendes, Eugênio Vilaça. As Redes de Atenção à Saúde. Organização Pan-Americano da Saúde. CONASS, 2011. p. 25-85.
- Ministério da Saúde. Alzheimer: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção. 2020. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/alzheimer>. Acesso em 26/04/2024.
- Montaño, Carlos; Duriguetto, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010. p. 77-132.
- Motta, Alda. O envelhecimento trans e o isolamento social. Revista Brasileira de Estudos de Gênero, 2017. p. 23-39.
- Nascimento, Rafael. Dia do Orgulho LGBTQ+: seis meses de governo Lula e o que avançou?. Queer. São Paulo, 2023.
- Nery, João W. Velhices transviadas: memórias e reflexões. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- Netto, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea, (19), 135–170, 2009.
- Netto, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 87-

132, 1996.

Oliveira, Joice Mara de; et al. Alterações Físicas decorrentes do envelhecimento na perspectiva de idosos institucionalizados. *Rev. Kairos. Brasil*, 2016.

Oliveira, José Marcelo; Mott, Luiz (org). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2022* 1. Ed. Salvador : Editora Grupo Gay Da Bahia, 2023.

O Estado de São Paulo. Frente evangélica da Câmara lança nota de repúdio ao beijo gay em ‘Babilônia’. *Blog Radar Cultural – Estadão, Brasília*, 19 mar. 2015. Disponível em: < <http://cultura.estadao.com.br/blogs/radar-cultural/frente-evangelica-da-camara-lanca-notade-repudio-a-beijo-gay-em-babilonia/>>. Acesso em: 29/09/2023.

O Globo. Casal de “Babilônia” sofre triplo preconceito: são idosas, mulheres e gays. 2015. Acesso em: 28/03/2024. Disponível em: <https://www.oglobo.com.br/universa/noticias/redacao/2015/04/01/casal-de-babilonia-sofre-triplo-preconceito-sao-idosas-mulheres-e-gays.htm>

Oliveira e Silva. *Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social*. *Rev. Nufen* vol.5 no.1 São Paulo, 2021.

Orellana, Jesem Douglas Yamall. Et al. Mudanças no Padrão de internações e óbitos por Covid-19 após substancial vacinação de idosos em Manaus, Amazonas, Brasil. *Cad. Saúde Pública* (38), 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT192321>, acesso em 28/04/2024.

Pascual, Cosme Puerto. *A Sexualidade do Idoso Vista com Novo Olhar*. Tradução de Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Pereira,Jeffeson Wiliam. *Arena Discursiva Em Torno Da Homofobia: jogos de verdade nos jornais do Amazonas e no Parlamento Nacional*. Dissertação (mestrado). PPGSS-UFAM. 2014.

Pereira, Jeffeson William; Torres, Iraildes Caldas. *A Trajetória do Movimento Social LGBTQ no Estado do Amazonas de 1991 a 2012*. Edua: Manaus, 2020. p. 93 À 132.

Quinalha, Renan *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBTQ*. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Pereira, Matheus. *Políticas para LGBTQ+ no governo federal: ascensão e queda*. *Nexo políticas públicas*. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-nogoverno-federal-ascens%C3%A3o-e-queda> Acesso em: 26/02/2023.

Ponce de Leão, Alice Alves Menezes. Sasaki, Yoshiko. *O Desafio da Formação Profissional em Serviço Social: contribuições para o debate sobre o ensino no Brasil*.

Ufam, 2023.

Ponce de Leão, Alice Alves Menezes. Serviço Social e Velhice: Perspectivas para o trabalho do assistente social na promoção à saúde do idoso. EDUA, 2015.

Ponce de Leão, Alice Aves Menezes. Sexo e sexualidade na velhice: práticas transgressoras e negociadas no contexto amazônico. (Tese) Ufam, 2018.

Rebellato, Carolina. Et al. Introdução As Velhices Lgbti+. Rio de janeiro, 2021.

Revista Híbrida. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). Redação: Bruna Benevides, 2023. Acesso dia: 09/05/2024. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>.

Ribeiro, Clarissa Bittencourt. O Processo De Envelhecimento e a Feminização Da Velhice: um olhar sobre mulheres idosas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC)' 25/02/2018 undefined f. (Mestrado) Universidade Católica de Pelotas, Pelotas Biblioteca Depositária: Biblioteca Monsenhor Malomar Lund Edelweiss – UCPEL.

Ribeiro, Euler Esteves. Projeto Idosos da Floresta: indicadores de saúde dos idosos inseridos em Estratégias de Saúde da Família (ESF-SUS) de Manaus-AM, Brasil. Revista Brasileira de Geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro, 2012.

Rodrigues, Cris. 50 Anos de Stonewall: o pontapé inicial da luta por direitos LGBT no Brasil e no mundo. BDF: 2017. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/especiais/50-anos-de-stonewall>. Acesso em 03/02/2023.

Sales, Ricardo Gonçalves de. Diversidade nas organizações: das lutas sociais às políticas públicas. in: Congresso ABRAPCORP, XII, Goiânia (GO), Abrapcorp e Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, 16 a 18 de maio de 2018.

Santos, Keliene Ferreira. Transexualidade, Gênero e Preconceito:

Impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus. Dissertação (mestrado). PPGSS-UFAM, 2018.

Schneidr, Rodolfo Herberto. Irigaray, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Estudos de Psicologia Campinas, 2008.

Simões, Julio. Fachini, Regina. Na Trilha do Arco-Íris – Do Movimento Homossexual ao LGBT. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2009.

Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas. Ambulatório de Diversidade e Gêneros Sexuais. 2023. Acesso em: 28/02/2024. Disponível em:

<https://www.saude.am.gov.br/?s=ambulatorio+de+genero>.

Silva, Louis Erich Palheta. Et al. Amazonas no epicentro da pandemia de COVID-19 uma revisão sistemática. *Brazilian Journal Review*, Curitiba. 2022. Pág 9270 à 9280.

Silva, Romulo Cardoso. Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus/AM. Dissertação (mestrado) PPGSS- UFAM, 2020.

Soares, Valéria Barbosa. Saúde para Quem? A luta dos movimentos sociais da população LGBTI+ pela efetivação de uma política pública de saúde em Manaus. Dissertação (mestrado). UFAM, 2020.

Stefanacci, Richard. Anamnese no idoso. Manual MSD, 2022. Acesso em: 19/03/2024. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/geriatria/abordagem-ao-paciente-geri%C3%A1trico/anamnese-no-idoso?ruleredirectid=763>.

Teixeira, Solange Maria. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 135-154, jan./abr. 2020.

Torelli, Wellington Ricardo Navarro. Bessa, Thaíssa de Araujo. Graeff, Bibiana. Preconceito contra pessoa idosa LGBTQIA+ em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): uma revisão de escopo. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2023.

Trevisan, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. Rio de Janeiro. 2000.

Veras, Elias Ferreira; Guasch, Oscar. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). *História, histórias*. Brasília, v. 1, n. 5, p. 41-42, 2015.

Yoshino, Kenji. *The Epistemic Contract of Bisexual Erasure*. Revisão de Direito de Stanford, 200.

Zambrano, Elizabeth. *Transexuais: identidade de gênero e cidadania*. *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. Venturi, Gustavo; Bokany, Vilma. (Org.) Instituto Rosa Luxemburg, 2011. p. 97-108.

ANEXO A - Termo de Aprovação da Pesquisa na Plataforma Brasil constando o número do CAAE e o status de APROVADA. para os 50+

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENVELHECIMENTOS DISSIDENTES: CARREIRAS E TELEOLOGIAS LGBT DE MAIORES DE 50 ANOS EM MANAUS-AM.
Pesquisador Responsável: EVELLEN TARRANNY CARVALHO SOARES
Área Temática:
Versão: 3
CAAE: 74775223.0.0000.5020
Submetido em: 13/01/2024
Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



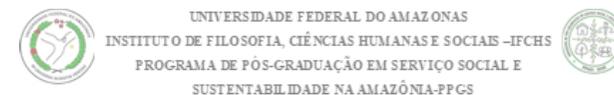
Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2212013

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 3
 - Pendência de Parecer (PO) - Versão 3
 - Documentos do Projeto
 - Comprovante de Recepção - Submi
 - Cronograma - Submissão 3
 - Declaração de concordância - Subm
 - Folha de Rosto - Submissão 3

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

ANEXO B - Roteiro de Entrevistas



1. ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS SUJEITOS ENVELHECENTES LGBT:

PERFIL



Nome:	Idade:
Orientação sexual:	Identidade de gênero:
Função:	
Qual (is) movimento (s) já fez parte:	
Período (desde quando):	

- Estado Civil:
- Situação socioeconômica: - Trabalha? Se sim, em que? Aposentado? Pensionista?
- Qual sua renda?
- Onde nasceu? Se não é de Manaus, há quanto tempo está em Manaus?
- Vinculado a algum movimento social hoje? Se sim, qual?
- Qual sua composição familiar?
- Qual sua escolaridade?
- Tem filhos (biológicos ou adotivos): Se sim, quantos?
- Como você se sentiu quando se descobriu como pessoa LGBT? Foi com quantos anos?
- Como foi a reação das pessoas que estavam ao seu redor ao saber que você é LGBT?
- Você acha que teve dificuldades na sua vida por ser uma pessoa LGBT? Se sim, quais e o que fez para lidar com isso?
- Você já sofreu algum tipo de violência/preconceito na sua vida por ser uma pessoa LGBT?
- Que expectativas de futuro você tinha para a sua vida? Você conseguiu realizar ao longo do tempo?
- Você teve algum relacionamento heterossexual ao longo de sua vida? Se sim, como foi? Por que isso aconteceu? Quanto tempo durou? Como você se sentiu?
- O que você buscava nos seus relacionamentos afetivos?
- Como é envelhecer para você? O que mudou em você e na sua vida ao longo dos anos?
- Você se imaginava chegando na idade que tem hoje? O que você pensava?
- Você já sofreu algum preconceito pela sua idade? Se sim, o que dizem? Se não, por que você acha que não sofre?
- O que você acha da velhice?
- Você acha que uma pessoa idosa não LGBT vive com as mesmas dificuldades que uma pessoa idosa LGBT?
- Você tem ou gostaria de ter algum relacionamento afetivo? O que você busca nesse relacionamento?
- Você se acha uma pessoa atraente? O que você teria para oferecer a algum (a) companheiro (a)?
- Como você vê a sua vida na sua idade? Mudaria alguma coisa no passado ou não?
- O que você quer para o seu futuro?

ANEXO B - Roteiros de Entrevista dos Representantes dos Conselhos estadual e municipal do idoso e do Movimento social.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGS



ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PRESIDENTES LGBTs

1. IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome:
Idade:
Qual Movimento já fez parte:
Período (desde quando):
Função:
Naturalidade (Se for de outra cidade, há quanto tempo esta em Manaus?):
Estado Civil:
Ocupação:
Renda:

- Você já tinha participado de algum movimento social quando mais jovem? Se sim, qual? E por quê?

- Você acha que tem alguma diferença entre a velhice LGBT e a velhice heterossexual? Se sim, qual (is)?

- Como é a sua atuação no movimento voltada para as pessoas idosas LGBT?

- Quais são as questões que vocês pautam sobre a velhice LGBT?

- Que encaminhamentos vocês dão para as questões que são discutidas aqui?

- Que dificuldades vocês enfrentam aqui no movimento que impedem os avanços das pautas das pessoas idosas LGBT?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGS



ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS REPRESENTANTES DOS CONSELHOS ESTADUAL E MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome:
Idade:
Qual Conselho já fez parte:
Período (desde quando):
Função:

- Como você avalia a participação das pessoas idosas aqui no Conselho?

- Que tipo de demanda as pessoas idosas no geral trazem para a discussão no Conselho?

- Como as demandas chegam? O que vocês fazem a partir disso?

- Você já conheceu alguma pessoa idosa LGBT aqui? Como foi? Há participação dessas pessoas? Se sim, o que elas demandam?

- Você se sente preparada (o) para tratar sobre a velhice LGBT aqui no Conselho? E o Conselho, está preparado para acolher essas pessoas?

- O que você acha que o Conselho poderia fazer pela população LGBT? O que é preciso?

ANEXO C – Termo de Anuência dos movimentos ASSOTRAM e Manifesta LGBT+ carimbado e assinado.



Associação de Travestis, Transexuais e Transgênero do estado do Amazonas – ASSOTRAM
Email: assotram@gmail.com CNPJ 42638267000159

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, REBECA MONTEIRO DE CARVALHO, presidente da Associação de Travestis, Transexuais e Transgênero do estado do Amazonas, venho por meio deste informar que AUTORIZO a pesquisa Evellen Tarranny CarvalhoSoares, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a realizar e desenvolver a pesquisa intitulada “ENVELHECIMENTOS DISSIDENTES: CARREIRAS E TELEOLOGIAS LGTBs DE MAIORES DE 50 ANOS EM MANAUS-AM”, sob a orientação da Profa. Dra. Alice Alves Menezes Ponce de Leão.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras 466/2012 e 510/2016 que trata sobre pesquisas com seres humanos. Esta instituição está ciente de sua co-responsabilidade como instituição co-participante do presente Projeto de Pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos sujeitos nela recrutados, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus – AM, 12 de setembro de 2023

Rebeca Monteiro de Carvalho
Presidente da ASSOTRAM



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, KAREN ALINE MARINHO ARRUDA, presidente da Associação Manifesta LGBT+ venho por meio deste informar que AUTORIZO a pesquisa Evellen Tarranny Carvalho Soares, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a realizar e desenvolver a pesquisa intitulada “ENVELHECIMENTOS DISSIDENTES: CARREIRAS E TELEOLOGIAS LGTBs DE MAIORES DE 50 ANOS EM MANAUS-AM”, sob a orientação da Profa. Dra. Alice Alves Menezes Ponce de Leão. Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras 466/2012 e 510/2016 que trata sobre pesquisas com seres humanos. Esta instituição está ciente de sua co-responsabilidade como instituição co-participante do presente Projeto de Pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos sujeitos nela recrutados, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 06 de setembro de 2023

Karen Aline Marinho de Arruda CPF 33164406827
Presidente Associação Manifesta Lgbt+
Diretora Casa Miga Acolhimento Lgbt+



Associação Manifesta LGBT+ / Casa Miga Acolhimento Lgbt+
E mail: manifesta_lgbt@gmail.com / casamigaalgbt@gmail.com
Contato: (92) 99298-7970

CNPJ 33.156.400/0001-40
Rua Silva Ramos, 839, Centro
CEP 69025-030

ANEXO C – Termo de Anuência dos Conselhos Estadual e Municipal da Pessoa Idosa carimbado e assinado.

Conselho Estadual do Idoso de Manaus

Endereço: Av. Presidente Kennedy, 33, Educandos - Manaus.

Email: cei_am@yahoo.com.br



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, JORGE WAGNER GOMES RÉGO LOPES, presidente do Conselho Estadual do Idoso de Manaus, venho por meio deste informar que AUTORIZO a pesquisa Evellen Tarranny Carvalho Soares, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a realizar e desenvolver a pesquisa intitulada “ENVELHECIMENTOS DISSIDENTES: CARREIRAS E TELEOLOGIAS LGBTs DE MAIORES DE 50 ANOS EM MANAUS-AM”, sob a orientação da Profa. Dra. Alice Alves Menezes Ponce de Leão.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras 466/2012 e 510/2016 que trata sobre pesquisas com seres humanos. Esta instituição está ciente de sua co-responsabilidade como instituição co-participante do presente Projeto de Pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos sujeitos nela recrutados, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus – AM, 18 de Setembro de 2023.



Jorge Wagner Gomes Régo Lopes
Presidente do Conselho Estadual do Idoso de Manaus

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO - CEIAM
.....
Jorge Wagner Gomes Régo Lopes
Presidente

Conselho Municipal do Idoso de Manaus
Parque 10 de Novembro, Manaus - AM, 69055-010
Email: conselho.idoso@pmm.am.gov.br

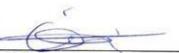


TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, CLÉLIA MAIA FERREIRA, presidente do Conselho Municipal do Idoso de Manaus, venho por meio deste informar que AUTORIZO a pesquisa Evellen Tarranny Carvalho Soares, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a realizar e desenvolver a pesquisa intitulada “ENVELHECIMENTOS DISSIDENTES: CARREIRAS E TELEOLOGIAS LGBTs DE MAIORES DE 50 ANOS EM MANAUS-AM”, sob a orientação da Profa. Dra. Alice Alves Menezes Ponce de Leão.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras 466/2012 e 510/2016 que trata sobre pesquisas com seres humanos. Esta instituição está ciente de sua co-responsabilidade como instituição co-participante do presente Projeto de Pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos sujeitos nela recrutados, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus – AM, 20 de setembro de 2023



Clélia Maia Ferreira
Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Manaus

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO
Criado pela Lei nº 620, de 08 de Novembro de 2001

ANEXO D – TCLE dos Envelhecidos LGBT e dos dos representantes dos conselhos estadual e municipal da pessoa idosa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA - PPGSS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Envelhecidos LGBT

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **Envelhecimento Dissidente: carreiras e teleologias LGBT de maiores de 50 anos em Manaus-AM**, realizada pela mestrandia **Evellyn Tarranny Carvalho Soares** sob a orientação da professora **Doutora Alice Alves Menezes Ponce de Leão**. Os objetivos do projeto são, **objetivo geral**: Investigar as formas de resistência/existência de pessoas envelhecidas LGBTs na cidade de Manaus – AM. **Objetivos específicos**: 1. Deslindar a construção da carreira LGBT de pessoas envelhecidas durante as suas trajetórias de vida; 2. Traçar o sentido do envelhecimento para as pessoas idosas LGBTs em Manaus dando ênfase a construção de seus projetos de vida para o curso da existência na velhice; 3. Avaliar o (des)trato da pauta sobre a diversidade sexual na velhice pelos movimentos LGBTs e pelos Conselhos Estadual e Municipal do Idoso em Manaus.

A pesquisa apresenta relevância para a comunidade acadêmica na medida em que discute a vivência de pessoas envelhecidas LGBTs, sobretudo numa análise crítica e construtiva que poderá possibilitar a aplicabilidade para a população LGBT no acesso aos direitos sociais e fomentará o conhecimento e possíveis intervenções governamentais ou dentro dos próprios movimentos sociais voltados para população LGBT. E possui uma relevância social indicando como subsídio para estudos e formulação Políticas Públicas de inclusão e acesso aos direitos sociais, sensibilizando para a importância do protagonismo das pessoas envelhecidas LGBTs em diferentes espaços públicos.

O (A) Sr(a) está sendo convidado porque compreendemos que sua contribuição é importante para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, uma vez que é envelhecido LGBT amante do movimento social LGBT. O(A) Sr(a) tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço. A pesquisa ocorrerá com 10 envelhecidos que sejam abertamente assumidos como LGBTs, que residam em Manaus, que tenham idade igual ou superior a 50 anos e que faça parte do movimento LGBT.

Caso aceite participar sua participação consiste em responder as perguntas abertas e fechadas e autorização para registro de som. Assim como qualquer outra pesquisa de cunho científico envolvendo seres humanos devemos ter atenção quanto aos riscos presentes na mesma, conforme estabelece a Resolução 466 de 2012 e a Resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Em relação aos danos associados ou decorrentes da pesquisa, como agravos imediatos ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou a coletividade, no âmbito físico, emocional, moral, intelectual, social, cultural e ou espiritual dos (as) participantes. Nessa pesquisa especificamente os sujeitos envolvidos podem ser acometidos com algum mal estar emocional, social, ou moral, uma vez que serão resgatados vivências do passado que podem trazer desconforto, bem como, fomentar uma discussão sobre planejamento futuro, sobre as teleologias enquanto LGBTs que também pode gerar desconforto. Para minimizar esses riscos serão tomados cuidados para que o roteiro de perguntas, assim como a abordagem aos sujeitos participantes sigam os preceitos éticos e morais para que preservem o bem estar do mesmo.

A pesquisadora responsável se compromete a buscar minimizar os riscos provenientes desde o primeiro contato do participante junto a pesquisadora ou ao Comitê de Ética. Em caso de necessidade, a pesquisadora se compromete ao ressarcimento financeiro das despesas decorrentes de acompanhamentos psicológico ao participante, bem como todo apoio logístico. Em caso necessário, a pesquisadora principal encaminhará o participante e/ou acompanhante para serviços de apoio, tais o CSPA – Centro de Serviço de Psicologia Aplicada da FPSI- Faculdade de Psicologia da UFAM. A pesquisadora, compromete-se a assegurar aos participantes da pesquisa as condições de acompanhamento tratamento, assistência integral e orientação, conforme o caso, enquanto necessário, inclusive nas pesquisas de rastreamento, como os possíveis riscos serão de cunho emocional e psicológico, reitera-se o encaminhamento a FPSI.

Os participantes da pesquisa têm garantido pela pesquisadora o direito a indenizações e cobertura material para reparação de danos imediatos ou posterior, caso esse tenha sido causado pela participação na pesquisa. Conforme estabelece a resolução CNS nº 466 de 2012. Caso haja danos para o participante de forma imediata ou tardia, terá direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário, sendo assegurado pela pesquisadora responsável, o ressarcimento acontecerá de forma direta ou equivalente e com devida comprovação. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Garantimos ao(a) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica, assegurando o seu anonimato conforme o previsto da resolução CNS nº 466 de 2012, portanto a **sua identidade não será revelada**. Para manutenção do sigilo o Sr (a) terá seu nome substituído de imediato por nome de super-herói (se envelhecido LGBT), por elementos que dão força no universo dos super heróis (para os representantes do movimento social) ou por nome de ferramenta quem podem ser utilizadas pelos super-heróis (para os representantes dos conselhos). Afim de preservar sua identidade. Se julgar necessário o (a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável **Evellyn Tarranny Carvalho Soares** a qualquer tempo para informação adicional no endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, nº 6200, Coroadó I, CEP: 69077-000, sala 08 do Bloco Mário Ypiranga - IFCHS, e-mail: etarranny@gmail.com, ou a orientado Alice Alves Menezes Ponce de Leão endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, nº 6200, Coroadó I, CEP:69077-000, sala 08 do Bloco Mário Ypiranga- IFCHS, e-mail: alicepnce@ufam.edu.br. O(A) Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 - Adriaópolis - Manaus - AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a)

Sr(a), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus, _____/_____/_____

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA - PPGSS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Representantes dos Conselhos da Pessoa Idosa

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **Envelhecimento Dissidente: carreiras e teleologias LGBT de maiores de 50 anos em Manaus-AM**, realizada pela mestrandia **Evellyn Tarranny Carvalho Soares** sob a orientação da professora **Doutora Alice Alves Menezes Ponce de Leão**. Os objetivos do projeto são, **objetivo geral**: Investigar as formas de resistência/existência de pessoas envelhecidas LGBTs na cidade de Manaus – AM. **Objetivos específicos**: 1. Deslindar a construção da carreira LGBT de pessoas envelhecidas durante as suas trajetórias de vida; 2. Traçar o sentido do envelhecimento para as pessoas idosas LGBTs em Manaus dando ênfase a construção de seus projetos de vida para o curso da existência na velhice; 3. Avaliar o (des)trato da pauta sobre a diversidade sexual na velhice pelos movimentos LGBTs e pelos Conselhos Estadual e Municipal do Idoso em Manaus.

A pesquisa apresenta relevância para a comunidade acadêmica na medida em que discute a vivência de pessoas envelhecidas LGBTs, sobretudo numa análise crítica e construtiva que poderá possibilitar a aplicabilidade para a população LGBT no acesso aos direitos sociais e fomentará o conhecimento e possíveis intervenções governamentais ou dentro dos próprios movimentos sociais voltados para população LGBT. E possui uma relevância social indicando como subsídio para estudos e formulação Políticas Públicas de inclusão e acesso aos direitos sociais, sensibilizando para a importância do protagonismo das pessoas envelhecidas LGBTs em diferentes espaços públicos.

O (A) Sr(a) está sendo convidado porque compreendemos que sua contribuição é importante para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, uma vez que é representante do Conselho Municipal ou Estadual da pessoa idosa. O(A) Sr(a) tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço. ocorrerá com presidentes dos Conselhos Municipal e Estadual do idoso, a pessoa ser entrevistada deverá ter o mínimo de 12 meses no cargo, caso tenha menos do que 12 meses será entrevistado a pessoa que estava no cargo anteriormente. A entrevista acontecerá em horário e data acordados com antecedência entre pesquisador e entrevistado (a).

Caso aceite participar sua participação consiste em responder as perguntas abertas e fechadas e autorização para registro de som. Assim como qualquer outra pesquisa de cunho científico envolvendo seres humanos devemos ter atenção quanto aos riscos presentes na mesma, conforme estabelece a Resolução 466 de 2012 e a Resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Em relação aos danos associados ou decorrentes da pesquisa, como agravos imediatos ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou a coletividade, no âmbito físico, emocional, moral, intelectual, social, cultural e ou espiritual dos (as) participantes. Nessa pesquisa especificamente os sujeitos envolvidos podem ser acometidos com algum mal estar emocional, social, ou moral, uma vez que serão resgatados vivências do passado que podem trazer desconforto, bem como, fomentar uma discussão sobre planejamento futuro, sobre as teleologias enquanto LGBTs que também pode gerar desconforto. Para minimizar esses riscos serão tomados cuidados para que o roteiro de perguntas, assim como a abordagem aos sujeitos participantes sigam os preceitos éticos e morais para que preservem o bem estar do mesmo.

A pesquisadora responsável se compromete a buscar minimizar os riscos provenientes desde o primeiro contato do participante junto a pesquisadora ou ao Comitê de Ética. Em caso de necessidade, a pesquisadora se compromete ao ressarcimento financeiro das despesas decorrentes de acompanhamentos psicológico ao participante, bem como todo apoio logístico. Em caso necessário, a pesquisadora principal encaminhará o participante e/ou acompanhante para serviços de apoio, tais o CSPA – Centro de Serviço de Psicologia Aplicada da FPSI- Faculdade de Psicologia da UFAM. A pesquisadora, compromete-se a assegurar aos participantes da pesquisa as condições de acompanhamento tratamento, assistência integral e orientação, conforme o caso, enquanto necessário, inclusive nas pesquisas de rastreamento, como os possíveis riscos serão de cunho emocional e psicológico, reitera-se o encaminhamento a FPSI.

Os participantes da pesquisa têm garantido pela pesquisadora o direito a indenizações e cobertura material para reparação de danos imediatos ou posterior, caso esse tenha sido causado pela participação na pesquisa. Conforme estabelece a resolução CNS nº 466 de 2012. Caso haja danos para o participante de forma imediata ou tardia, terá direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário, sendo assegurado pela pesquisadora responsável, o ressarcimento acontecerá de forma direta ou equivalente e com devida comprovação. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Garantimos ao(a) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica, assegurando o seu anonimato conforme o previsto da resolução CNS nº 466 de 2012, portanto a **sua identidade não será revelada**. Para manutenção do sigilo o Sr (a) terá seu nome substituído de imediato por nome de super-herói (se envelhecido LGBT), por elementos que dão força no universo dos super heróis (para os representantes do movimento social) ou por nome de ferramenta quem podem ser utilizadas pelos super-heróis (para os representantes dos conselhos). Afim de preservar sua identidade. Se julgar necessário o (a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável **Evellyn Tarranny Carvalho Soares** a qualquer tempo para informação adicional no endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, nº 6200, Coroadó I, CEP: 69077-000, sala 08 do Bloco Mário Ypiranga - IFCHS, e-mail: etarranny@gmail.com, ou a orientado Alice Alves Menezes Ponce de Leão endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, nº 6200, Coroadó I, CEP:69077-000, sala 08 do Bloco Mário Ypiranga- IFCHS, e-mail: alicepnce@ufam.edu.br. O(A) Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 - Adriaópolis - Manaus - AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a)

Sr(a), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus, _____/_____/_____

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

ANEXO D – TCLE dos representantes dos movimentos LGBTs (Asotram e Manifesta LGBT+)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA - PPGSS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Representantes dos movimentos LGBTs

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **Envelhecimento Dissidente: carreiras e teleologias LGBT de maiores de 50 anos em Manaus-AM**, realizada pela mestrand **Evellen Tarranny Carvalho Soares** sob a orientação da professora **Doutora Alice Alves Menezes Ponce de Leão**. Os objetivos do projeto são, **objetivo geral**: Investigar as formas de resistência/existência de pessoas envelhecidas LGBTs na cidade de Manaus – AM. **Objetivos específicos**: 1. Deslindar a construção da carreira LGBT de pessoas envelhecidas durante as suas trajetórias de vida; 2. Traçar o sentido do envelhecimento para as pessoas idosas LGBTs em Manaus dando ênfase a construção de seus projetos de vida para o curso da existência na velhice; 3. Avaliar o (des)trato da pauta sobre a diversidade sexual na velhice pelos movimentos LGBTs e pelos Conselhos Estadual e Municipal do Idoso em Manaus.

A pesquisa apresenta relevância para a comunidade acadêmica na medida em que discute a vivência de pessoas envelhecidas LGBTs, sobretudo numa análise crítica e construtiva que poderá possibilitar a aplicabilidade para a população LGBT no acesso aos direitos sociais e fomentará o conhecimento e possíveis intervenções governamentais ou dentro dos próprios movimentos sociais voltados para população LGBT. E possui uma relevância social indicando como subsídio para estudos e formulação Políticas Públicas de inclusão e acesso aos direitos sociais, sensibilizando para a importância do protagonismo das pessoas envelhecidas LGBTs em diferentes espaços públicos.

O (A) Sr(a) está sendo convidado porque compreendemos que sua contribuição é importante para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, uma vez que é representante do movimento LGBT amazônense. O (A) Sr(a) tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço. ocorrerá com representantes do movimento social, a pessoa ser entrevistada deverá ter o mínimo de 12 meses dentro de um cargo no movimento, caso tenha menos do que 12 meses será entrevistado a pessoa que estava no cargo anteriormente. A entrevista acontecerá em horário e data acordados com antecedência entre pesquisadora e entrevistado (a).

Caso aceite participar sua participação consiste em responder as perguntas abertas e fechadas e autorização para registro de som. Assim como qualquer outra pesquisa de cunho científico envolvendo seres humanos devemos ter atenção quanto aos riscos presentes na mesma, conforme estabelece a Resolução 466 de 2012 e a Resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Em relação aos danos associados ou decorrentes da pesquisa, como agravos imediatos ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou a coletividade, no âmbito físico, emocional, moral, intelectual, social, cultural e ou espiritual dos (as) participantes. Nessa pesquisa especificamente os sujeitos envolvidos podem ser acometidos com algum mal estar emocional, social, ou moral, uma vez que serão resgatados vivências do passado que podem trazer desconforto, bem como, fomentar uma discussão sobre planejamento futuro, sobre as teleologias enquanto LGBTs que também pode gerar desconforto. Para minimizar esses riscos serão tomados cuidados para que o roteiro de perguntas, assim como a abordagem aos sujeitos participantes sigam os preceitos éticos e morais para que preservem o bem estar do mesmo.

A pesquisadora responsável se compromete a buscar minimizar os riscos provenientes desde o primeiro contato do participante junto a pesquisadora ou ao Comitê de Ética. Em caso de necessidade, a pesquisadora se compromete ao ressarcimento financeiro das despesas decorrentes de acompanhamentos psicológico ao participante, bem como todo apoio logístico. Em caso necessário, a pesquisadora principal encaminhará o participante e/ou acompanhante para serviços de apoio, tais o CSPA – Centro de Serviço de Psicologia Aplicada da FPSI- Faculdade de Psicologia da UFAM. A pesquisadora, compromete-se a assegurar aos participantes da pesquisa as condições de acompanhamento tratamento, assistência integral e orientação, conforme o caso, enquanto necessário, inclusive nas pesquisas de rastreamento, como os possíveis riscos serão de cunho emocional e psicológico, reitera-se o encaminhamento a FPSI.

Os participantes da pesquisa têm garantido pela pesquisadora o direito a indenizações e cobertura material para reparação de danos imediatos ou posterior, caso esse tenha sido causado pela participação na pesquisa. Conforme estabelece a resolução CNS nº. 446 de 2012. Caso haja danos para o participante de forma imediata ou tardia, terá direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário, sendo assegurado pela pesquisadora responsável, o ressarcimento acontecerá de forma direta ou equivalente e com devida comprovação. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica, assegurando o seu anonimato conforme o previsto da resolução CNS nº 466 de 2012, portanto a **sua identidade não será revelada**. Para manutenção do sigilo o Sr (a) terá seu nome substituído de imediato por nome de super-herói (se envelhecido LGBT), por elementos que dão força no universo dos super heróis (para os representantes do movimento social) ou por nome de ferramenta quem podem ser utilizadas pelos super-heróis (para os representantes dos conselhos). Afim de preservar sua identidade. Se julgar necessário o (a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável **Evellen Tarranny Carvalho Soares** a qualquer tempo para informação adicional no endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, nº 6200, Coroado I, CEP: 69077-000, sala 08 do Bloco Mário Ypiranga - IFCHS, e-mail: etarranny@gmail.com, ou a orientado Alice Alves Menezes Ponce de Leão endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, nº 6200, Coroado I, CEP: 69077- 000, sala 08 do Bloco Mário Ypiranga- IFCHS, e-mail: aliceponce@ufam.edu.br. O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a)

Sr(a)., e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus, _____/_____/_____

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica